



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ROBSON LEOCADIO DA SILVA

**O MUNICÍPIO COMO UM SISTEMA POLÍTICO: EXERCÍCIO DE PODER PARA
O ORDENAMENTO TERRITORIAL EM SENADOR JOSÉ PORFÍRIO – PA.**

BELÉM-PA
2022.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ROBSON LEOCADIO DA SILVA

**O MUNICÍPIO COMO UM SISTEMA POLÍTICO: EXERCÍCIO DE PODER PARA
O ORDENAMENTO TERRITORIAL EM SENADOR JOSÉ PORFÍRIO – PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva.

BELÉM-PA
2022.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da
Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo modulo Ficat, mediante os dados
Fornecidos pelo (a) autor (a)**

L576m Leocadio da Silva, Robson.

O MUNICÍPIO COMO SISTEMA POLÍTICO:
EXERCÍCIO DE PODER PARA O ORDENAMENTO
TERRITORIAL EM SENADOR JOSÉ PORFÍRIO-PA. / Robson
Leocadio da Silva. – 2022.
135f.: il. Color.

Orientador (a): Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2022.

1. ORDENAMENTO TERRITORIAL – MUNICÍPIO – SENADOR JOSÉ
PORFÍRIO. 2. EXCLAVE. I. Título.

CDD 320.1209811

ROBSON LEOCADIO DA SILVA

**O MUNICÍPIO COMO UM SISTEMA POLÍTICO: EXERCÍCIO DE PODER PARA
O ORDENAMENTO TERRITORIAL EM SENADOR JOSÉ PORFÍRIO – PA.**

Dissertação de Mestrado em Geografia para a obtenção do título de Mestre em Geografia
pela Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO).

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva (Orientador – PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. José Antônio Herrera (Examinador Interno – PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Cesar Gomes da Silva (Examinador Externo – UNITOLEDO/São Paulo)

Profª. Drª. Sônia Regina Romancini (Examinadora Externa – UFMT)

Conceito: _____

Belém-PA
2022.

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos a Deus diante da força espiritual que sempre busco para manter minha fé, meus objetivos e esperança no ser humano e na vida.

Agradeço a minha esposa e companheira Maria Lúcia Zortéa Zen, que em minha carreira acadêmica se tornou minha principal incentivadora, ao apoiar-me sempre na busca do conhecimento, crescimento profissional e pessoal.

Agradeço as minhas filhas Vitória e Nathalle por serem o meu bem mais precioso e agora meu neto/filho Bernardo, ambos são o motivo para continuar a lutar e moldar-me como uma pessoa que fez/faz a diferença.

Não posso deixar de agradecer a minha família que sempre torcem por mim e acredito que sentem orgulho da pessoa que tornei-me, assim a matriarca da família Leocadio Maria de Nazaré (dona Bida) muito obrigado!

Agradeço aos amigos, colegas e conhecidos que torceram por mim, que contribuíram de forma direta ou indireta para esta conquista. Em especial as contribuições de Jairo de Sousa Neres e das professoras do Polo II de Senador José Porfirio Rozinele e Cleolange.

Agradeço ao município de Senador José Porfirio que concedeu-me a Licença Aprimoramento para realizar este curso.

Agradecer aos colegas de curso que apesar do afastamento na Pandemia conseguimos manter uma relação à distância.

Agradecer ao programa de pós-graduação em geografia PPGE0 e a toda sua estrutura de coordenação e secretaria.

Agradecer aos professores que nos proporcionaram experiências novas e crescimento intelectual. Neste agradecimento destaco as contribuições do meu orientador professor João Márcio e na oportunidade o professor Herrera que se disponibilizaram em apoiar-me nessa jornada acadêmica.

Meu muito, muito obrigado!

“O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as franquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

MILTON SANTOS.

RESUMO

Na presente dissertação buscamos apresentar uma pesquisa referente ao ordenamento territorial do município de Senador José Porfírio-PA, que no contexto territorial amazônico, se apresenta como o único que possui o território descontínuo. O ordenamento territorial acarreta estabelecer interrelações com grau de complexidade muitas vezes elevado, envolvendo conflitos políticos, podendo gerar impasses e novas configurações espaciais. O ordenamento territorial estabelece diretrizes governamentais à medida que novas definições de poderes se estabelecem no território, com desafios impostos às gestões municipais e as influências criadas por uma política globalizada. Já o município é uma instituição pensada como uma ferramenta administrativa que vai se moldando no continente europeu e é inserido no Brasil pelos seus colonizadores, sempre tendo uma posição inferiorizada diante das outras unidades da federação (Estado e Governo Federal). Com uma formação histórica que remonta ao século XVII (1639), Senador José Porfírio, que já foi um dos maiores municípios territorialmente com o nome de Souzel, chega aos dias atuais com seus limites territoriais separados, após as emancipações dos municípios de Anapu e Vitória do Xingu no início da década de 1990. Com a dinâmica socioeconômica estabelecida na região e a implantação de grandes projetos como a UHE Belo Monte e a Volta Grande Gold, se intensifica a ocupação do território, pressionando a gestão municipal com demandas básicas como saúde, educação e manutenção de estradas. A pesquisa tratará de analisar as possíveis implicações na gestão territorial do município de Senador José Porfírio. Considerando o contexto da descontinuidade, a gestão pública municipal e a territorialidade, uma vez que é imperativo o fortalecimento desta última para se atingir um desenvolvimento sustentável.

Palavras chave: ordenamento territorial; município; Senador José Porfírio; descontínuo; poder.

ABSTRACT

In this present master's degree dissertation we seek to present a research related to the territorial planning of the municipality of Senador Jose Porfirio - State of Para, which inserted the Amazonian territorial context, presents itself as the only city that has a discontinuous territory. The territorial planning requires establishing interrelationships with a high degree of complexity, involving political conflicts, which can generate impasses and new spatial configurations. The territorial planning establishes government guidelines as new definitions of powers are established in the territory, with challenges imposed on municipal administrations and the influences created by a globalized policy. The municipality, on the other hand, is an institution thought of as an administrative tool that has been shaping itself on the European continent and is inserted in Brazil by its colonizers, that has always been seen in an inferior position compared to other units of federation (Federal and Government). After a historical formation that dates back to the 17th century (1639), Senator Jose Porfirio, which was once one of the largest municipalities territorially in the world, that was once named Souzel, reaches the present day with its separate territorial limits, after the emancipation of the municipalities of Anapu and Vitória do Xingu in the early 1990s. With the socio-economic dynamics established in the region and the implementation of large projects such as UHE Belo Monte and Volta Grande Gold, the occupation of the territory intensified, putting pressure on municipal management with basic demands such as health, education and road maintenance. The present research will try to analyze the possible implications in the territorial management of the municipality of Senador Jose Porfirio. Considering the context of discontinuity, municipal public management and territoriality, since it is imperative to strengthen the latter to achieve sustainable development.

Keywords: Territorial planning; municipality; Senator Jose Porfirio; discontinuous; power.

LISTA DE SIGLAS

ADA	Área de Influência Direta Afetada
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APMs	Assembleias Públicas Municipais
BPA	Batalhão de Polícia Ambiental
CEEM	Colégio Estadual de Ensino Médio
CEFEM	Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CEOT	Carta Europeia do Ordenamento Territorial
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CGDEX	Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Impostos Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desempenho da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ISSQN	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei do Orçamento Anual
NASF	Núcleo de Apoio a Saúde da Família
OT	Ordenamento Territorial
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde

PDRSX	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PEIR	Política de Integração Regional
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Programa Integrado de Colonização
PMSJP	Prefeitura Municipal de Senador José Porfirio
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNOT	Política Territorial Nacional
PPA	Plano Plurianual
PPRs	Plenárias Públicas Regionalizadas
PQA	Programa Quelônios da Amazônia
PT	Partido dos Trabalhadores
PTP	Planejamento Territorial Participativo
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SEAD	Secretaria de Estado de Administração
SEDAP	Secretaria de Estado e Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEIR	Secretaria de Estado de Integração Regional
SEMAT	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
SJP	Senador José Porfirio
SOME	Sistema Modular de Ensino
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SR	Superintendência Regional
TFD	Tratamento Fora de Domicilio
TI	Terras Indígenas
UHE	Usina Hidrelétrica

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Regiões de Integração do Estado do Pará.	39
Mapa 2- Área de abrangência territorial do PDRS Xingu.	48
Mapa 3- Municípios abrangidos pelo PDRSX.	49
Mapa 4- Exploração madeireira em SJP.	68
Mapa 5- Localização da Terras Indígenas Projeto Volta Grande Gold.	77
Mapa 6- Área Diretamente Afetada / Projeto Volta Grande Gold.	78
Mapa 7- Croqui da área de defeso em Senador José Porfírio.	83
Mapa 8- Uso do Solo de SJP.	93
Mapa 9- KERNEL: Série histórica SJP de 2004/2011.	94
Mapa 10- Principais núcleos coloniais da Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798).	104
Mapa 11- Localização histórica de Souzel a Senador José Porfírio.	105
Mapa 12- Souzel maior município do Pará.	106
Mapa 13- Localização de Senador José Porfírio.	110
Mapa 14- Estrutura urbana de Senador José Porfírio.	112
Mapa 15- Perímetro Urbano de Senador José Porfírio.	114
Mapa 16- Arruamentos e bairros da sede de Senador José Porfírio.	115
Mapa 17- Terras Indígenas e Projetos de Assentamentos.	117
Mapa 18- Zoneamento urbano de SJP.	119
Mapa 19- Localização do Refúgio de Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Vitória de Souzel em SJP.	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fluxo do Planejamento Territorial Participativo..	41
Figura 2- Organograma da estrutura organizacional do PDRS do Xingu.	47
Figura 3- Condomínio Porbrás Proprietários.	63
Figura 4- Vila Porbrás Funcionários.	63
Figura 5- Exploração e Transporte.	65
Figura 6- Fórmula de cálculo para cubar madeira em tora e madeira serrada.	65
Figura 7- Trabalho manual no garimpo da Ressaca em 1985.	73
Figura 8- Trabalho com Chupadeira no garimpo da Ressaca em 1987.	73
Figura 9- Trabalho com moinho de pedra no garimpo da Ressaca em 1988..	74
Figura 10- Processo cronológico Projeto Volta Grande Gold.	79
Figura 11- Taxa de mortalidade infantil SJP (Unidade: óbitos por mil nascidos vivos).	92
Figura 12- Lixão em Senador José Porfírio.	95
Figura 13- Senhor morto.	102
Figura 14- Postes e placa de inauguração do cemitério de SJP.	103
Figura 15- Imagem aérea da Sede de Senador José Porfírio.	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição percentual da jurisdição das terras da região do Xingu.	51
Gráfico 2- Percentual da população residente por município da Região de Integração do Xingu (2021).	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- AS ABORDAGENS CONCEITUAIS DE TERRITÓRIO EM TRÊS VERTENTES BÁSICAS.	26
Quadro 2- PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL..	29
Quadro 3- O SISTEMA MAIOR E A AUTONOMIA MUNICIPAL.	32
Quadro 4- Metodologia das Assembleias Públicas Municipais.	42
Quadro 5- Lista de órgãos governamentais que elaboraram o PDRS do Xingu.	45
Quadro 6- Consultas Públicas para elaboração o PDRS do Xingu.	46
Quadro 7- DNPM's objeto do licenciamento.	75
Quadro 8- Tributos previstos para a arrecadação do Projeto Volta Grande (Federais, Estaduais e Municipais).	75
Quadro 9- Terras Indígenas.	116
Quadro 10- Projetos de Assentamentos em SJP.	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- A participação do Município em relação à União e ao Estado.	35
Tabela 2- Número de Participantes das Plenárias Públicas Regionais do PTP.	41
Tabela 3- Composição do CGDEX.	48
Tabela 4- Área Territorial dos municípios da Região de Integração Xingu.	50
Tabela 5- População residente por município na Região de Integração do Xingu.	52
Tabela 6- População residente, por sexo e lugar de nascimento.	56
Tabela 7- População residente, por sexo e lugar de nascimento.	57
Tabela 8- População residente, por sexo e situação de domicílio.	58
Tabela 9- População residente, por sexo e situação de domicílio.	58
Tabela 10- População residente, por situação do domicílio, sexo e grupos de idade - sinopse.	59
Tabela 11- Produção de Madeira em tora (metro Cúbico) no município de Senador José Porfírio – PA de 1990-2000.	62
Tabela 12- Comercialização da Madeira em tora: Madeireiro (bufeteiros) x Serraria (indústria).	66
Tabela 13- Comercialização da Madeira beneficiada: (indústria) x (exportação-Brasil).	67
Tabela 14- Características da exploração de madeira com e sem manejo em uma área no município de Paragominas – PA, Amazônia Oriental.	70
Tabela 15- Produtividade e custos da derrubada de árvores na exploração com e sem manejo em Paragominas – PA, Amazônia Oriental.	71
Tabela 16- Principais espécies de peixe comercializadas na sede de SJP.	81
Tabela 17- PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS – ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA – ANO 2018 / 2019.	85
Tabela 18- PRODUÇÃO PECUÁRIA EM SJP – REBANHO (EFETIVO) – ANO 2018/2019.	86
Tabela 19- PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL DE SJP – ANO 2018 / 2019.	86
Tabela 20- PRODUÇÃO AQUÍCOLA SJP – ANO 2018 / 2019.	86
Tabela 21- Dados do censo escolar da rede pública municipal de Senador José Porfírio – Pa, 2016/2021.	88
Tabela 22- Número de matrículas em Senador José Porfírio – PA (2016 a 2020).	89
Tabela 23- IDEB em SJP.	89

Tabela 24- Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal / 2016.	91
Tabela 25- IDH de Senador José Porfírio.	91
Tabela 26- Denominação de S.J.P. – 1639 – 1961.	107
Tabela 27- Gestores do Município de S.J.P. – 1961 a 2021.	108
Tabela 28- Coordenadas geográficas localizando as áreas propostas para a criação das Unidades de Conservação de Proteção Integral (PI) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no Município de Senador José Porfírio.	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I: OS EXERCÍCIOS DE PODER PARA O ORDENAMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL.....	25
1.1 Ordenamento territorial: uma breve análise conceitual	25
1.2 A escala municipal como um sistema político	30
1.2.1 Evolução do município em um contexto histórico	31
1.2.2 Perspectiva histórica do município no Brasil	31
1.2.3 O município a partir da Constituição de 1988	34
CAPÍTULO II: PERSPECTIVA DA DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA NO PARÁ.....	38
2.1 Particularidades da descentralização política territorial no Pará	38
2.1.1 O processo de implementação do Planejamento Territorial Participativo	39
2.1.2 Os caminhos da dissolução do Planejamento Territorial Participativo	43
2.2 PDRS do Xingu: um plano para o desenvolvimento territorial	44
CAPÍTULO III: O MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO COM SUAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO E DE USO DO TERRITÓRIO.....	54
3.1 Bases Socioeconômicas e Ambientais do Município	54
3.1.1 População	54
3.1.2 apropriações de uso do território municipal	59
3.1.3 indicadores de educação e saúde pública no Município	87
3.1.4 principais impactos ambientais no Município	92
3.1.5 Governança pública na administração de Senador José Porfírio.	96
3.2 Histórico do Município de Senador José Porfírio e sua configuração territorial atual	101
3.3 A configuração fundiária atual do município de Senador José Porfírio	111

3.3.1 A constituição da área patrimonial do município de Senador José Porfirio	111
3.3.2 Terras dos povos tradicionais	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

Situado na Amazônia brasileira, na mesorregião sudoeste do estado do Pará, o município de Senador José Porfírio, conta com uma área geográfica de 14.419,916 km². Se de um lado contém uma riqueza natural ímpar, oferece, por outro, algumas peculiaridades e entraves ao seu processo de planejamento do desenvolvimento territorial. Ao longo de sua história contou com perdas significativas de seu território até chegar nas condições atuais de descontinuidade.

As grandes distâncias e dificuldades geográficas de acesso limitam o estabelecimento de fluxos mais consistentes no interior do território municipal.

Entre 1961 e 2000, ocorreu a apropriação lenta e gradativa do território de forma mais expressiva na sede do município e em seu entorno. De forma pontual a ocupação nas proximidades da Volta Grande do Rio Xingu, nos distritos da Ilha da Fazenda e Ressaca, ocorreu com a exploração artesanal do ouro. Após os anos 2000 a parte Sul do território de Senador José Porfírio sofre profundas transformações em razão desta área ter se convertido aos interesses de grandes projetos hidrelétrico e de mineração tanto de escala nacional quanto global.

No caso da implantação do Projeto UHE Belo Monte, iniciada em julho de 2011 por meio da emissão da Licença de instalação nº795/2011 (IBAMA), este atingiu uma área de integração que compreende dez municípios no entorno do empreendimento: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

Com relação ao Projeto Volta Grande Gold, este é uma iniciativa da empresa de mineração Belo Sun que busca gerar valor sustentável a longo prazo a seus acionistas, com exploração mineral na região da Volta Grande do Rio Xingu, no município de Senador José Porfírio. As ações do projeto já passaram da fase de estudos e levantamentos de viabilidade, concluídos em março de 2015 com previsão de uma mina de lixiviação de pilha aberta a céu aberto com vida útil longa, perfil de produção forte, custos operacionais de quartil inferior e economia robusta, e hoje encontra-se nas fases de licenciamento.

Refletindo o cenário dos grandes projetos amazônicos¹, neste caso o primeiro na área

¹ PALHETA DA SILVA, João Márcio; CHAGAS, Clay Anderson Nunes; MEDEIROS, Gláucia Rodrigues Nascimento: GEOGRAFIA ECONÔMICA E MINERÇÃO NO PARÁ.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos: DENDEICULTURA E DESCAMPESINIZAÇÃO NA AMAZÔNIA PARAENSE.

SILVA, Darlene Costa da; HERRERA, José Antônio; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar: HISTÓRIA DE UM LUGAR EXTERMINADO PELA CONSTRUÇÃO DA HIDRÉLETRICA BELO MONTE, VILA SANTO ANTÔNIO – VITÓRIA DO XINGU.

da infraestrutura voltado a produção de energia e o segundo de caráter econômico com a exploração mineral, pelas suas particularidades, produzem significativas transformações em sua área de atuação. As mudanças impostas pelo grande capital, geram expectativas na comunidade local quanto aos benefícios proporcionados pelo empreendimento, que necessita criar as condições que lhe permitam a operacionalização de suas atividades (ROCHA, 2002).

Com a implantação dos dois projetos, um concluído e pronto em plena operação, inaugurado oficialmente em 27 de novembro de 2019 (UHE Belo Monte) e o outro em desenvolvimento para implantação (Projeto Volta Grande Gold) essa parte do território do município tornou-se mais intensamente pressionada quanto às demandas sociais. As populações ribeirinhas e indígenas que ocupam a área passaram a sofrer profundamente com a nova dinâmica imposta pelo capital.

A complexa realidade da Amazônia brasileira traz em sua configuração espacial um ambiente rico e um conjunto de atores sociais que estabelecem formas de territorialização para a exploração dos recursos naturais, como observado no município de Senador José Porfírio a partir da implantação dos grandes empreendimentos hidrelétrico e mineral.

Buscando implementar uma reforma administrativa, conduzida pela Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR), o governo do Pará iniciou a implementação de um processo de descentralização levando em consideração a grandeza territorial do estado (o segundo maior estado federativo do Brasil com uma área de 1.247.689,515 km²), tendo como perspectiva o combate às desigualdades regionais. Desta forma, o governo paraense estabelece a Política de Integração Regional (PEIR).

É a partir desse momento que a participação popular se torna o eixo da relação entre o Estado e a sociedade civil. Mediada pelo poder local, Estado e sociedade civil passam a articular-se na busca da definição de ações estratégicas para o desenvolvimento territorial. Nessa concepção, a gestão pública torna-se um mecanismo primordial para a resolução de impasses socioeconômicos que atingem os cidadãos nos municípios que compõe o Pará, pactuando planos governamentais estruturados a partir das demandas da população.

Todavia, embora um dos objetivos da PEIR fosse promover o incentivo à participação popular nas decisões de governo ao lado do desenvolvimento de mecanismos de controle social, esta não deixou de ser uma política de governo para se tornar uma política de Estado. Pelo contrário, ao que parece, em razão de ter se apresentado com prazo de validade pré-estabelecido ao período de uma gestão, não foi possível que se efetivasse as dimensões de pertencimento, coletividade e participação popular. De forma mais clara, podemos afirmar que a dimensão “governança” não foi concretizada.

A pesquisa consta que as dimensões do ordenamento territorial estão inseridas na gestão do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, uma vez que o referido plano estabeleceu como área de atuação os municípios atingidos pelo projeto UHE Belo Monte, a pesquisa retrata a relação de poder estabelecida entre os agentes governamentais (das três esferas) e a sociedade civil organizada, no processo de coordenação das políticas públicas e na captação dos recursos disponíveis.

O ordenamento territorial do município de Senador José Porfírio, foi elemento fundamental para o desenvolvimento da pesquisa em que a coleta e a análise dos dados geraram informações do trabalho de dissertação. Os dados analisados serviram de base na perspectiva de entendimento sobre as dinâmicas territoriais observadas no município, assim como, seus conflitos (caracterizados na relação de poder entre os atores que se impõe na (re) construção territorial, em trabalhos acadêmicos, livros, publicações, reportagens e trabalhos de campo em 2022).

Os dados referentes ao município de Senador José Porfírio, a respeito do seu ordenamento territorial possibilitaram uma pesquisa mais profunda sobre o planejamento do território, onde se pode analisar os processos cíclicos de exploração extrativista de sua economia, ditada a cada período e a cada produto explorado pelo capital internacional (extração do látex, extração madeireira, exploração mineral, atividade agropecuária). As transformações territoriais que o território do município sofreu e respectivamente a mudança de nomenclaturas que definiam o seu nome.

O conjunto de informações divulgados pelo governo e outras instituições oficiais, que retratam o desempenho na educação, saúde, índice de desenvolvimento humano e outros, tornaram a pesquisa mais objetiva, podendo detectar as condições socioeconômicas do município.

Temos como objetivo geral desta pesquisa analisar a gestão no território descontínuo na Amazônia, especificamente em Senador José Porfírio-PA.

Como objetivos específicos, procuramos: I) identificar as transformações territoriais do município de Senador José Porfírio até chegar à formação territorial atual; II) avaliar sob o ponto de vista da gestão, as ações de descentralização político-administrativa do território paraense, e a inserção de Senador José Porfírio nesse contexto; III) discutir o município de Senador José Porfírio na perspectiva de seu ordenamento territorial como um sistema político.

A pesquisa analisa as possíveis implicações na gestão territorial do município de Senador José Porfírio. Considerando o contexto da descontinuidade, a gestão pública municipal e a territorialidade, uma vez que é imperativo o fortalecimento desta última para se atingir o

desenvolvimento sustentável.

Assim, o problema de pesquisa central pode ser expresso no seguinte questionamento: Diante da implantação de grandes projetos no território em que o município de Senador José Porfírio está inserido, como desempenhar uma gestão territorial que atenda aos anseios básicos da população?

A hipótese estruturadora da pesquisa, assenta-se no entendimento de que na contemporaneidade, a perspectiva de uma gestão eficiente está mais condicionada à falta de modernização dos serviços públicos e à transparência na descentralização das ações do governo local e aplicação dos recursos, considerando que estamos vivendo uma revolução tecnológica sem precedentes.

A partir da questão central, bem como dos objetivos apresentados, consideramos que o presente estudo se justifica no atual cenário social, político, cultural, econômico e acadêmico, uma vez que Senador José Porfírio é o único município de toda a Amazônia brasileira que se apresenta territorialmente descontínuo. Além disso, este espaço compõe uma região atingida por grandes empreendimentos, impondo assim um novo olhar ao território, que passa a vivenciar os impactos das ações do capital no mundo globalizado.

Diante desta reflexão, propõe-se realizar uma discussão teórica e conceitual sobre o ordenamento territorial, além de tratar o município como um sistema político.

Para tanto, as abordagens sobre ordenamento territorial se iniciam através da estruturação teórica e conceitual utilizando autores como Ferrão (2011), Haesbaert (1999, 2006) e Limonad (1999), Brandão (2008), Becker (2010) e Kohlhepp (2002). No que tange o município como um sistema político autores como, Brasileiro (1973), Meirelles (2016) e Mello (1960).

Para o desenvolvimento da pesquisa foi feito levantamento bibliográfico, com o propósito de se investigar o conhecimento produzido acerca do município como um sistema político e o ordenamento territorial. Portanto, fichar ideias de autores, pesquisar na internet e órgãos governamentais e não governamentais que tenham documentos e produções sobre o tema proposto como Prefeitura, Câmara Municipal, acervo da Norte Energia, PDRS Xingu, Assembleia Legislativa do Estado do Pará, para a formação do arcabouço teórico.

Está pesquisa se estruturara ainda no estudo descritivo e ida a campo, coletando assim informações necessárias sobre o exclave do município de Senador José Porfírio. Tendo como propósito realizar um estudo social, orientado por uma pesquisa que se norteia por métodos qualitativos.

Na coleta de dados, se utilizou além da pesquisa bibliográfica as seguintes técnicas:

Observação, entrevistas, questionários, levantamento de documentos e dados para análise como: legislação referente à criação do município, cartografia referentes à transformação do território. Na prática as pesquisas de campo foram imprescindíveis para o desenvolvimento do trabalho. Realizou-se visitas nas comunidades (sede municipal, distrito da Ilha da Fazenda, distrito da Ressaca, comunidade do Pirara), procurando entrevistar moradores que ali habitam, ex prefeitos e registrar os elementos que caracterizam aquele espaço diante da gestão territorial do município.

Delimita-se assim a sede do município e sua parte Sul (região da Ressaca), como área de estudo, contemplando os dois espaços descontínuos.

Os desafios da pesquisa nos proporcionam navegar em campos desconhecidos e descobrir contribuições significativas que irão embasar conceitualmente a construção de um trabalho acadêmico. Assim, dentre os resultados obtidos temos: uma análise sobre o referencial teórico do “ordenamento territorial” e do “município” enquanto um sistema político. Conseguimos caracterizar a tentativa da descentralização política-administrativa no Pará, através do Planejamento Territorial Participativo (PTP) e na região de integração do Xingu o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRSX. Propomos a discussão sobre o “ordenamento territorial e o município de Senador José Porfírio com suas formas de apropriação e uso do território”.

Devido Senador José Porfírio ser o único território descontínuo na Amazônia e está na área de impacto direto de grandes projetos de fornecimento de energia hidrelétrica e exploração mineral buscamos pesquisar suas ações no período de 1961 até 2022, e os efeitos das transformações territoriais, políticas e econômicas geradas. Esperamos que esse estudo venha somar aos demais já realizados e contribuir para o entendimento das transformações ocorridas no único território descontínuo da Amazônia brasileira, na formação de base de pesquisa para estudantes e pesquisadores.

Não é comum no Brasil a formação territorial de municípios apresentarem descontinuidade. É, portanto, tão incomum que, em todo território nacional, esta situação se apresenta em apenas três casos específicos: Mineiros e Sítio D'Ábadia, ambos no estado de Goiás e, Senador José Porfírio, no estado do Pará. Sendo o único município com esta característica no cenário amazônico, Senador José Porfírio nos proporciona uma singularidade pontual, que merece ser analisada e compreendida.

Nesse contexto político, o território do município de Senador José Porfírio, ganha seus contornos atuais quando, ocorrem as emancipações dos municípios de Vitória do Xingu em 1992 por meio da Lei estadual nº 5701 e, em 1995, a emancipação de Anapu pela aprovação da

Lei estadual nº 5929. Com as duas emancipações acima destacadas, partes do território que pertenciam a Senador José Porfírio, são desmembrados para composição dos novos municípios criados, embalados pela política nacional de criação de novos municípios entre 1991 a 2000 (ROCHA, 2013).

Como resultado, gerou-se a descontinuidade do território de Senador José Porfírio. Mais precisamente, criou-se a partir desses dois processos emancipatórios uma inusitada situação: um território legal ou politicamente ligado a outro território que não é fisicamente contínuo, se materializando assim o primeiro exclave na Amazônia brasileira (DELLAGNEZZE, 2016).

A presente dissertação de mestrado procurou apresentar as informações de forma clara e objetiva, onde promova um olhar aprofundado do município de Senador José Porfírio, passando a destacar o seu planejamento territorial. Afinal, o município teve sua origem na colonização da Amazônia pelos jesuítas, alterando a dinâmica territorial em todo seu contexto histórico, onde na atualidade diante dos grandes projetos necessita de ações relacionadas a infraestrutura e melhorias na qualidade de vida da população.

A dissertação aqui apresentada buscou analisar e apresentar os resultados obtidos sobre as transformações territoriais do município de Senador José Porfírio junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) pela Universidade Federal do Pará, tendo como orientador o professor Dr. João Márcio Palheta da Silva.

CAPÍTULO I: OS EXERCÍCIOS DE PODER PARA O ORDENAMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL

Diante desta reflexão, este capítulo propõe realizar uma discussão teórica e conceitual sobre o ordenamento territorial, além de tratar o município como um sistema político.

1.1 Ordenamento territorial: uma breve análise conceitual

No cerne da questão do ideário do ordenamento territorial, é imprescindível destacar os seguintes pontos: o primeiro acerca da expressão que carrega consigo dois conceitos: ordem e território. A palavra ordenar, recebe algumas definições no dicionário como por em ordem; arranjar, dispor; determinar por ordem; mandar. Nessa perspectiva, verifica-se um leque de sinônimos a expressão lhe transmitindo assim um caráter polissêmico. Haesbaert (2006) avalia que os dois conceitos em tela estão em evidência ultimamente diante da (re) organização do território.

No segundo ponto, surge a necessidade de se assimilar o conceito de território. Na visão de Raffestin (1993, p. 143-144) o território compreende uma parte do espaço, onde se desenvolve uma ação de energia e informação, caracterizada pelo poder. O território no decorrer do tempo recebe várias abordagens diante de sua concepção, para Saquet (2015, p. 53) autores como A. Gramisc, F. Guatarri, J. Gotmann e M. Foucault, a partir de 1970 desenvolveram análises diante do tema, em que abordam a dominação social, a constituição e a expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual.

No contexto das abordagens do conceito de território, o Estado tem papel singular, uma vez, que é considerado um grande *produtor/indutor/mediador* das relações sociedade-espaço e sociedade-natureza (MORAES, 2005). Assim a compreensão de território seria,

[...] Entende-se o território na visão clássica da geografia política – como espaço de exercício de um poder que, no mundo moderno, apresenta-se como um poder basicamente centralizado no Estado. Trata-se, portanto, da área de manifestação de uma soberania estatal, delimitada pela jurisdição de uma dada legislação e de uma autoridade. O território é, assim, qualificado pelo domínio político de uma porção da superfície terrestre (MORAES, 2005, p. 43).

Moraes (2005), ao fazer uma análise do “ordenamento territorial: numa construção para o planejamento estratégico”, nota a importância do Estado enquanto agente principal da produção do espaço. Destacando todo o aparelhamento que ele possui para a aplicação de suas políticas territoriais. Diante disso o autor corrobora o pensamento de que o Estado não é o único

ator da produção do espaço, mais é o protagonista deste processo.

Haesbaert e Limonad (1999) nos propõe uma reflexão acerca do conceito de território. Os autores fazem uma abordagem estabelecendo três vertentes básicas: jurídico-política; cultural (ista) e econômica (muitas vezes economicista). No qual podemos visualizar no quadro 1.

Quadro 1- AS ABORDAGENS CONCEITUAIS DE TERRITÓRIO EM TRÊS VERTENTES BÁSICAS

dimensão privilegiada	concepções correlatas	concepção de território	principais atores/agentes da territorialização	principais vetores da territorialização	perspectiva da Geografia	exemplos de trabalhos que se aproximam desta vertente
jurídico-política (majoritária, inclusive no âmbito da Geografia)	<ul style="list-style-type: none"> • Estado-nação • fronteiras políticas e limites político-administrativos 	um espaço delimitado e controlado sobre/por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal	<ul style="list-style-type: none"> • Estado-nação • diversas organizações políticas 	relações de dominação política e regulação	Geografia Política (Geopolítica)	a abordagem de Allières (1980) a visão clássica de Ratzel
cultural (ista)	<ul style="list-style-type: none"> • lugar e cotidiano • identidade e alteridade social • cultura e imaginário (imaginário: "conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo") 	produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social	<ul style="list-style-type: none"> • indivíduos • grupos étnico-culturais 	relações de identificação cultural	Geografia Humanística e/ou Geografia Cultural	Deleuze e Guattari (1972) Tuan (1980 e 1983)
econômica (muitas vezes economicista) minoritária	<ul style="list-style-type: none"> • divisão territorial do trabalho • classes sociais e relações de produção 	(des)territorialização é como produto e do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • empresas (capitalistas) • trabalhadores • Estados enquanto unidades econômicas 	relações sociais de produção	Geografia Econômica	Storper (1994) Benko (1996) Veltz (1996)

Fonte: Haesbaert e Limonad (1999)

Ocorre que ao se discutir o território é preciso levar em consideração o fator tempo, haja vista, que no percurso das circunstâncias temporais ocorrem significativas transformações. Isto posto, observando os períodos lacônicos ou extensos, apresentam-se territórios episódicos ou conjunturais² e territórios estruturais³ de uma coletividade (HAESBAERT, LIMONAD, 1999).

É essencial compreender o território como uma unidade do espaço geográfico de forma dinâmica e em constante processo de transformação, no qual ocorre as interrelações dos atores envolvidos, estabelecendo correlações de força diante de seus interesses. Conforme destaca Brandão (2008. p. 12):

O território é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades. A abordagem do território deve se afastar dos tratamentos que pensaram estruturas sem decisões de sujeitos e atores sem contexto estrutural. Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), portanto sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas versus macrodecisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa.

É preciso depreender que diante das várias concepções relacionadas ao conceito de território se cria a necessidade de analisá-lo em uma perspectiva do planejamento.

Quando se suscita o planejamento territorial, pressupõe-se a criação de mecanismos de gestão que leve a eficiência e as metas estabelecidas dentro do planejamento proposto. Nesse processo as atividades desenvolvidas culminaram em um ordenamento territorial, envolvendo os atores do território.

Tratando da análise do conceito de território em que Milton Santos (2011, p. 13) diz: “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as franquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

Em nenhum momento aqui é pretensão do referido trabalho esgotar um debate tão rico para a geografia a cerca deste tema. Mas fez-se necessário estabelecer a diferenciação da composição da palavra “ordenamento territorial” (OT).

A origem e a evolução do conceito do ordenamento territorial se desenvolvem no espaço europeu, com certa variação de país para país, uma vez, tratar-se de uma diversificação cultural. Podendo ser constatada com o seguinte entendimento:

² Para os autores (HAESBAERT e LIMONAD) está observação de território é dinâmica e pode sofrer alterações muito rápidas.

³ Neste caso os autores entendem que o território tem uma maior solidez, com alta duração.

A comparação dos conceitos de território e, por maioria de razão, de ordenamento do território utilizado em diferentes países confronta-se, no entanto, com dificuldades de natureza linguística e cultural que impõe prudência quanto as ilações a retirar de estudos efetuados noutros contextos. Ordenamento do território, *aménagement du territoire* (França), *raumordnung* (Alemanha), *ruimtelijke ordening* (Holanda), *planificazione territoriale* (Itália) ou *land use planning / spatial planning* (Reino Unido), para dar alguns exemplos, não tem o mesmo significado, como Friedmam (2005) e Faludi (2005) bem nos recordam (FERRÃO, 2011 p. 28).

Nesse sentido, o autor considera o ordenamento territorial como um elemento inerente a vários países do espaço europeu, abordados em um contexto de planeamento do território.

Alves (2014), ao discutir conceitualmente o ordenamento territorial sob a ótica do *land use planning / spatial planning*, nos apresenta a seguinte análise. O termo *land use planning*, foi utilizado no Reino Unido em que o Estado via a necessidade de planejar o uso do solo diante do crescimento populacional, buscando lhe atribuir as seguintes funções: habitação, indústria, lazer, educação, natureza transporte, agricultura e práticas de caráter cultural, tratava-se de uma visão positivista. Já o *spatial planning* é considerado pela autora, a definição atualizada do ordenamento territorial, com uma visão pós-moderna (datado do final da década de 1980 e início da década de 1990) em que o Estado passa a ser um mediador de conflitos e interesses, deixando para trás a visão positivista (*land use planning*).

O ordenamento territorial sempre esteve atrelado ao planeamento do Estado, cabendo ressaltar que no decorrer do tempo o mundo e o próprio Estado sofreram transformações estruturais, precisando se ressignificar. E assim o OT se transformou em uma perspectiva conceitual pautada em variáveis econômicas, sociais, políticas, históricas, culturais e ambientais.

Outro ponto de grande relevância para a fundamentação e a construção do conceito do ordenamento territorial, é a elaboração e a publicação da Carta Europeia do Ordenamento Territorial – CEOT- produzida e publicada na década de 1980. Tratava-se de um documento oficial, trazendo em seu escopo a definição para o tema (OT), como a representação espacial das políticas nos âmbitos: econômico, social, cultural e ecológico da sociedade. Com o viés de planejar o uso do território e fazer a mediação de seus respectivos conflitos (CARVALHO, ALVES e SOUZA JUNIOR, 2019).

Isto posto, a Carta do Ordenamento do Território (Conselho da Europa, 1988, pp. 10 e 11), estrutura o documento com objetivos, princípios e objetivos específicos, que agregam um olhar integrador, participativo e democrático na implementação de um sistema de planeamento almejando atender a ocupação do território de forma eficiente (Quadro 2).

Quadro 2- PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

OBJETIVOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PRINCÍPIOS
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento socioeconômico equilibrado das regiões. • Melhoria da qualidade de vida. • Gestão responsável dos recursos naturais e a proteção do ambiente. • Utilização racional do território. • Implementação dos objetivos do ordenamento do território. • Coordenação entre os diferentes setores. • Coordenação e cooperação entre os diversos níveis de decisão e obtenção de recursos financeiros. • Participação das populações. 	<p>os objetivos específicos são definidos para as seguintes áreas territoriais: regiões rurais, regiões urbanas, regiões fronteiriças, regiões de montanha, regiões com fragilidades estruturais, regiões deprimidas e regiões costeiras e as ilhas</p>	<p>Democrático: Deve ser conduzido de modo a assegurar a participação das populações interessadas e dos seus representantes políticos.</p> <p>Integrado: deve assegurar a coordenação das diferentes políticas setoriais e a sua integração numa abordagem global.</p> <p>Funcional: deve ter em conta a existência de especificidades regionais, fundamentadas em valores, cultura e interesses comuns que, por vezes, ultrapassam fronteiras administrativas e territoriais, assim como a organização administrativa dos diferentes países.</p> <p>Prospectivo: deve analisar e tomar em consideração as tendências e o desenvolvimento a longo prazo dos fenómenos e intervenções económicas, ecológicas, sociais, culturais e ambientais.</p>

Fonte: Carta Europeia do Ordenamento do Território (Conselho da Europa, 1988, pp.10 e 11). Adaptação do Autor.

A Carta Europeia de Ordenação do Território defende com clareza os objetivos estabelecidos pelo ordenamento territorial em:

A Carta Europeia (1988) defende ainda que o ordenamento territorial tem como objetivo base proporcionar melhoria para a qualidade de vida da população dentro do espaço que foi planejado para o desenvolvimento de suas atividades. Para o alcance desse objetivo, o documento alerta que o OT deve parti dos princípios de democracia, integração, funcionalidade e prospectividade, visto que deve, respectivamente: garantir a participação da população e dos seus representantes políticos; integrar as políticas setoriais; considerar as especificações regionais; e ser capaz de observar o desenvolvimento a longo prazo (CARVALHO; ALVES e SOUZA JUNIOR, 2019, p.237).

Em 2003, o governo federal designou o Ministério de Integração Nacional⁴ (hoje Ministério de Desenvolvimento Regional) para conduzir o desenvolvimento de uma proposta de Política Nacional Territorial (PNOT). Nesse contexto, implementou-se metodologia de ação para a formulação de tal política, com estudos e debates. Porém, observou-se a ausência do debate nacional, uma vez, que os trabalhos ficaram restritos a academia. Hoje a elaboração da PNOT, encontra-se estagnada e sem uma interlocução com as discussões de políticas territoriais internacionais (CARVALHO, ALVES e SOUZA JUNIOR, p. 2019).

No documento base para a definição da Política Nacional de Ordenamento do Território, tem-se o seguinte conceito estabelecido,

Ordenamento territorial é a regulação das ações que têm impacto na distribuição da população, das atividades produtivas, dos equipamentos e de suas tendências, assim como a delimitação de territórios de populações indígenas e tradicionais, e áreas de conservação do território nacional e supranacional, segundo uma visão estratégica e mediante a articulação institucional e negociação de múltiplos atores (BRASIL, 2006).

Diante da premissa da expressão do ordenamento territorial, surge a perspectiva de estabelecer um planejamento que busque dar equilíbrio a um território em expansão e permita certo controle diante das disparidades socioeconômicas que venham a se intensificar entre as regiões.

Nota-se, que o ordenamento territorial é um conceito em construção, pautado em uma diversidade de conteúdos e com significativa variedade de interpretações quanto a sua origem.

No planejamento do uso do território é necessário levar em consideração os atores que o compõe, suas dinâmicas socioculturais e históricas. Esses elementos são indispensáveis na atual conjuntura do Estado democrático de direito, com viés da descentralização das políticas públicas. Nesse sentido, a escala municipal se torna referência quando se busca uma gestão de excelência, onde o ordenamento territorial visa atender as necessidades em evidência, sejam elas sociais, culturais, ambientais, políticas ou econômicas.

1.2 A escala municipal como um sistema político

A compreensão do município no espaço internacional e nacional exige uma breve análise da sua origem, historicamente construída. Por sua vez, essa unidade político-administrativa, demanda uma abordagem na perspectiva de interpretar sua longa jornada até os

⁴ Em 2003, a Lei 10.683/03, que estabeleceu as atribuições de cada Ministério, conferiu a responsabilidade sobre o ordenamento territorial ao Ministério da Integração Nacional e ao Ministério da Defesa.

dias atuais. Assim faz-se necessário entender de que forma essa unidade da federação se constituiu como importante mecanismo na gestão do território.

1.2.1 Evolução do município em um contexto histórico

As instituições municipais com viés político-administrativo, tem sua origem na República Romana, utilizada como uma forma de exercício de poder em territórios dominados pelo exército. Uma vez, vencida uma guerra, constituía-se uma estrutura política, com a concessão a população dominada (aceitando as ordens do dominador), direitos a participar da escolha dos líderes e da administração de sua cidade. Desta forma, Roma considerava esses espaços como municípios (MEIRELLES, 2006)⁵.

Nota-se, que se estabelece uma estrutura político-administrativa, criando um sistema que viria a se expandir a outros territórios, conforme:

No ano 79 uma lei de Júlio Cesar - *Lex Julia Municipalis* – estendeu esse regime a todas as Colônias da Itália, e mais tarde, nas invasões de Sylla, o mesmo sistema de governo foi adotado nas Províncias conquistadas da Grécia, Gália e Península Ibérica⁶ (MEIRELLES, 2006, p. 34).

Isto demonstra que, o regime municipal chegou a França, Espanha, Portugal e foi se reconfigurando no tempo e no espaço. Diante deste contexto histórico, verifica-se de forma clara como é inserido a instituição municipal na metrópole brasileira⁷, uma vez que, Portugal passa a utilizar dessa estrutura político-administrativa para atender seus interesses.

1.2.2 Perspectiva histórica do município no Brasil

O Município Português foi transplantado para o Brasil-Colônia com as mesmas organização e atribuições políticas, administrativas e judiciais que desempenhava no Reino. Sob a vigência das três Ordenações-Afonsinas, Manuelinas e Filipinas- que regeram o Brasil até a Independência (1822), nossas Municipalidades foram constituídas uniformemente por um presidente, três vereadores, dois almotacéis e um escrivão. Além desses encarregados administrativos, serviam junto a Câmara um juiz, de fora vitalício e dois juízes comuns, eleitos com os vereadores⁸ (MEIRELLES, 2006, p. 35-36).

No período colonial, as instituições municipais eram ferramentas político-

⁵ Segundo Meirelles, a administração de cada cidade teria a seguinte formação: um colégio de magistrados, encarregados de arrecadação, encarregados de fiscalização, defensor da cidade, notários e estribas. Além disso, constituía-se um Conselho Municipal eleito periodicamente com o objetivo de legislar.

⁶ O autor destaca a referência bibliográfica: Mayns, *Droit Romain*, v. I, Paris, 1870, §§ 30, 37 e 58.

⁷ Contexto histórico em que o Brasil era Colônia de Portugal.

⁸ O doutrinador faz a seguinte referência bibliográfica: Cândido Mendes, *Código Filipino*, 1ª ed., pp. 46, 134 e 144.

administrativas, que funcionavam, principalmente, com o objetivo de favorecer o processo de ocupação do colonizador português e conseqüentemente otimizar as exportações dos produtos de interesse econômico da Coroa. Não era vista como uma instituição que se preocupava em desempenhar um papel de governo, atendendo as necessidades locais, já que não era interesse do poder central.

Dentro do processo histórico do Brasil, pode-se analisar a sua ocupação político-administrativa em dois grandes períodos: o primeiro que é definido como período Colonial (1500-1822), sua organização e administração era toda definida pela Coroa Portuguesa, como destacado no parágrafo anterior. Já o segundo podemos defini-lo como período Constitucional⁹ (1822 – até os dias atuais), caracterizado pela sua independência, no qual o território nacional passou a ser estruturado e organizado em suas Cartas Magnas que foram sendo desenvolvidas no contexto político-histórico do país (Quadro 3).

Quadro 3- O SISTEMA MAIOR E A AUTONOMIA MUNICIPAL

PERÍODO	CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS DO SISTEMA NACIONAL	O MUNICÍPIO
Colonial 1500-1822	economia de exportação ("voltada para fora") centralização política sob o comando da metrópole organiza-se o sistema de clãs e as "fazendas" centros urbanos como entrepostos	instituição é trazida de Portugal para o Brasil (Século XVI) nenhuma autonomia política ineficiente como unidade de governo
Império 1822-1889	economia de exportação ("voltada para fora") café como produto básico (meados do século XIX) centralização política-estado unitário falta de representatividade dos partidos políticos domínio da oligarquia rural	quase nenhuma autonomia (Constituição de 1824) câmara municipal eleita, porém subordinada aos presidentes das províncias
República 1889-1970	federalismo separação de poderes	autonomia municipal como princípio constitucional (Art. 68 da Constituição de 1891) autonomia definida de forma vaga: "peculiar interesse"
1ª Fase República Velha 1889-1930	economia de exportação-café domínio da oligarquia rural - "política de governadores" aumento da urbanização crescimento do exército	estados não definem o "peculiar interesse" do município poucos recursos financeiros câmaras eleitas prefeitos nomeados em 12 dos 20 estados
2ª Fase 1930-1937	revolução de 30-ascensão da classe média ao poder Vargas ditador (sem Constituição) industrialização incipiente urbanização se acelera reação constitucionalista de 1932	extinção do poder legislativo - interventor nomeado

⁹ Desde sua Independência o Brasil já teve sete (07) Constituições (1824; 1891; 1934; 1937; 1946; 1967; 1988).

3ª Fase 1934-1937	<i>Intermezzo</i> constitucional ideias liberais industrialização e urbanização em processo	Constituição de 34 favorável aos municípios eleição dos prefeitos e Câmaras reserva de competência tributária aos municípios organização livre de seus serviços e recursos
4ª Fase 1937-1945	industrialização se acelera- crise de 29 II Grande Guerra implantação do estado novo centralização política-estado unitário	ausência de autonomia mantida a competência tributária do município interventores
4ª Fase 1945-1964	fim da II Grande Guerra queda do Estado Novo redemocratização liberalismo político crescimento econômico; política de substituição de importações indústria pesada inflação nacionalismo	constituição municipalista de 1946 fortalecimento da instituição municipal eleições aumento das finanças restrições à intervenção estadual liberdade na alocação de recursos
5ª Fase 1964-1988	queda de Goulart vitória do movimento de março de 1964 ascensão das Forças Armadas ao poder hegemonia do Poder Executivo ideologia: desenvolvimento, moralização e segurança nacional combate à inflação dirigismo governamental	limitação da autonomia municipal maior dependência financeira aumento dos casos de intervenção alocação de recursos municipais segundo diretrizes do governo central
6ª Fase 1988-2021	queda das Forças Armadas Redemocratização Participação popular	ente Federativo descentralização do poder ampliação da autonomia municipal

Fonte: Brasileiro, 1973. Adaptação do Autor.

Há de se ressaltar que no contexto de todas as Constituições a instituição municipal sempre esteve presente com um papel secundário, já que o poder e a administração se apresentavam centralizado no governo federal. Partindo do exposto, deve-se entender o contexto a qual o município estava inserido considerando as políticas públicas pensadas para o local a partir da organização político-administrativa em cada período histórico:

Pelo esforço histórico e Constitucional que traçamos até aqui verifica-se que o conceito de *Município* flutuou no Brasil ao sabor dos regimes, que ora alargavam, ora comprimiam suas franquias, dando-lhe liberdade política e financeira e reduzindo-o à categoria de corporação meramente administrativa, embora todas as Constituições do Brasil inscrevessem em seus textos a tão aspirada autonomia municipal. Essa autonomia, entretanto, até a Constituição de 1946 foi apenas nominal. No regime monárquico o Município não a teve, porque a descentralização governamental não consultava aos interesses do imperador; na Primeira República não a desfrutou, porque o *coronelismo* sufocou toda a liberdade municipal e falseou o sistema eleitoral vigente, dominando inteiramente o governo local; no período revolucionário (1930-1934) não a teve, por incompatível com o discricionarismo político que se instaurou no país; na Constituição de 1934 não a usufruiu, porque a transitoriedade de sua vigência obstou à consolidação do regime; na Carta Outorgada de 1937 não a teve, porque as Câmaras permaneceram dissolvidas e os prefeitos subordinados à interventoria dos Estados (MEIRELLES, 2006, p.45).

Com o movimento para uma nova Constituição em 1946, nota-se que as articulações políticas conseguiram estabelecer no novo documento, mecanismos legais dando autonomia política e financeira aos municípios, caracterizando para muitos uma revolução municipalista (LORDELLO DE MELLO, 1960).

Na esteira histórica da política brasileira, o país vive uma ruptura política que vai de 1964 a 1985 (ditadura militar) com significativas alterações em seu sistema político, tendo ações diretas na escala municipal. Com foco em uma política econômica desenvolvimentista, controle a qualquer movimento revolucionário e ações de combate sobre a corrupção, o governo federal passou a estabelecer grande centralização do poder, esvaziando certa autonomia das esferas estaduais e municipais (BRASILEIRO, 1973).

Diante do contexto da redemocratização do país a partir de 1985 e a ascensão da participação popular, a descentralização do poder e uma nova organização político-administrativa se tornam factíveis na elaboração da atual Constituição Federal de 1988 que rege o país.

1.2.3 O município a partir da Constituição de 1988

O Município¹⁰ é uma organização jurídica, política e territorial, de caráter político-administrativo, que compõe a federação brasileira. Muito embora constitua uma unidade político-administrativa que remonta ao período colonial, a estruturação da malha municipal brasileira ocorre somente a partir do século XX, por meio do Decreto-Lei n. 311, de 02 de março de 1938 – um marco legal de configuração do mapa político do país, ao determinar a obrigatoriedade do mapeamento municipal e de definição de seus limites (ROCHA, Apud, BRASIL, 2010).

A Constituição brasileira de 1988, estabelece a organização do Estado de forma político-administrativa, com destaque no Artigo 18 que diz “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. Cabendo aqui destacar ainda o § 4º do referido Artigo, que aborda a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, no contexto da legislação estadual e federal, com consulta popular e estudo de viabilidade (BRASIL, 1988).

Ao abordar a escala municipal a CF de 1988, em seu Artigo 29 destaca a Lei Orgânica como elemento normativo do território municipal, respeitando respectivamente legislação

¹⁰ O município é a menor unidade territorial brasileira com governo próprio. É formado pelo distrito-sede, onde se localiza a cidade, que é a sede municipal e leva o mesmo nome do município, e que corresponde a zona urbana municipal e, também, pelo território ao seu entorno, - a zona rural municipal, que pode ser dividida em distritos, cuja maior povoação recebe geralmente o nome de vila (PINTO, 2003, P.29).

superior como a própria Constituição Federal e Estadual, no mesmo artigo discrimina a eleição dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores com suas responsabilidades e competências. E continua em seu Artigo 30 que trata da competência dos municípios, no item III que desenvolve em sua redação parte da autonomia financeira que o município passa a ter na arrecadação, aplicação e prestação de contas sobre os recursos municipais e ainda no item VIII “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” (BRASIL, 1988).

De acordo com a Constituição Federal, é estabelecida uma receita tributária voltada aos municípios, garantindo-lhes recursos para a sua subsistência (Artigos 153, § 5º, II; 156; 158 e 159). Com a tabela 01, pode-se visualizar a evolução da participação municipal na receita tributária.

Tabela 1- A participação do Município em relação à União e ao Estado

Entidade	1964	1986	1989
União	57,7%	43,7%	36%
Estado	38,5%	38,2%	42%
Município	3,8%	18,1%	22%

Fonte: Conferência do professor Alcides Jorge Costa no Centro de Estudos da PGE/SP - *In* Meirelles (2006).

Não obstante, na perspectiva do planejamento é salutar destacar que os municípios podem organizar seu território em distritos, amparados no Artigo 30, IV da Constituição Federal¹¹. Porém, as outras formas de ordenamento do território municipal (bairros, vilas, subdistritos, zonas) que contribuem significativamente para a gestão municipal são medidas administrativas sem uma previsão da legislação em tela.

Trata-se, portanto, de uma referência obrigatória para a compreensão da base legal, da geografia brasileira, no que diz respeito ao município enquanto um ente federativo. E igualmente, revela a dinâmica em que os municípios estão estruturados e assim se possa vislumbrar o seu ordenamento territorial.

A Constituição de 1988 é um ponto de inflexão no contexto político brasileiro no que diz respeito da relação entre sociedade civil e o Estado. Saindo de um período de intervenção militar (ditadura 1964-1985) a forte mobilização social, influenciou na formulação da Constituição de 1988, que garantiu significativa autonomia aos governos locais. Na perspectiva da descentralização do poder, a participação da sociedade civil tornou-se elemento

¹¹ Art. 30, Inciso IV “criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual”.

indispensável na resolução e implementação de políticas pública estabelecidas pelo Estado.

Considera-se o atual contexto histórico, o momento que o município disfruta de maior autonomia político-econômica, adquirida diante de uma realidade em que se teve a reforma do Estado implementada pela atual Constituição, período conhecido como a redemocratização. Por isso, corrobora-se com Gilberto M. Rocha, que destaca:

O processo de redemocratização do Estado brasileiro, durante os anos de 1980, alterou profundamente os rumos até então seguidos pela sociedade brasileira, com a redefinição do papel institucional dos diversos níveis de poder e governo, o que beneficiou as unidades político-administrativas regionais e locais, principalmente os municípios. As mudanças políticas e institucionais possibilitaram a definição de novos critérios de criação de novos municípios e de novos mecanismos de autonomia política (ROCHA, 2013, p. 216).

Cabe aqui destacar, que a autonomia que o município passa a ter na nova estrutura político-administrativa, não o isola dos demais entes da federação (União e Estado), nesse cenário a interlocução entre ambos é fundamental na resolução do enfrentamento de questões políticas, econômicas e sociais. Pensar o território em uma visão estratégica é compreender a atuação das diversas escalas que o compõe.

A definição de gestão do território, na perspectiva de Becker (1991), surge da percepção rasa do planejamento centralizado e técnico enquanto um elemento de ordenamento territorial. Transgredindo um olhar na esteira administrativa e em frente da relação público e privado “a gestão do território corresponde à prática das relações de poder necessárias para dirigir, no tempo e no espaço, a carência das múltiplas finalidades, decisões e ações”.

É notório que o município remonta desde o período da colonização. No entanto, sua importância no contexto político-administrativo do território brasileiro sempre ficou as margens do poder central. No decorrer do tempo e das transformações da sociedade é perceptível a importância que o município assume na agenda da política global. Assim, Silva (2009) examina o papel central que o município passa a desempenhar e acrescenta:

No âmbito das políticas escalares verificou-se que no início do séc. XX as relações desenvolvimentistas eram travadas entre a escala nacional e internacional. Atualmente essa questão é assistida entre o global e o local, no qual enfatizamos o papel a ser desempenhado pelo município, território local, como implementador das políticas públicas gestadas a nível global.

Isto demonstra que, o município se tornou elemento chave na inter-relação que se estabelece entre as escalas de poder. Nesse sentido, ações que busquem a implementação de políticas públicas e o desenvolvimento de atividades econômicas, devem levar em consideração a escala local, uma vez que, é nela que se materializam todas as relações.

O município se apresenta assim, como um elemento privilegiado, na esteira administrativa do território, não só como viés político, mais também como interesse acadêmico para estudo e compreensão da escala local. Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender e contextualizar a evolução histórica do município enquanto um sistema político.

Desta forma a compreensão do município no Brasil é caracterizada como um sistema, estruturado na composição federativa em que temos: governo federal, governo estadual e governo municipal.

As instituições municipais no Brasil caracterizam-se como uma parte de um todo em que se inter-relacionam, com a perspectiva de criar e desenvolver políticas públicas que atendam sua comunidade. A atribuição de desenvolver políticas públicas, condiciona o município como um sistema político (BRASILEIRO, 1973).

De acordo com Brasileiro (1973), têm-se o entendimento de que o sistema político se equipara a um sistema social. A autora ainda expõe as divergências de outros estudiosos em relação a caracterização das unidades básicas do sistema. Assim, é necessário entender o sistema político com o viés de subsistema da sociedade em que o cidadão atua em vários setores – agente político, sociedade civil organizada, eleitor, etc. – (HOFMEISTER *IN* AVELAR; CINTRA, 2007).

CAPÍTULO II: PERSPECTIVA DA DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA NO PARÁ

O presente capítulo tem como objetivo explorar como se desenvolveu o processo político administrativo da tentativa de descentralização territorial através da proposta do Plano Territorial Participativo e do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, na área de influência que Senador José Porfírio está inserido.

2.1 Particularidades da descentralização política territorial no Pará

Por meio de uma reforma administrativa, conduzida pela Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR) – Lei nº 7.024 de 24/07/2007, o governo do Pará buscou implementar um processo de descentralização política, que diante da grandeza territorial do estado (o segundo maior estado federativo do Brasil com uma área de 1.247.689,515 km²) viabiliza-se o combate às desigualdades regionais. Para tanto, o governo paraense colocou em prática a Política de Integração Regional (PEIR)¹².

É a partir desse momento que a participação popular se torna o eixo da relação entre o Estado e a sociedade civil. Mediada pelo poder local, Estado e sociedade civil passam a articular-se na busca de definição de ações estratégicas para o desenvolvimento territorial.

Nessa concepção, a gestão pública torna-se um mecanismo primordial para a resolução de impasses socioeconômicos que atingem os cidadãos nos municípios que compõe o Pará, pactuando planos governamentais estruturados a partir das demandas da população.

Todavia, embora um dos objetivos da PEIR fosse promover o incentivo à participação popular nas decisões de governo ao lado do desenvolvimento de mecanismos de controle social, esta não deixou de ser uma política de governo para se tornar uma política de Estado, pelo contrário, ao que parece, em razão de ter se apresentado com prazo de validade pré-estabelecido ao período de uma gestão, não foi possível que se efetivasse as dimensões de “pertencimento, coletividade e participação popular. De forma mais clara, podemos afirmar que a dimensão “governança” não foi concretizada.

¹² Dentre as diretrizes estabelecidas para a integração regional do estado do Pará destacamos: a execução de ações que buscassem incentivar o desenvolvimento de laços comerciais, produtivos, financeiros, culturais entre as diversas sub-regiões do estado, ao lado do desenvolvimento de uma política de solidariedade das regiões mais dinâmicas para com as menos desenvolvidas; a execução de ações capazes de desenvolver na população a noção de “pertencimento” e a noção de coletividade ao lado da valorização das múltiplas culturas sub-regionais; o incentivo a participação popular nas decisões de governo ao lado do desenvolvimento de mecanismos de controle social.

2.1.1 O processo de implementação do Planejamento Territorial Participativo

O Partido dos Trabalhadores (PT) ao disputar as eleições para o mandato de 2007 a 2010, chega ao poder do estado do Pará com a eleição da governadora Ana Júlia Carepa. Ao assumir o governo apresenta a “Gestão Descentralizada e Participativa” dentro de suas diretrizes para o mandato que se iniciava.

O Planejamento Territorial Participativo (PTP) é apresentado como uma ferramenta para democratizar a gestão pública. Dentre suas fundamentações legais temos na Constituição do Estado do Pará em seu artigo 204 §§ 1º e 2º, que trata da competência do poder Executivo Estadual em estabelecer o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO) e a Lei de Orçamentos Anuais (LOA), garantindo a participação da sociedade civil e dos municípios. Nessa mesma esteira no Art. 50. Capítulo VI, se estabelece “A participação da sociedade civil organizada no planejamento regional, bem como na fiscalização dos serviços e funções públicas de interesse comum, na forma da lei” (MESQUITA, 2012).

Mapa 1- Regiões de Integração do Estado do Pará



Fonte: SEIR/GEOPARÀ

Na perspectiva de regionalizar o Pará, diante do processo de implementação de uma política que visava a participação da sociedade, o Poder Executivo lança o Decreto Nº 1.066, de 19 de junho de 2008. Haja vista, ser necessário um planejamento do território que atendesse a realidade do Estado naquele momento. Dessa forma têm-se as 12 Regiões de Integração do Estado do Pará, observado no Mapa 01.

A grandeza territorial do estado do Pará com seus 1.247.689,515 Km², lança grandes desafios a gestão pública, diante das grandes distâncias e das condições geográficas de conectividade¹³ entre as regiões e os municípios, exprimindo a fragilidade de conexão inter-regional no Pará.

A nova regionalização com 12 Regiões de Integração, se torna prioridade, na perspectiva de superar a desarticulação político institucional, que é um dos impasses para se atingir eficiência do estado. (PDRSX, 2010).

Em sua concepção o Plano Territorial Participativo (PTP) foi estruturado no desenvolvimento de 3 etapas das quais se teria: a 1ª etapa com as Plenárias Públicas Regionalizadas, objetivando a apresentação do Planejamento e a avaliação diagnóstica do Estado e de suas respectivas regiões (abril e maio de 2007). Na 2ª etapa foram desenvolvidas as Assembleias Públicas Municipais (APMs), nas quais se definiram as obras e serviços prioritários bem como a escolha dos Conselheiros Municipais (julho de 2007). Por fim, na 3ª etapa, ocorreu a instalação dos Conselhos Regionais e a eleição para composição do Conselho Estadual (agosto de 2007).

Desse modo, era constituída uma metodologia que garantiria a participação popular nas tomadas de decisão e nas proposições de políticas públicas. Tal dimensão é destacada por Mesquita (2012) da seguinte maneira:

Ao assumir o território como espaço de intervenção do planejamento o PTP buscou desenvolver uma metodologia que tivesse na participação popular uma referência para a orientação, elaboração e confecção das peças orçamentárias e do PPA 2008-2011, de modo que os macro objetivos da ação de Governo seriam pautados pelos problemas levantados nas PPRs e os programas onde constam as políticas públicas de investimento seriam guiados pelas soluções e alternativas originadas nas Assembleias Públicas Municipais (APMs), (MESQUITA, 2012, p.27).

As etapas acima destacadas, seguiam fluxos constitucionais para a elaboração das peças orçamentárias do ano subsequente, o planejamento e as ações do governo podem ser verificados na Figura 1.

¹³ Entende-se a conectividade em um contexto de acesso a transportes hidroviários, terrestres e também a qualidade da conexão na área de comunicação.

Figura 1- Fluxo do Planejamento Territorial Participativo



Fonte: SEIR/SEPOF

Procurando instrumentalizar e dar base legal ao Programa, o Poder Executivo do Estado consegue aprovar o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, e a chancela da Lei nº 7.077/2007, estabelece o Plano Territorial Participativo como dispositivo de regulação diante da política pública em desenvolvimento (MESQUITA, 2012).

Tabela 2- Número de Participantes das Plenárias Públicas Regionais do PTP

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	Nº DE PARTICIPANTES	POPULAÇÃO TOTAL DA REGIÃO (Censo IBGE 2006)
Metropolitana	5.445	2.086.906
Rio Capim	5.267	562.160
Araguaia	4.327	365.745
Xingu	4.210	319.296
Baixo Amazonas	4.158	650.446
Carajás	4.038	481.270
Rio Caeté	4.006	443.402
Guamá	2.128	573.472
Marajó	2.114	399.013
Tapajós	2.065	235.781
Tocantins	1.974	648.257
Lago de Tucuruí	1.736	344.717
Total	41.468	7.110.465

Fonte: SEPOF/PTP

Os desdobramentos do programa seguem as determinações do novo governo e a execução de sua metodologia se materializar nas ações por ele implementada. Efetiva-se a mobilização das pessoas e os grupos de trabalhos são montados, passando a debater e identificar os principais problemas como verifica-se nas plenárias públicas regionais do PTP, conforme a tabela 02.

As Assembleias Públicas Municipais (APMs), realizadas em todos os 143 municípios paraenses, podem ser consideradas a escala mais popular deste Programa de Governo. Era neste espaço que qualquer cidadão poderia manifestar-se e participar do debate. A partir desta etapa as discussões e decisões se davam somente pelas representatividades, uma vez que se instituíam os Conselhos.

A configuração da metodologia adotada pela coordenação do PTP nas APMs davam-se em três momentos: no primeiro o governo apresentava suas considerações e observações; no segundo, exposição, e discussão dos problemas identificados e suas possíveis resoluções; já, no terceiro, realizava-se o encaminhamento da próxima fase com a escolha de Conselheiro para a regional tal como se visualiza no Quadro 4.

Quadro 4- Metodologia das Assembleias Públicas Municipais

	1º Momento	2º Momento	3º Momento
Objetivo	Apresentação dos Resultados das PPRs e Objetivos do Governo.	Apresentação de Propostas e Alternativas para o desenvolvimento local e regional e votação das 03 demandas.	Eleição dos Conselheiros Regionais.
Temas Debatidos	<ul style="list-style-type: none"> * Problemas elencados nas PPRs; * Visão e objetivos do Governo para a Região de Integração; * Explicações sobre os mecanismos legais de planejamento e orçamento estadual (PPA, LDO, LOA); * Apresentação dos Planos Diretores Municipais. 	<ul style="list-style-type: none"> * Reunião dos participantes por grupo de interesse; * Formulação de ideias, propostas e alternativas para o desenvolvimento * local/regional pelos participantes das APMs; * Apresentação das Propostas à Assembleia; * Votação das 03 demandas de políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> * Reunião dos participantes para formação de blocos políticos; * Apresentação dos candidatos a Conselheiro Regional; * Votação dos Conselheiros Regionais em lista aberta; * Apresentação e credenciamento dos Conselheiros Regionais junto a PTP.

Fonte: SEPOF/PTP

Com isso, o Planejamento Territorial Participativo, ganhou corpo e forma. No entanto, em sua curta trajetória com potencial promissor, apresentou fragilidades, principalmente de caráter político e institucional em que as relações de poder ao se confrontarem interna e externamente, extinguíram qualquer possibilidade de continuidade do programa.

2.1.2 Os caminhos da dissolução do Planejamento Territorial Participativo

Considerando a dimensão político-administrativa da descentralização, compreendendo a iniciativa do governo do Estado do Pará de descentralizar a gestão pública em seu território, criando as 12 regiões de integração, tornou a ação do governo paraense daquele período como algo inovador e desafiador tanto para a população do estado quanto para a estrutura administrativa. Decorre desse processo que as correntes políticas passaram a se deparar com uma experiência ímpar, pois, o que estava se implementando era um fórum de debate em uma estrutura estatal de gestão operacional das demandas regionais na construção de políticas públicas.

Por outro lado, a metodologia utilizada criando os debates no nível escalar dos municípios, das regiões e do estado, proporcionou uma mobilização estruturada e coesa para as proposições das demandas indicadas pela sociedade. Porém, outro elemento de grande relevância se apresentava nesse contexto, que seria transformar e sistematizar em documentos os resultados das discussões, tarefa realizada pela coordenação do PTP juntamente com outros setores do governo.

Para Mesquita (2012) a experiência do PTP no estado do Pará se mostrava promissora a partir da cooperação estabelecida entre governo e sociedade, contudo, o que se observou no decorrer do processo foi um panorama de competição dentro do próprio governo, o que teria contribuído de forma significativa para a dissolução das ações propostas dentro do PTP.

Além disso, no período em questão se mostrava no horizonte próximo duas eleições que despertaram os interesses partidários e políticos individuais as quais, por sua vez, culminariam com a dissolução de alianças de bases que davam suporte ao governo ao mesmo tempo em que fragilizaram a prosperidade do PTP.

A primeira dessas eleições seriam as municipais de 2008, com vistas ao fortalecimento do governo e o partido majoritário. A segunda seria a disputa da reeleição para o governo do estado em 2010. Desta forma Mesquita (2012, p.83) observa que:

Assim o 1º diagnóstico do PTP trouxe à tona a necessidade premente de mobilizar atores em torno de acoplamentos parciais, até que o acoplamento completo dos fluxos fosse realizado, garantindo sucesso a implementação de políticas públicas decididas

no PTP, entretanto outros fatores oriundos do fluxo político foram capazes de influenciar o processo de implementação do PTP. Entre estes fatores destacaremos o processo eleitoral de 2008, disputas internas e mudanças no governo como decisivos para a desestruturação do PTP em seu formato original e o consequente insucesso deste ao final do governo em 2010.

Outro elemento que caracterizou o abandono do PTP por parte do governo e consequentemente culminou com seu esvaziamento está relacionado ao PL 01/2008. Por meio deste Projeto de Lei seriam legitimadas todas as estruturas políticas do PTP, com vista ao processo de descentralização. Ao que tudo indica, o governo não trabalhou por sua aprovação na Assembleia Legislativa, conforme:

Entretanto, apesar da importância deste, o mesmo foi votado pela ALEPA, supostamente sem o conhecimento da chefia da Casa Civil da Governadoria do Estado e sem o conhecimento da coordenação do PTP. No dia da votação estava presente no Plenário da ALEPA pelo PT apenas uma Deputada Estadual, que foi a única a votar a favor da aprovação do PL. Os demais deputados votaram contra em função do não comparecimento de representantes do Poder Executivo para dar maiores explicações sobre o PL, especialmente no que dizia respeito à criação de cargos remunerados e da crise de representação que este supostamente acarretaria ao legislativo (MESQUITA, 2012, p. 105).

Por fim, a experiência de uma “Gestão Descentralizada e Participativa” no estado do Pará, viu desmoronar qualquer possibilidade duradoura dentro do próprio governo que a concebeu. As variáveis que envolvem uma ação nessa proporção são complexas e precisam ser trabalhadas de forma coordenada, não podendo se resumir ao debate da participação e representação democrática. É necessário ir além, e a experiência desenvolvida no estado do Pará deve ser acolhida como um aprendizado para futuras possibilidades que venham a surgir.

2.2 PDRS do Xingu: um plano para o desenvolvimento territorial

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), desenvolve em áreas de grandes empreendimentos, planos que buscam a redução das desigualdades econômicas e sociais, por meio de ações de desenvolvimento que visem crescimento econômico, geração de renda e melhoria na qualidade de vida da população. Nessa perspectiva a elaboração, análise e execução de projetos passam a ser estabelecidos em várias frentes de ações.

Assim surge o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu (PDRSX), diante da implantação do projeto UHE Belo Monte. O plano envolve os três entes da federação – governos federal, estadual e municipal – e a sociedade civil organizada, institucionalizada pelo Decreto nº 7.340/2010.

Desta forma pode-se observar o grau de institucionalização e envolvimento na esfera

estadual e federal para a coordenação e elaboração documental do plano, de acordo com o Quadro 5.

Quadro 5- Lista de órgãos governamentais que elaboraram o PDRS do Xingu

GOVERNO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • Casa Civil da Presidência da República • Secretaria Geral da Presidência da República • Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República • Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República • Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento • Ministério da Educação • Ministério da Integração Nacional • Ministério da Justiça • Ministério da Pesca e da Aquicultura • Ministério da Saúde • Ministério das Cidades • Ministério de Minas e Energia • Ministério do Desenvolvimento Agrário • Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome • Ministério do Meio Ambiente • Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão • Ministério do Trabalho e Emprego • Ministério dos Transportes • Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
<ul style="list-style-type: none"> • Casa Civil do Governo do Estado • Secretaria de Estado de Integração Regional • Secretaria de Estado de Agricultura • Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social • Secretaria de Estado de Cultura • Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia • Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional • Secretaria de Estado de Educação • Secretaria de Estado da Fazenda • Secretaria de Estado de Governo • Secretaria de Estado de Meio Ambiente • Secretaria de Estado de Obras Públicas • Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura • Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças • Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos • Secretaria de Estado de Saúde Pública • Secretaria de Estado de Segurança Pública • Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos • Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda • Secretaria de Estado de Transportes • Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará • Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará • Instituto de Terras do Pará • Companhia Paraense de Turismo • Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural • Universidade Federal do Pará – UFPA • Núcleo de Altos Estudos Amazônico-NAEA

Fonte: PDRS do Xingu (2010).




O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu surge no contexto da implementação da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em que na proposta teria a aplicação de quinhentos milhões de reais (R\$ 500.000.000) por parte do empreendedor, no caso o consórcio da Norte Energia S.A.¹⁴ estabelecido no edital do leilão nº 06/2009 da ANEEL (PDRSX, 2010).

Para Araújo (2015), os recursos acima destacados seriam utilizados pelos vários segmentos da região (governamentais e não governamentais) que teriam seus projetos avaliados pelo Conselho Gestor, e assim podendo ser deferido ou indeferido.

Os municípios de Altamira, Uruará e Senador José Porfírio sediaram consultas públicas realizadas pelo Grupo de Trabalho do governo, com o objetivo de ouvir a população da região para a elaboração do Plano, como mostra o Quadro 6. Desta forma no polo Altamira reuniram-se os municípios de Pacajá, Anapu, Brasil Novo e Altamira; no polo Uruará os municípios de Placas, Medicilândia e Uruará; no polo de Senador José Porfírio reuniram-se os municípios de Vitória do Xingu, Porto de Moz e Senador José Porfírio. A metodologia adotada nos moldes do PTP, permitiu que anseios da população local fossem debatidos e fizessem parte das propostas estabelecidas no PDRSX.

Quadro 6- Consultas Públicas para elaboração o PDRS do Xingu

DATA	MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS CONVIDADOS
16/02/2009	Altamira	Brasil Novo, Anapu e Pacajá
18/02/2009	Senador José Porfírio	Vitória do Xingu e Porto de Moz
20/02/2009	Uruará	Medicilândia e Placas

 <p>Altamira</p>	 <p>Senador José Porfírio</p>	 <p>Uruará</p>
---	---	---

Fonte: Secretaria Executiva do PDRS do Xingu (PM, 2015).

Para a Gestão do PDRSX, foi estabelecido no Decreto nº 7.340/2010 o Comitê Gestor

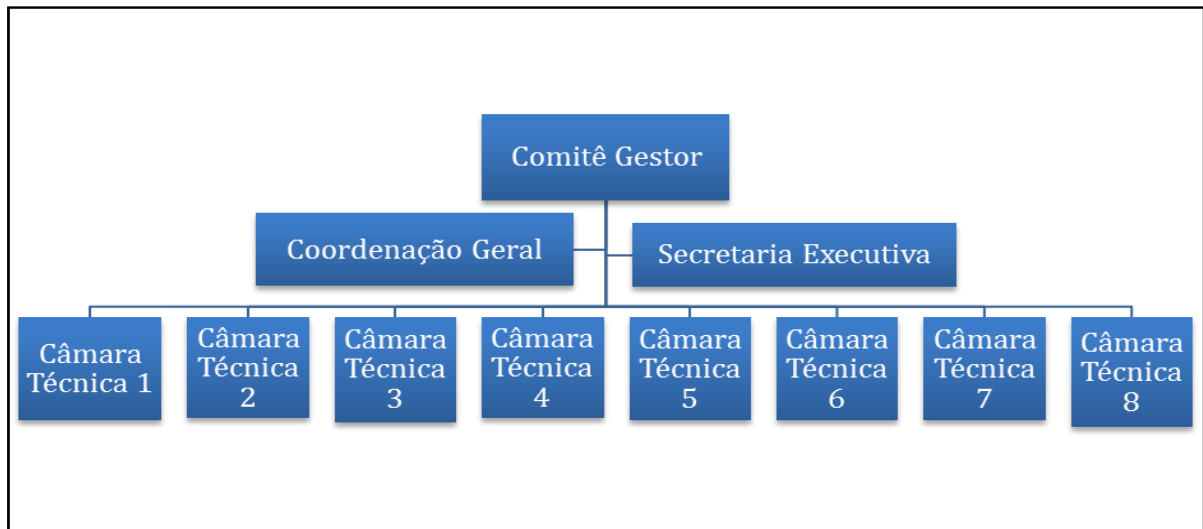
¹⁴ A Norte Energia S.A. é responsável pela construção e operação da maior usina hidrelétrica 100% brasileira: a Usina Hidrelétrica Belo Monte, na Região de Integração do Xingu -PA (localizada na Volta Grande do Xingu).

do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu¹⁵ (CGDEX), de forma igualitária distribuindo dentro da proporcionalidade um total de 30 vagas no conselho, sendo 15 para as representações governamentais e 15 para a sociedade civil organizada. E ainda foram estruturadas as Câmaras Técnicas, conforme apresenta Araújo:

O Comitê Gestor do Plano é constituído por oito câmaras técnicas, contemplando as áreas consideradas prioritárias: 1) Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; 2) Infraestrutura para o desenvolvimento; 3) Fomento às atividades produtivas sustentáveis; 4) Inclusão social e cidadania; 5) Monitoramento e acompanhamento da implementação das condicionantes previstas no licenciamento ambiental do empreendimento Belo Monte; 6) Povos indígenas e comunidades tradicionais; 7) Saúde; 8) Educação. Essas câmaras subsidiam as decisões do comitê, notadamente em relação aos projetos apresentados à Plenária (ARAÚJO, 2015, P. 101).

Na Figura 2 se visualiza a estrutura administrativa do PDRS do Xingu com o comitê gestor, a coordenação geral, a secretaria executiva e respectivamente as oito câmaras técnicas que faziam a gestão do plano.

Figura 2- Organograma da estrutura organizacional do PDRS do Xingu



Fonte: Secretaria Executiva do PDRS do Xingu (2016).

A Tabela 03 mostra de que forma foi estruturada a composição do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu com a distribuição de representatividade das instituições governamentais e da sociedade civil organizada.

¹⁵ O CGDEX se constituiu na instância responsável por monitorar a execução e a efetividade do PDRS do Xingu, bem como promover a sua revisão e atualização. Por meio do Decreto nº 9.748, de 07 de maio de 2019 o Governo Federal extinguiu a estrutura, então existente, para gestão do PDRSX, e o Ministério do Desenvolvimento Regional tornou-se a instituição responsável por articular a transição da governança e por definir o formato e a nova estrutura de gestão do Plano.

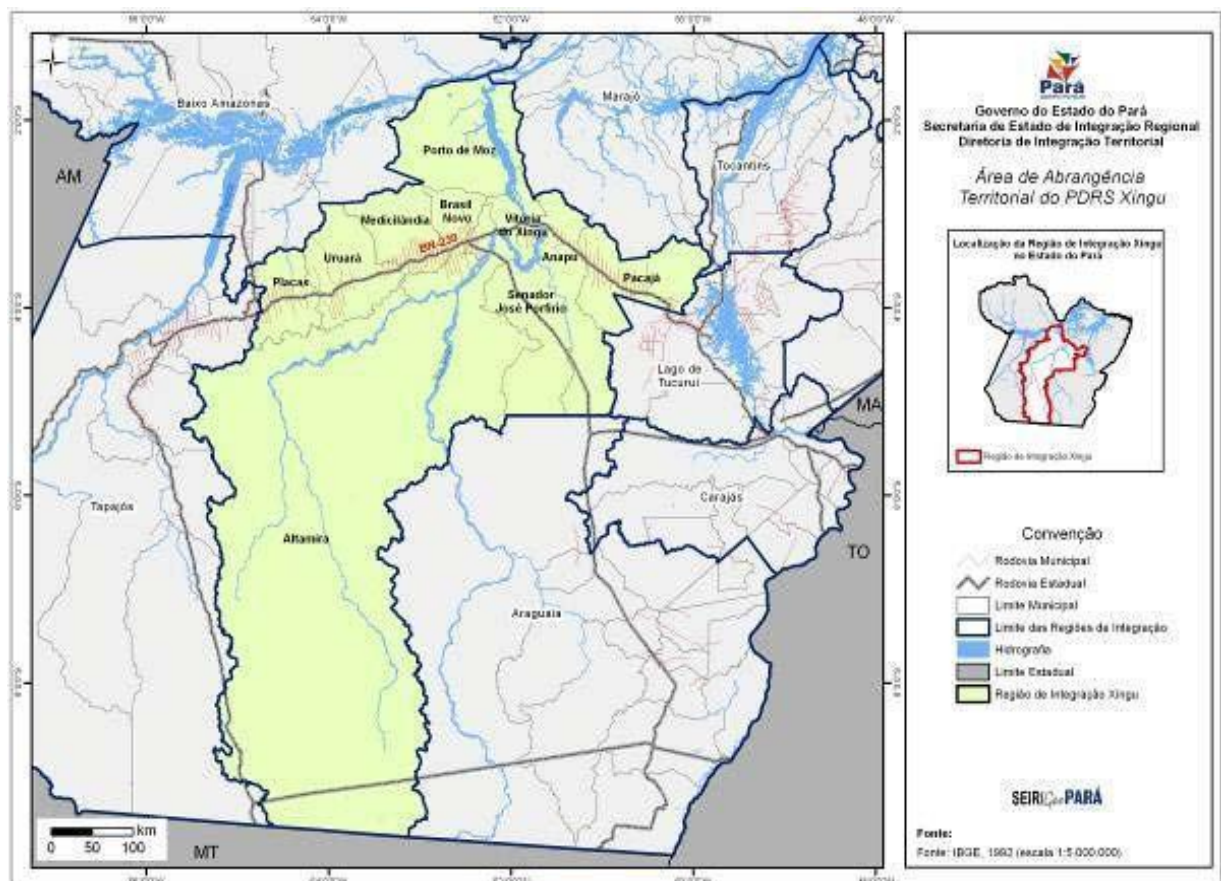
Tabela 3- Composição do CGDEX

SEGMENTOS		TITULAR	SUPLENTE	TOTAL GERAL	60
Poder executivo	Governo Federal	05	05	10	
	Governo Estadual	05	05	10	
	Governos Municipais	05	05	10	
	TOTAL	15	15	30	
Sociedade Civil	Setor empresarial	04	04	08	
	Entidade dos Trabalhadores	04	04	08	
	Movimentos Sociais	04	04	08	
	Comunidades Indígenas	02	02	04	
	Institutos de ensino e pesquisa	01	01	02	
	TOTAL	15	15	30	

Fonte: GTI do PDRS do Xingu (2009).

As diretrizes gerais do PDRS do Xingu, foram estruturadas pelos seguintes eixos temáticos: a) Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; b) Infraestrutura para o desenvolvimento; c) Fomento às atividades produtivas sustentáveis; d) Inclusão social e cidadania; e) Modelo de Gestão (ARAÚJO, 2015).

Mapa 2- Área de abrangência territorial do PDRS Xingu

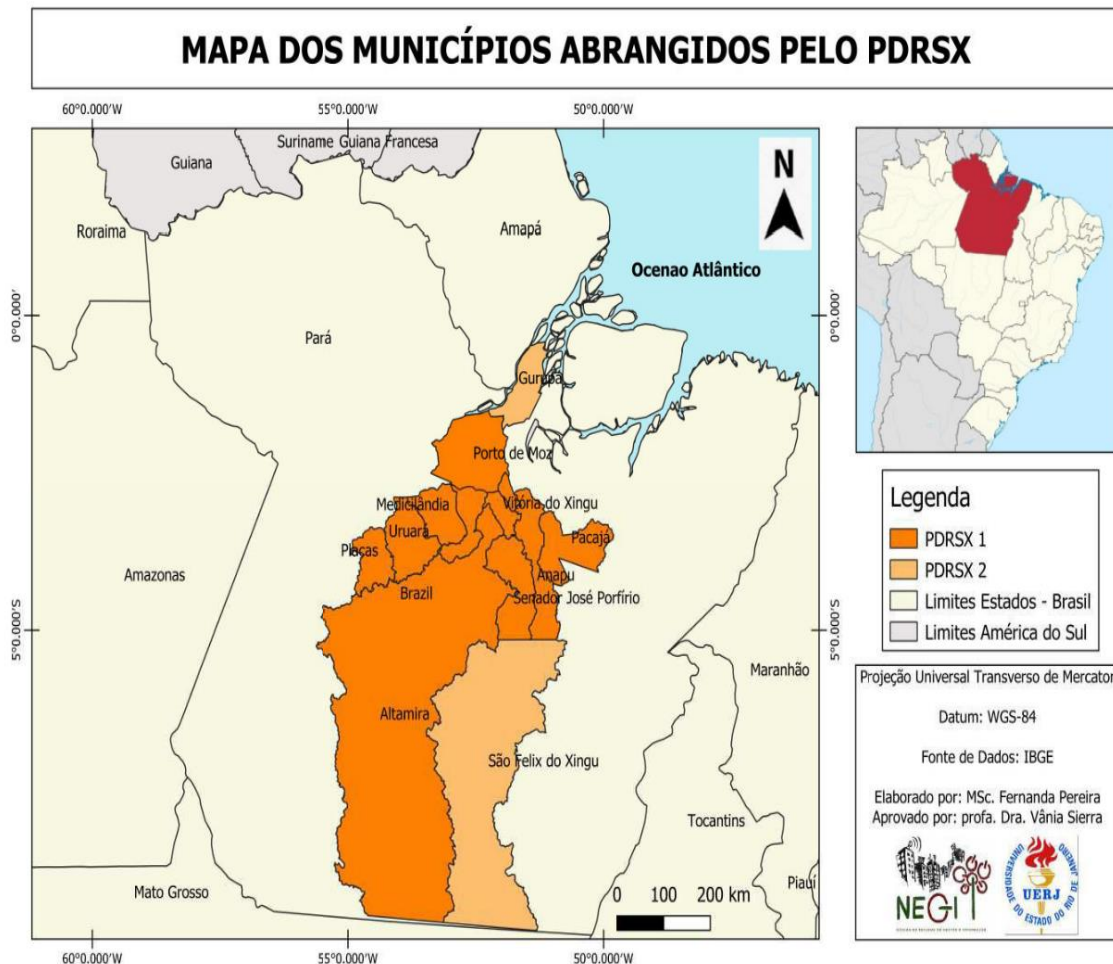


Elaboração: SEIR/GeoPARÁ

A Região de Integração do Xingu, estruturada no Planejamento Territorial Participativo (PTP) do governo do estado do Pará é composta por dez municípios que passaram a ser atendidos pelo PDRSX – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (Mapa 2). A região localiza-se na parte central do Estado do Pará, tendo como referência de ligação a bacia do rio Xingu e a rodovia Transamazônica (BR – 230).

O objetivo do PDRS do Xingu é estabelecer o desenvolvimento sustentável nos dez municípios da Região de Integração do Xingu, tendo como meta a evolução dos indicadores de qualidade de vida da população de sua área de abrangência, com a perspectiva de um modelo de gestão descentralizado territorialmente e democraticamente, permitindo assim o equilíbrio ambiental (PDRSX, 2014).

Mapa 3- Municípios abrangidos pelo PDRSX



Fonte: Geque (2019)

De acordo com Geque (2019), os municípios de São Félix do Xingu e Gurupá, por entenderem que fazem parte da área de impacto direto do projeto UHE Belo Monte, constituíram provas (argumentos políticos e técnicos) e reivindicaram sua respectiva participação junto ao PDRSX. Após apreciação da solicitação feita pelos dois municípios, o

Comitê Gestor decide pela inclusão de ambos nas políticas estabelecidas no plano (Resolução Nº 19/2016 de 29 de abril e Resolução Nº 20/2016 de 29 de abril), ampliando sua área de atuação, conforme Mapa 3. É importante destacar que tal decisão não foi homologada por um novo decreto federal.

Na tabela 04, é possível identificar a área de abrangência territorial dos municípios que compõe o campo de atuação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu. Os dez municípios somam uma área totalizando 250.793,173 Km², representando aproximadamente 20,1% do território paraense. No contexto territorial observa-se que os municípios apresentam grandezas territoriais distintas como: o município de Altamira considerado o maior em extensão territorial do mundo tendo uma área de 159.533,306 Km², já a maioria dos municípios ficam em uma faixa de pouco mais de 7 mil Km² a 17 mil Km² e, por fim o município de Vitória do Xingu com uma área de 3.089,537 Km² é o menor território que forma a Região de Integração do Xingu. Contudo a de se ressaltar que a maior parte da obra da UHE Belo Monte se realiza dentro deste último município.

Tabela 4- Área Territorial dos municípios da Região de Integração Xingu

Região de Integração	Município	Área Territorial (Km ²).
Xingu	Altamira	159.533,306
	Anapu	11.895,27
	Brasil Novo	6.362,575
	Medicilândia	8.272,629
	Pacajá	11.832,323
	Placas	7.173,194
	Porto de Moz	17.423,017
	Senador José Porfírio	14.419,916
	Uruará	10.791,406
	Vitória do Xingu	3.089,537
TOTAL GERAL	10 municípios	250.793,173

Fonte: PDRSX/IBGE.

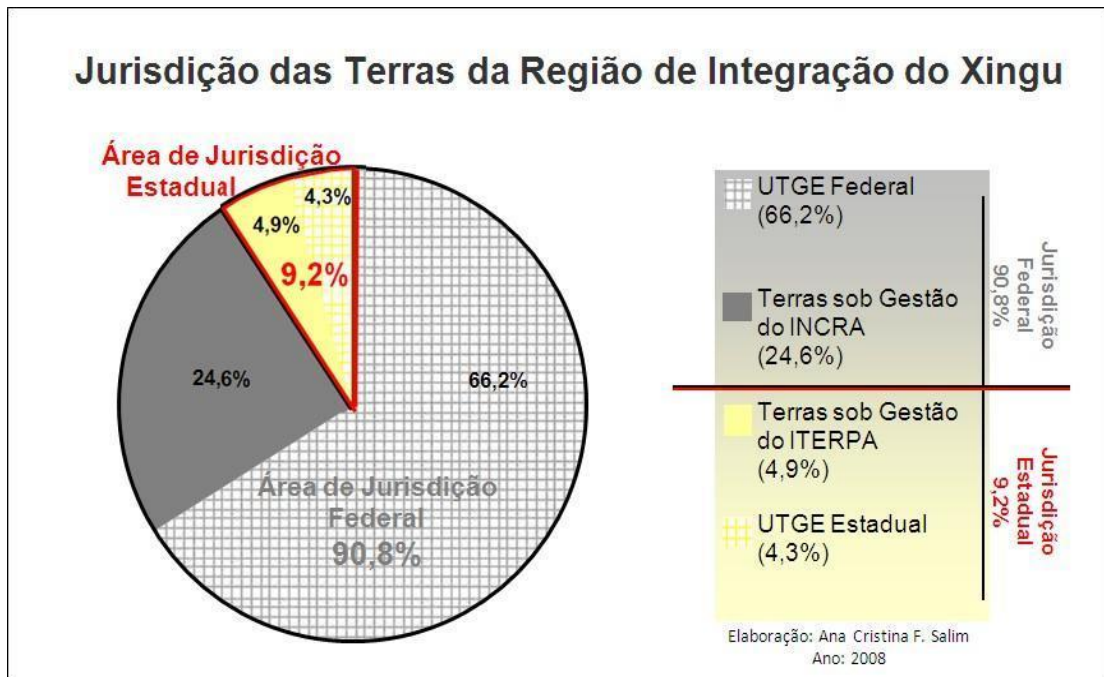
A região de integração do Xingu se insere no contexto territorial amazônico, que teve de forma mais efetiva uma política de ocupação planejada pelo Estado no desenrolar do século XX. As construções de rodovias de integração como BR-010 (Belém-Brasília), BR-163 (Cuiabá-Santarém), BR-230 (Transamazônica) dentre outras e o incentivo migratório de pessoas de outras regiões, criaram uma nova perspectiva espacial para o território. Becker

(2006, p.26) destaca as ações e motivações que levaram o Estado a desenvolver tal política pública, discorrendo que:

Mas é somente entre 1966 e 1985 que se inicia o planejamento regional efetivo da região. O Estado toma para si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacionais. Nesse projeto, a ocupação da Amazônia assume prioridade por várias razões. É percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores no Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura. Sua ocupação também foi percebida como prioritária em face da possibilidade de nela se desenvolverem focos revolucionários. Em nível continental, duas preocupações se apresentavam: a migração nos países vizinhos para suas respectivas Amazônias que, pela dimensão desses países, localizam-se muito mais próximos dos seus centros vitais, e a construção da Carretera Bolivariana Marginal de la Selva, artéria longitudinal que se estende pela face do Pacífico na América do Sul, significando a possibilidade de vir a capturar a Amazônia continental para sua órbita do Caribe e do Pacífico, reduzindo a influência do Brasil no coração do continente. Finalmente, em nível internacional, vale lembrar a proposta do Instituto Hudson de transformar a Amazônia em um grande lago para facilitar a circulação e a exploração de recursos, o que certamente não interessava ao projeto nacional (BECKER, 1982,1990).

O domínio fundiário dos dez municípios que formam a área de atuação do PDRSX é compartilhado entre o governo do Estado do Pará e o governo federal, no entanto nota-se a superioridade do governo central sobre a área de atuação, destacando em sua maioria as Unidades Territoriais de Gestão Especial (UTGE¹⁶), observados no gráfico 01 (PDRSX, 2010).

Gráfico 1- Distribuição percentual da jurisdição das terras da região do Xingu



Fonte: Iterpa, 2008.

¹⁶ Por UTGE compreende-se, as terras indígenas, as unidades de conservação e as áreas militares.

A população do estado do Pará de acordo com o último censo demográfico (2010) foi de 7.581.051 pessoas e, está estimada pelo IBGE no ano de 2021 em 8.777.124 habitantes. Segundo dados do censo demográfico (2010), 68,14% da população do estado se concentram nas cidades e/ou vilas e 24,51% estão na área rural (exceto aglomerado).

Destaca-se ainda sobre a demografia da região que uma vez confirmada a estimativa de 2021, desde 1991, 2000 e 2010 (censo demográfico na Tabela 5), a população apresenta um crescimento positivo ao observamos os dados de sua população absoluta.

Tabela 5- População residente por município na Região de Integração do Xingu

Municípios	Área Territorial (Km ²)	População			
		1991	2000	2010	2021
Altamira	159.533,306	72.408	77.439	99.075	117.320
Anapu	11.895,27	-	9.407	20.543	29.312
Brasil Novo	6.362,575	-	17.193	15.690	14.883
Medicilândia	8.272,629	29.728	21.379	27.328	32.347
Pacajá	11.832,323	30.777	28.888	39.979	49.110
Placas	7.173,194	-	13.394	23.934	32.325
Porto de Moz	17.423,017	15.407	23.545	33.956	42.456
Senador José Porfírio	14.419,916	39.010	15.721	13.045	11.305
Uruará	10.791,406	25.339	45.201	44.789	45.395
Vitória do Xingu	3.089,537	-	11.142	13.431	15.421
TOTAL GERAL	250.793,17	212.669	263.309	333.780	391.895

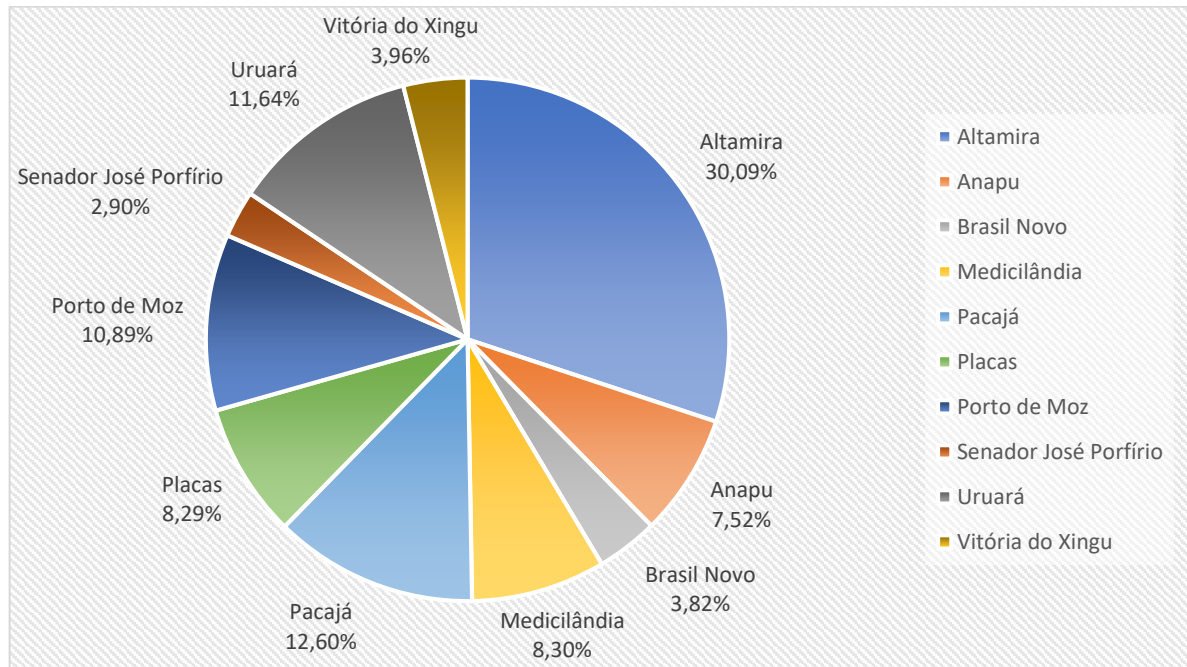
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010, Estimativa populacional 2021.

Dos dez municípios analisados deve se destacar que Brasil Novo e Senador José Porfírio são os únicos que apresentam a cada levantamento populacional realizado a redução de seu quantitativo, sendo possível ainda projetar uma densidade demográfica para este último de 0,78 hab/km², se compararmos com Altamira considerado o maior município do mundo em extensão territorial ainda ficam muito próximos, já que a densidade deste é de 0,73 hab/km².

A população da Região de Integração do Xingu, apresenta segundo a estimativa do IBGE (2021), um total de 391.895 pessoas. Em termos de disposição, 30,09% desse total se concentra no município de Altamira. Pacajá se apresenta com a segunda maior concentração populacional com um percentual de 12,60% e, na sequência têm-se o município de Uruará com

11,64%. Tomando como referência a estimativa do IBGE, Senador José Porfírio expõe o menor contingente populacional da região com 2,90%. Esses dados são observados no Gráfico 02.

Gráfico 2- Percentual da população residente por município da Região de Integração do Xingu (2021)



Fonte: IBGE, Estimativa populacional de 2021. Adaptação do autor.

Diante das alterações políticas no cenário nacional, o plano passa a sofrer mudanças significativas em sua estrutura. Com a publicação do Decreto Nº 9.748 de 07 de maio de 2019, o governo federal toma pra si a gestão do PDRSX (através do Ministério do Desenvolvimento Regional). Pouco mais de um ano depois em 20 de outubro de 2020, estabelece o Decreto de Nº 10.524 com um novo arranjo administrativo: primeiro torna sem efeito o decreto original (decreto nº7.340 de 21 de outubro de 2010), em segundo lugar anula as resoluções do CGDEX que incorporaram os municípios de São Félix do Xingu e Gurupá mantendo assim o território original com os dez municípios.

A nova gestão do plano se configura com o comando do governo federal através do ministério do Desenvolvimento Regional com 05 membros, e mais 01 vaga para o governo estadual, 01 vaga para as prefeituras (Associação Consórcio Belo Monte) e 04 vagas para a sociedade civil organizada.

CAPÍTULO III: O MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO COM SUAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO E DE USO DO TERRITÓRIO

Pretende-se neste capítulo discutir as possíveis implicações na gestão territorial do município de Senador José Porfírio. Considerando o contexto da descontinuidade, a gestão pública municipal e a territorialidade, uma vez que é imperativo o fortalecimento desta última para se atingir um desenvolvimento sustentável.

As demandas por serviços públicos se ampliam substancialmente, em um território em fase de expansão. A oferta de educação, de saúde e a manutenção de estradas são itens indispensáveis para a população local. Contudo, os desafios interpostos, diante de uma logística espacial da grandeza Amazônica é imenso, tendo centenas de quilômetros de estradas para cobrir e a descontinuidade geográfica como obstáculo.

3.1 Bases Socioeconômicas e Ambientais do Município

O município de Senador José Porfírio é a sexagésima terceira maior municipalidade em se tratando de Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Pará, ocupando uma posição intermediária no contexto dos municípios do estado (IBGE, 2018). A posição alcançada pelo município está ligada a exploração madeireira e a atividade agropecuária, que como veremos a seguir configuram como as principais atividades econômicas desenvolvidas dentro de seu território.

Para contextualizar a situação socioeconômica e ambiental do Município, nesta subseção serão abordados os seguintes dados: (3.1.1) população; (3.1.2) apropriações de uso do território municipal; (3.1.3) indicadores de educação e saúde pública no Município; (3.1.4) principais impactos ambientais no Município; (3.1.5) Governança pública na administração de Senador José Porfírio.

3.1.1 População

Senador José Porfírio compõe a região de integração do Xingu, fazendo parte da área de impacto direto do projeto UHE Belo Monte que gerou na última década profundas transformações socioeconômicas e ambientais nesta porção do território paraense.

Fundamentando-se em uma das definições de Derruou – (Derruou, Max. Geografia Humana I. editorial presença, Ltda. 1982. p 16 e 17) procurou-se compreender sua demografia e o mesmo afirma:

Quando nos debruçamos sobre um outro aspecto da população, o movimento desta, é ainda com expressões numéricas que vamos lidar. Ao falarmos de movimento da população, queremos significar, ao mesmo tempo, a variação quantitativa desta população e as migrações dos habitantes. No primeiro caso, exprime-se o crescimento ou decréscimo por número de valor absoluto, ou por percentagens que traduzem o acréscimo anual. Os números permitem ainda quantificar as causas diretas das variações: natalidade, mortalidade, em valor absoluto ou através de uma permilagem. São ainda utilizados para exprimir outras noções, a estudar mais adiante (a taxa de substituição, por exemplo). Todavia, na matéria que nos propomos tratar, nunca o número deve aparecer dissociado das causas, das ligações com meio Geográfico (estando aqui compreendidos causas econômicas e causas psicológicas).

Em dado momento o crescimento populacional do município foi impulsionado de forma acentuada pela colonização oficial, promovida pelo governo brasileiro desde o início da década de setenta. Coordenada pelo INCRA, que distribuía lotes de terras à colonos às margens da Transamazônica, o PIC – Programa Integrado de Colonização – foi responsável por taxas de crescimento populacional sem precedentes em todo o sudoeste paraense.

Para compreender o processo de migração do município é necessário contextualizar com a ocupação recente da Amazônia após 1960. As razões para a integração da Amazônia ao capitalismo e a sociedade nacional são as mais diversas, merecendo destaque a ocupação dos nordestinos. Segundo Loureiro (1989) “A necessidade de expandir os mercados de trabalho, de forma a poder empregar os excedentes populacionais do nordeste, seja como trabalhadores assalariados nos grandes projetos Amazônicos, seja na condição de pequenos produtores rurais”.

Outras razões foram utilizadas, como: A necessidade de aproveitar o potencial mineral, madeireiro e pesqueiro da Amazônia; a necessidade de abrir novos mercados para os produtos industrializados do Centro-Sul do país; motivo de “segurança nacional” entre outros.

Analisando as Tabelas 6 e 7, é possível perceber um forte fluxo migrante de nordestinos, com destaque do povo maranhense que se encontra em grande quantidade no município. Sua presença é tão marcante que na sede municipal surgiu um bairro denominado de “maranhense”, haja vista, que a ocupação dessa área é predominantemente de imigrantes do Maranhão. Muitos se estabeleceram na condição de pequenos produtores rurais, encontrando-se dispersos, principalmente ao longo da Rodovia PA-167 e suas vicinais. Utilizando a fala de uma das moradoras desse bairro, D. Elizabete do Nascimento Azevedo, reforça-se a citação acima:

“Vim da cidade de Codó (MA), em 1988, procurando mais facilidade na agricultura.”

Ao dissociar as tabelas da população residente, por sexo e lugar de nascimento em que uma apresenta a variável população residente (pessoas) e a outra a variável população residente – percentual do total geral dos migrantes de Senador José Porfírio, nota-se a predominância de

paraenses (84,96% - 83%), seguida de maranhenses (8,27% - 6,97%). Configurando como os principais migrantes desta circunscrição administrativa.

Tabela 6- População residente, por sexo e lugar de nascimento

Variável - População residente (Pessoas)						
Município - Senador José Porfírio (PA)						
Lugar de nascimento	Ano x Sexo					
	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	15721	8362	7359	13045	6995	6050
Rondônia	23	13	10	-	-	-
Acre	-	-	-	3	3	-
Amazonas	50	25	25	15	-	15
Roraima	-	-	-	-	-	-
Pará	13356	6940	6417	10827	5636	5191
Amapá	37	12	24	37	14	23
Tocantins	20	8	12	27	23	4
Maranhão	1301	755	546	909	543	365
Piauí	106	72	35	174	109	64
Ceará	201	118	83	167	112	54
Rio Grande do Norte	35	26	9	45	22	24
Paraíba	17	17	-	23	23	-
Pernambuco	95	62	33	74	43	31
Alagoas	-	-	-	22	11	10
Sergipe	8	8	-	10	4	5
Bahia	67	45	22	195	132	63
Minas Gerais	84	47	37	73	35	38
Espirito Santo	26	13	13	31	22	9
Rio de Janeiro	4	4	-	-	-	-
São Paulo	14	14	-	82	73	9
Paraná	114	65	48	78	39	39
Santa Catarina	6	4	2	5	-	5
Rio Grande do Sul	24	24	-	18	10	8
Mato Grosso do Sul	8	-	8	13	13	-
Mato Grosso	19	19	-	31	7	24
Goiás	106	72	34	129	80	49
Distrito Federal	-	-	-	11	11	-

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Tabela 7- População residente, por sexo e lugar de nascimento

Variável - População residente - percentual do total geral						
Município - Senador José Porfírio (PA)						
Lugar de nascimento	Ano x Sexo					
	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100	53,19	46,81	100	53,62	46,38
Rondônia	0,15	0,08	0,07	-	-	-
Acre	-	-	-	0,02	0,02	-
Amazonas	0,32	0,16	0,16	0,12	-	0,12
Roraima	-	-	-	-	-	-
Pará	84,96	44,14	40,82	83	43,21	39,79
Amapá	0,23	0,08	0,15	0,28	0,11	0,18
Tocantins	0,12	0,05	0,08	0,21	0,18	0,03
Maranhão	8,27	4,8	3,47	6,97	4,17	2,8
Piauí	0,68	0,46	0,22	1,33	0,84	0,49
Ceará	1,28	0,75	0,53	1,28	0,86	0,42
Rio Grande do Norte	0,22	0,17	0,06	0,35	0,17	0,18
Paraíba	0,11	0,11	-	0,18	0,18	-
Pernambuco	0,6	0,39	0,21	0,57	0,33	0,24
Alagoas	-	-	-	0,17	0,09	0,08
Sergipe	0,05	0,05	-	0,07	0,03	0,04
Bahia	0,43	0,29	0,14	1,5	1,01	0,48
Minas Gerais	0,54	0,3	0,24	0,56	0,27	0,29
Espirito Santo	0,16	0,08	0,08	0,24	0,17	0,07
Rio de Janeiro	0,02	0,02	-	-	-	-
São Paulo	0,09	0,09	-	0,63	0,56	0,07
Paraná	0,72	0,41	0,31	0,6	0,3	0,3
Santa Catarina	0,04	0,03	0,01	0,04	-	0,04
Rio Grande do Sul	0,16	0,16	-	0,14	0,08	0,06
Mato Grosso do Sul	0,05	-	0,05	0,1	0,1	-
Mato Grosso	0,12	0,12	-	0,24	0,05	0,19
Goiás	0,67	0,46	0,22	0,99	0,61	0,37
Distrito Federal	-	-	-	0,08	0,08	-

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Analisando os dados dos três últimos censos demográficos do IBGE, na tabela 8 (anos

de 1991, 2000 e 2010) a população vem decrescendo, sendo um dos poucos dos dez municípios que integram a região a apresentar tal situação, contabilizando 13.045¹⁷ habitantes no território municipal com densidade demográfica de 0,90 habitantes por km², dos quais 49,60% localizam-se na área urbana municipal.

Tabela 8- População residente e situação de domicílio

Variável - População residente (Pessoas)			
Município - Senador José Porfírio (PA)			
Sexo - Total			
Situação do domicílio	Ano		
	1991	2000	2010
Total	39010	15721	13045
Urbana	2195	5331	6470
Rural	36815	10390	6575

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

A densidade demográfica do município é seis vezes menor a verificada no estado, que é de 6,07 habitantes por km² (IBGE, 2010) e o percentual de residentes urbanos é de 18% menor que a média estadual que é de 68,48% da população ocupando as áreas urbanas (IBGE 2010). Porém, é possível visualizar na Tabela 9 que a população urbana do município vem crescendo e a população rural diminuindo.

Tabela 9- População residente, por sexo e situação de domicílio

Variável - População residente - percentual do total geral			
Município - Senador José Porfírio (PA)			
Sexo - Total			
Situação do domicílio	Ano		
	1991	2000	2010
Total	100	100	100
Urbana	5,63	33,91	49,6
Rural	94,37	66,09	50,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Pode-se perceber que no desenrolar dos anos noventa, o ritmo de crescimento populacional e a migração para terras do município diminuíram drasticamente. Os censos demográficos posteriores ao de 1991, demonstram uma perda populacional considerável. Explicada, em parte, pois o município perdeu território com a autonomia alcançada por Vitória do Xingu criada em 1991 (Lei N° 5.701 de 13 de dezembro de 1991), mais instalada em 1° de janeiro de 1993 e, posteriormente, devido a emancipação do município de Anapu em 1995 (Decreto Lei N° 5.929, de 28 de dezembro de 1995). Mas, outros fatores devem ser levados em consideração, tais como: esgotamento da mineração na Volta Grande do Xingu (Ilha da Fazenda

¹⁷ Dados do IBGE referente ao censo demográfico de 2010.

e Ressaca) e falta de condições de infraestrutura na saúde e educação.

Pelo censo de 2010, Senador José Porfírio revela uma população predominantemente jovem, seguida de adultos e idosos. No entanto, no que se refere ao gênero, pode-se observar que pelo censo de 2010 a população masculina era bem mais representativa do que a feminina (53,62% masculina e 40,83% feminina) respectivamente justificada por atividades extrativistas como a do garimpo, a da exploração madeireira e a agropecuária neste município, de acordo com os dados da tabela 10.

Tabela 10- População residente, por situação do domicílio, sexo e grupos de idade - sinopse

Variável - População residente - percentual do total geral									
Município - Senador José Porfírio (PA)									
Ano - 2010									
Grupo de idade	Situação do domicílio x Sexo								
	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100	53,62	46,38	49,6	24,74	24,86	50,4	28,88	21,52
1 a 4 anos	10,24	4,91	5,33	5,06	2,38	2,68	5,18	2,54	2,64
5 a 9 anos	12,53	6,32	6,22	6,53	3,1	3,43	6	3,21	2,79
10 a 14 anos	12,71	6,49	6,22	6,98	3,47	3,5	5,73	3,02	2,71
15 a 19 anos	10,07	5,29	4,78	5,49	2,78	2,71	4,58	2,51	2,07
20 a 24 anos	8,57	4,45	4,12	4,14	1,92	2,22	4,43	2,52	1,91
25 a 29 anos	8,56	4,65	3,92	4,35	2,18	2,17	4,22	2,47	1,75
30 a 34 anos	7,53	4,18	3,35	3,91	1,95	1,95	3,62	2,22	1,4
35 a 39 anos	6,04	3,46	2,58	3,12	1,72	1,4	2,92	1,73	1,19
40 a 44 anos	5,17	2,83	2,35	2,23	1,04	1,19	2,94	1,79	1,16
45 a 49 anos	4,75	2,95	1,8	2	1,18	0,82	2,75	1,77	0,98
50 a 54 anos	3,69	2,15	1,53	1,4	0,72	0,67	2,29	1,43	0,86
55 a 59 anos	2,79	1,63	1,16	1,02	0,5	0,52	1,77	1,13	0,64
60 a 64 anos	2,05	1,26	0,79	0,78	0,42	0,36	1,27	0,84	0,43
65 a 69 anos	1,44	0,87	0,57	0,7	0,33	0,37	0,74	0,54	0,21
70 a 74 anos	0,87	0,62	0,25	0,42	0,28	0,15	0,44	0,34	0,1
75 a 79 anos	0,44	0,29	0,15	0,27	0,17	0,1	0,18	0,12	0,05
80 anos ou mais	0,39	0,2	0,19	0,29	0,14	0,15	0,1	0,06	0,04

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

A partir das informações acima é possível discorrer em uma análise na qual o Município de Senador José Porfírio vem se urbanizando, diante de um movimento migratório significativo, o que proporciona novos arranjos espaciais com o surgimento de novos bairros. É também salutar destacar que o município sofre transformações significativas em seu território, atividades econômicas e conseqüentemente em sua população.

3.1.2 apropriações de uso do território municipal

Ao nos reportamos a colonização Amazônica, percebemos que suas principais

atividades econômicas sempre estiveram atreladas ao extrativismo. Tal afirmação é fundamentada por Prado Junior (1997, p.211) onde o mesmo discorre:

Encontraram os colonos na floresta Amazônica um grande número de gêneros naturais aproveitáveis e utilizáveis no comércio: o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e sobretudo o cacau. Sem contar a madeira e produtos abundantes do reino animal: destes últimos, são em particular as tartarugas, bem como os seus ovos, e o manacuru (peixe-boi) que servirão em escala comercial. Sem estas fontes de riqueza, teria sido impossível ocupar o grande vale. Os colonos não teriam procurado, os missionários não encontrariam base material de subsistência para manter o seu trabalho de catequese dos indígenas.

O município em estudo se insere no contexto da afirmação acima, haja vista, que as apropriações de uso do seu território, perpassam por explorações como: a extração do látex, principalmente das seringueiras para a produção de borracha, a extração da Castanha-do-Pará (colhidas nas castanheiras em áreas de terra firme), a extração da madeira e a garimpagem do ouro.

A economia do município ainda é muito dependente do extrativismo vegetal, onde a madeira é o principal produto desta atividade. A agricultura e a pecuária vêm aos poucos ocupando o seu espaço, uma vez que, a extração da madeira torna-se mais difícil. Outra atividade com importância econômica é a pesca artesanal que é a principal fonte de riqueza e na volta Grande do Xingu (Ilha da Fazenda e Ressaca), a exploração do ouro em escala industrial vive a expectativa através do empreendimento Belo Sun Gold. Contudo é pertinente fazer uma explanação mais abrangente sobre as principais atividades econômicas do espaço de Senador José Porfírio.

Para a compreensão do significado da borracha na economia de Senador José Porfírio durante seu período de exploração - é preciso não isolar de um contexto maior, o capitalismo – no qual o Brasil se inseria como país periférico, fornecedor de produtos primários.

A sede do município de Senador José Porfírio, está localizado às margens do Rio Xingu, próximo de um arquipélago conhecido pelos nativos como “Izilhas”. Área farta de seringueiras que durante o período de exploração da borracha configurou com a formação de vários seringais. Buscando explicitar tal questão, Capelato afirma (1997, p. 289) “No início da exploração, os seringais se localizaram principalmente na região das ilhas, inclusive Marajó, alcançando o Xingu e Jarí. As populações mestiças ou tapuias passaram a se dedicar inteiramente a produção da borracha...”.

Nas “Izilhas” formaram-se seringais com várias denominações: Retiro, Palhaço, Mucuripe, Lua Cheia, Croari, Tanequara, Boa Esperança, Jarauá, São Francisco, Paciência, Tucunarei, Cacau entre outros. A relação de trabalho que existia era a mesma imposta a todo

espaço amazônico o “aviamento”, onde os seringalistas alugavam ao seringueiro estradas contendo entre 100 a 150 árvores em cada uma, fornecia material para a coleta: tigela, faca, poronga, baldes, facão etc. Em troca o seringueiro se comprometia em vender sua produção ao seringalista, que também era o fornecedor de mantimentos, desta forma sempre manipulava seus fornecedores de látex.

O meio de transporte utilizado pelos seringueiros era a canoa, embarcação simples herdadas dos indígenas, já para o escoamento da produção local, surgia no Rio Xingu o regatão como: Rochinou, Primeiro de Maio, Rebelão, que chegavam de Belém carregados com mantimentos (café, fumo, querosene, açúcar, etc.) e retornavam abastecidos de borracha.

No processo histórico da produção da borracha são identificados dois períodos de grande procura do produto, um que foi de 1827 a 1912 e o outro durante o período da 2ª guerra mundial (1939 a 1945). Porém, a produção do município se inicia no século XIX, e se estende até a segunda metade do século XX, mais precisamente final da década de 60 percebe-se em estudos bibliográficos que a produção da borracha amazônica entrou em crise com a concorrência dos seringais Asiáticos, sendo que muitos locais que apresentavam um grande crescimento, sofreram um choque, ao ponto de pararem com toda produção. E com o declínio desta atividade surge no município uma outra forma de apropriação, que é a exploração madeireira.

A ação do governo brasileiro no período das décadas de 1960/1970 com abertura de importantes estradas na Amazônia (Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Santarém), associada a escassez da produção madeireira no centro-sul do país e a abundância desta matéria-prima na região, possibilitaram o crescimento do setor madeireiro na Amazônia Legal (UHL *et al.* 1996, p.149).

Com o total declínio da extração do látex (borracha) no cenário municipal, por volta do início da década de 1970, se ensaia na economia de Senador José Porfírio uma outra atividade que se tornaria futuramente à base econômica do município (A exploração madeireira).

Na época o sistema de produção era estruturado na extração da matéria-prima com caminhões de pequeno porte (bufet), e o transporte do produto (madeira em tora) passava a ser feito em jangadas, utilizando a bacia hidrográfica amazônica como via de transporte.

As empresas IMAS-REICON, BRUMOSA, SOCIEDADE AMAZÔNICA e MADENORTE, comercializavam as seguintes espécies: Sucupira (*Bowdichia sp.*), Pará-Pará, Cedro (*Cedrela odorata*), Virola (*Virola surinamensis*), Marupá (*Simaruba amara*), Freijó

(*Cordia sp*) e Sumaúma (*Ceiba pentandra*). A maioria madeira “boiera¹⁸” destinada para laminação e compensados, justificando-se a utilização de jangadas, uma vez que as indústrias de beneficiamento estavam em outros municípios e estados.

A REICON¹⁹ (Rebello Industria Comércio e Navegação), foi uma das primeiras empresas a montar uma serraria na cidade. E com o tempo foi se intensificando o número de madeireiros.

A década de 1990 foi avassaladora. O número de indústrias cresceu vertiginosamente, assim como os madeireiros. Surgia no município as seguintes madeireiras: MASAM (CNPJ: 83.589.150/0002-90), LAMISUL (CNPJ: 83.750.042/0001-77), L & F TIMBER (CNPJ: 83.386.797/0001-34), PORBRAS (CNPJ: 02.625.682/0001-53), IMAS (CNPJ: 04.457.389/0001-50), CINCO ESTRELAS (CNPJ: 01.301.848/0001-13) e SJP. MADEIRAS.

Os dados visualizados na Tabela 11, demonstram como a produção de madeira em tora foi expressiva no início da década de 90 e depois não manteve a regularidade ou crescimento, uma vez, que a produção ganha novos contornos nas indústrias acima citadas. Desta forma a maior parte da madeira passa a ser comercializada com certo beneficiamento.

Tabela 11- Produção de Madeira em tora (metro Cúbico) no município de Senador José Porfirio – PA de 1990-2000

Quantidade produzida na extração vegetal no Município de Senador José Porfirio - PA
Tipo de Produto Extrativo = Madeira em Tora m³

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total	40.000	50.000	60.000	20.000	15.000	8.500	8.545	60.000	15.720	41.830	38.800

Fonte: IBGE

Porbrás e Braspor²⁰ surgem de uma parceria entre o capital nacional e internacional (português), que revolucionam todo o sistema de produção tradicional. Os maquinários de última geração vão passar a estruturar e intensificar a exploração no município, com caminhões, carregadeiras, tratores, oficina móvel, oficina fixa, balsas, armazéns, conjunto residencial para os funcionários e um luxuoso condomínio para seus proprietários (Figuras 3 e 4).

Figura 3- Condomínio Porbrás Proprietários

¹⁸ Expressão utilizada para se referir a espécies de madeira que flutuam e desta forma eram agrupadas através de grampos e cabos de aço para serem rebocadas pelo rio (Jangadas).

¹⁹ Grupo empresarial que se destacou na região. Teve Senador José Porfirio – PA, como berço de seus negócios e depois expandiu suas atividades a outros territórios.

²⁰ Indústrias que nos últimos anos da década de 90, revolucionaram o setor produtivo da madeira no município, com investimento pesado na infraestrutura e máquinas. Localizada na estrada Jutai km02.



Fonte: Robson Leocadio-set/2008.

Figura 4- Vila Porbrás Funcionários



Fonte: Robson Leocadio-set/2008.

Com a expansão desta atividade é fácil deduzir que o número de empregos surgia a cada

indústria implantada, no entanto, por se tratar de uma atividade predatória tanto para as relações trabalhistas quanto para o meio ambiente, é de fundamental importância discorrer a respeito: as relações trabalhistas passam do pequeno número de funcionários estáveis (carteira assinada) ao grande número de funcionários instáveis (contrato temporário ou produção), gerando incertezas aos trabalhadores que dependem desta atividade para sobreviver. A dinâmica de trabalho no interior da serraria é árduo, inseguro e insalubre. As indústrias do município apresentam as mesmas condições de trabalho: piso de chão batido repleto de aparas e tocos, fios elétricos estendidos, chaves de ligações elétricas expostas perigosamente, trabalhadores sem máscaras, luvas, botas e mesmo sem óculos de proteção contra os inúmeros resíduos de pó e madeira que flutuam no ar e que se desprendem perigosamente da madeira em direção ao rosto. Os acidentes de trabalho são frequentes e atingem principalmente os trabalhadores rurais que chegam as serrarias, nas suas primeiras semanas de trabalho.

Na atualidade é manchete nos jornais, o acentuado desmatamento no espaço amazônico, onde a correlação madeira-pecuária transforma a floresta em pastagens imensas. Para se ter uma ideia, no início da exploração (década de 70), os primeiros madeireiros de Senador José Porfírio iam extrair a madeira há quatro ou seis quilômetros de distância da sede municipal, hoje para realização desta atividade estes trajetos se prolongam a mais de cinquenta quilômetros, tão acentuada foi e é a exploração.

As localizações das indústrias madeireiras estavam em pontos estratégicos, situando-se na margem do rio, uma vez que o escoamento de toda a produção era feito por sua malha hidrográfica, utilizando balsas. Hoje essa realidade é completamente diferente, uma vez, que frotas de caminhões chegam ao município para abastecer e levar a madeira beneficiada pelas rodovias.

No que diz respeito ao processo de produção e comercialização da madeira percebe-se um emaranhado de relações, que envolvem: colonos, pequenos madeireiros (bufeteiros), grandes madeireiros e donos de serrarias (grandes empresários), ou seja, os atores que dinamizam esta exploração. E todo este processo se faz em função principalmente do mercado interno.

A primeira comercialização interna que se observa é aquela feita entre colono e o pequeno madeireiro ou os grandes empresários, existindo uma relação de compra e venda, em que se agrega valor a espécie e não ao metro cúbico do produto. A forma de negociação existente é o repasse de uma pequena porcentagem da madeira bruta (em tora) ao colono²¹, que

²¹ Proprietário da terra onde a madeira é extraída.

geralmente varia entre 10% a 15%. Esse processo pode ser visualizado na Figura 5.

Figura 5- Exploração e Transporte



Fonte: Maycon Resende

O próximo passo da comercialização interna ocorre entre o pequeno madeireiro (bufeteiros) ou o grande madeireiro e a serraria (indústria), sendo que nesta situação a relação comercial se dá na compra do metro cúbico do produto, utilizando a fórmula 1, para madeira serrada (beneficiada) e a fórmula 2, para madeira em tora (bruta) (Figura 6).

Figura 6- Fórmula de cálculo para cubar madeira em tora e madeira serrada

$$\text{Espessura X largura X comprimento X quantidade} \quad (1)$$

$$\text{Rodo} / 4X = X \text{ comprimento} \quad (2)$$

Fonte: Próprio Autor.

Tabela 12- Comercialização da Madeira em tora: Madeireiro (bufeteiros) x Serraria (indústria)

Nº	Nome popular	Espécie	Valor R\$ por m ³	
1	Tatajuba	<i>Bagassa guianensis Aubl.</i>	R\$	400,00
2	Pequiá	<i>Caryocar villosum (Aubl.) Pers.</i>	R\$	600,00
3	Orelha de Macaco	<i>Enterolobium schomburgkii (Benth.) Benth</i>	R\$	280,00
4	Angelim Pedra	<i>Hymenolobium excelsum Ducke</i>	R\$	600,00
5	Angelim Vermelho	<i>Dinizia Excelsa Ducke</i>	R\$	600,00
6	Maçaranduba	<i>Manilkara huberi</i>	R\$	700,00
7	Muiracatiara	<i>Astronium ulei Mattick</i>	R\$	500,00
8	Sucupira preta	<i>Bowdichia nitida Spruce ex Benth</i>	R\$	500,00
9	Cumarú rosa	<i>Dipteryx magnifica (Ducke)</i>	R\$	800,00
10	Cumarú amarelo	<i>Dipteryx odorata (Aubl.) Willd.</i>	R\$	800,00
11	Jatobá da mata	<i>Hymenaea courbaril L.</i>	R\$	600,00
12	Ipê roxo	<i>Handroanthus impetiginosus (Mart. Ex DC.) Mattos</i>	R\$	1.500,00
13	Cedro	<i>Cedrela odorata</i>	R\$	1.500,00
14	Sucupira vermelha	<i>Lecythis pisonis Cambess</i>	R\$	500,00

Fonte: Próprio Autor

Nas tabelas 12 e 13, é possível visualizar monetariamente a relação de valores de algumas espécies selecionadas em uma comercialização em tora entre a produção local, relacionada ao processo de extração e na outra a comercialização da madeira beneficiada com o consumidor final.

As serrarias recebem a madeira em tora e beneficia. Após o beneficiamento da madeira em: peças, ripas, vigas e outros pedidos, tem-se uma nova etapa de comercialização. Há pouco tempo era comum pedidos do mercado externo como Europa e Ásia, na qual as negociações eram feitas em dólar. Porém, hoje a região e o município estão estruturados em um sistema de produção voltado principalmente para o comércio nacional, direcionados ao nordeste e sudeste do país.

Nesse contexto a dinâmica do escoamento precisa ser observada, uma vez, que no período em que o produto era negociado com o exterior o transporte era realizado exclusivamente por balsas em direção a capital do estado, para posterior envio ao seu destino final. Na atualidade, o sistema de produção e escoamento ganha uma nova configuração, em que caminhões e carretas são utilizados para escoar a produção pelas rodovias PA-167 que liga a sede do município a BR-230 e assim se conectam a malha rodoviária do país.

Tabela 13- Comercialização da Madeira beneficiada: (indústria) x (exportação-Brasil)

Nº	Nome popular	Espécie	Valor R\$ por m ³	
1	Tatajuba	<i>Bagassa guianensis Aubl.</i>	R\$	1.300,00
2	Pequiá	<i>Caryocar villosum (Aubl.) Pers.</i>	R\$	1.500,00
3	Orelha de Macaco	<i>Enterolobium schomburgkii (Benth.) Benth</i>	R\$	850,00
4	Angelim Pedra	<i>Hymenolobium excelsum Ducke</i>	R\$	1.600,00
5	Angelim Vermelho	<i>Dinizia Excelsa Ducke</i>	R\$	1.500,00
6	Maçaranduba	<i>Manilkara huberi</i>	R\$	2.200,00
7	Muiracatiara	<i>Astronium ulei Mattick</i>	R\$	1.700,00
8	Sucupira preta	<i>Bowdichia nitida Spruce ex Benth</i>	R\$	1.500,00
9	Cumarú rosa	<i>Dipteryx magnifica (Ducke)</i>	R\$	3.000,00
10	Cumarú amarelo	<i>Dipteryx odorata (Aubl.) Willd.</i>	R\$	3.000,00
11	Jatobá da mata	<i>Hymenaea courbaril L.</i>	R\$	1.800,00
12	Ipê roxo	<i>Handroanthus impetiginosus (Mart. Ex DC.) Mattos</i>	R\$	4.000,00
13	Cedro	<i>Cedrela odorata</i>	R\$	3.800,00
14	Sucupira vermelha	<i>Lecythis pisonis Cambess</i>	R\$	1.500,00

Fonte: Próprio Autor

Está sendo rápida a decadência da exploração madeireira. Em alguns decênios grande parte das matas que continham preciosas árvores se esgotou. E a tendência é que aos poucos as indústrias se direcionem a novas áreas que lhe ofereçam a matéria-prima em fartura. Com tudo que foi exposto, percebe-se de que forma esta atividade se tornou tão importante na economia do município. As indústrias madeireiras que atualmente fazem parte do cenário econômico, aos poucos migram em direção a novas reservas, e como em toda atividade predatória, no local fica o ônus para que a comunidade possa administrar.

Logo após pouco mais de três décadas de exploração não-manejada, o “choque” se concretiza quando uma força tarefa do IBAMA, em conjunto com a polícia federal (OPERAÇÃO ARCO DE FOGO), autuam e lacram as indústrias locais (ex: S.J.P. Madeiras), demonstrando que a política ambiental vem de forma severa. No passado as fiscalizações do órgão (IBAMA) eram espaços e ineficazes. No Mapa 4 é possível identificar as principais áreas no território de Senador José Porfírio que sofrem com a exploração desta atividade econômica.

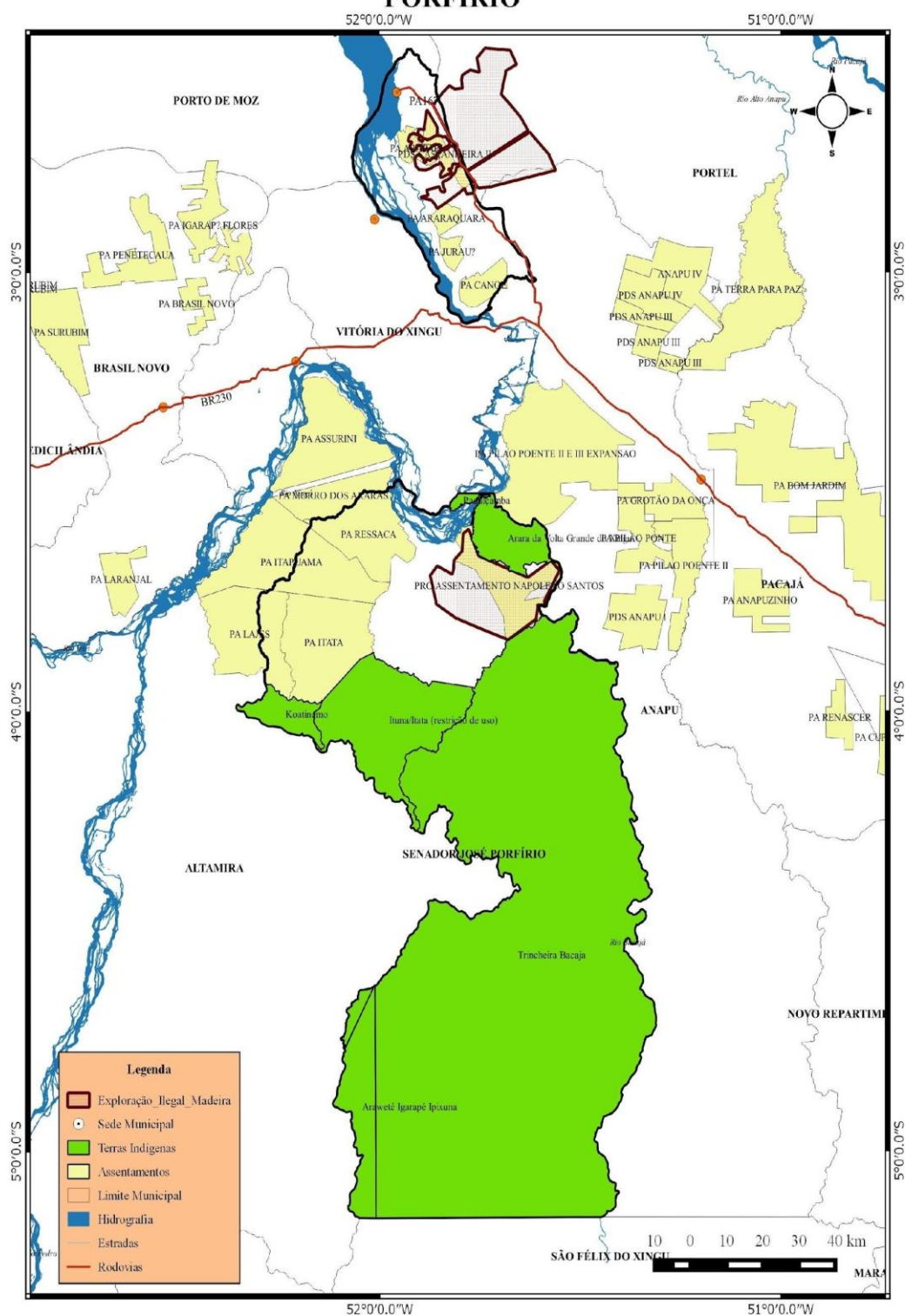
Segundo Berta Becker (2006.P.128), existe um vetor tecno-ecológico, que caracteriza as forças exógenas (nacionais e internacionais), proporcionando desta forma uma nova dinâmica regional que, busca implementar o desenvolvimento sustentável almejado pelo Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.

No mês de fevereiro de 2008, agentes do IBAMA, assistidos pela Polícia Federal, reúnem-se com empresários do setor, no auditório (Manoel Lessa Barradas) da Secretaria

Municipal de Educação Desporto e Turismo-SEMEC, e em seguida na rádio local, para justificar a ação governamental, visualizando o impacto causado na cidade os agentes federais procuraram sensibilizar a comunidade e esclarecer as ações ora empreendidas.

Mapa 4- Exploração madeireira em SJP

EXPLORAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA EM SENADOR JOSE PORFÍRIO



Fonte: PMSJP.

Outra grande operação que atinge o setor madeireiro no município ocorre em novembro de 2017 em que a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado (SEMAS), através da sua Diretoria de Fiscalização Ambiental e com o apoio do Batalhão de Policiamento Ambiental apreende aproximadamente 10.000 metros cúbicos de madeira em tora. A matéria-prima apreendida não possuía documentação.

As ações ostensivas de fiscalização citadas acima, realizadas pelas instituições governamentais só foram executadas pela falta de projetos de manejo que legalizassem a extração da matéria-prima, é salutar ressaltar que os projetos de manejo não se materializam no espaço da produção, é mera burocracia como já mencionado anteriormente.

O cenário econômico e social pode retratar como se comporta a cidade com a paralisação de sua principal atividade. O desânimo é a palavra melhor empregada para o momento. Algumas pessoas desacreditadas migraram para outros municípios, alguns empresários aguardam a possível liberação de projetos de manejo já em tramitação. A perda populacional se materializa nos censos demográficos e estimativas do IBGE, tem outros fatores que contribuíram para o cenário em tela. Contudo, as crises enfrentadas pelo setor madeireiro diante das ações de fiscalização do Estado é mais um elemento deste pacote.

A importância da atividade madeireira no município e na região Amazônica é inquestionável. A motivação para o manejo florestal é pequena. Os empresários em sua maioria são pouco esclarecidos com relação às técnicas de manejo.

O manejo florestal pode apresentar retornos econômico e financeiro que satisfaçam os setores empresarial e governamental dentro de interesses comuns, ou seja, a conservação e o uso dos recursos.

Um outro fator que ganhou importância é a certificação de produtos florestais, onde também se insere a questão do manejo florestal (LENTINI; PEREIRA; CELENTANO; PEREIRA, 2005, p. 81). Para serem certificadas, as atividades do manejo florestal devem ser benignas ao meio ambiente, com o mínimo de impacto possível. Não esquecendo que o bom manejo deve ser economicamente viável e socialmente justo.

O desenvolvimento da tecnologia florestal, na falta das condições do setor privado, deveria ser encargo do poder público, as técnicas de manejo já existem, no entanto, é necessária a otimização deste setor para que se torne viável. Becker (2006), discute o assunto ressaltando a necessidade de uma revolução tecnológica para a região amazônica, haja vista, que o país já se especializou na exploração de petróleo em águas profundas, no desenvolvimento da cana-de-açúcar na mata atlântica (produção de combustível) e a expansão da soja no cerrado. Os ecossistemas florestais amazônicos necessitam desta revolução tecnológica para que possa de

fato acontecer o uso sustentável.

Os benefícios da exploração manejada podem ser observados em longo prazo, já que existe uma maior produtividade do trabalho e redução do desperdício de madeira. Além disso, reduz os danos às árvores não extraídas. Assim, a combinação de um bom estoque de madeira remanescente com tratamentos silviculturais após a exploração deverá resultar em um maior acúmulo de madeira nas áreas manejadas. Diante disto uma exploração florestal com manejo tem como objetivos: reduzir os danos à floresta; reduzir os desperdícios de madeira e aumentar a eficiência das operações de extração.

Conforme mostra a Tabela 14, pode-se observar a intensidade da exploração com e sem manejo. Na exploração manejada, o volume de madeira explorada é superior do que na exploração sem manejo (38,6 m³/ha versus 29,7 m³/ha). O aumento no volume extraído na exploração manejada está associado a menor perda de madeira durante a derrubada e extração das árvores. Nota-se também que na exploração manejada, em média, extrai-se árvores maiores: 8,16 m³/ha versus 5,3 m³/ha na área não manejada.

Tabela 14- Características da exploração de madeira com e sem manejo em uma área no município de Paragominas – PA, Amazônia Oriental

Características da exploração	Com manejo	Sem manejo
Volume médio extraído (m ³ /ha)	38,6	29,7
Número de árvores extraídas por há	4,5	5,6
Área basal das árvores extraídas (m ³ /há)	2,2	2,3
Volume médio (m ³) das árvores extraídas (s, d; m)	8,16 (6,22; 138)	5,3 (3,83; 2790)
Diâmetro médio (cm) com base do tronco das árvores extraídas (s, d; n)	79,00(23,9; 138)	71,8 (17,8; 279)

Fonte: IMAZON

Os custos da derrubada na exploração com manejo feita por duas pessoas (motosserrista e ajudante), é equivalente a exploração sem manejo com equipe similar (0,30 e 0,31 U\$\$/m³). A produtividade destas duas equipes na exploração apresenta os mesmos custos, em parte, por conta da metodologia utilizada. No entanto, a produtividade da derrubada com manejo feita por

três pessoas (10,9 m³/hora/homem) foi superior à das equipes com duas pessoas. A equipe de três pessoas com manejo derrubou 33,6 árvores por dia, enquanto as equipes de duas pessoas com e sem manejo derrubaram 14,8 e 22 árvores por dia. O aumento da produtividade da equipe de três pessoas ocorreu porque um dos motosserrista era responsável exclusivamente pela derrubada e o outro por finalizar o trabalho, mantendo apenas um ajudante e apresentou um custo inferior as das outras equipes em análise com 0,25 U\$\$/m³, conforme Tabela15.

Tabela 15- Produtividade e custos da derrubada de árvores na exploração com e sem manejo em Paragominas – PA, Amazônia Oriental

Tipo de Equipe	Nº de árvores derrubadas por dia	m³ derrubado por dia	m³/hora/homem	Custo (U\$\$/m³)
2 pessoas sem manejo	22	116,6	9,5	0,3
2 pessoas com manejo	14,8	124,6	7,8	0,31
3 pessoas com manejo	33,6	261,6	10,9	0,25

Fonte: IMAZON

Com o potencial madeireiro que a região possui, e com orientações no sentido da utilização pela administração ordenada da floresta, mostrando o valor que a madeira apresenta, parece possível ensinar um trabalho frutífero. Desde que ocorra a revolução científica e tecnológica para exploração da floresta.

Fica claro que na gestão do território o papel do governo é fundamental para construção do espaço. Ao observarmos os últimos 40 anos, as diretrizes da região Amazônica foram pré-estabelecidas de forma direta por uma política governamental de ocupação. E neste cenário incentivou-se a exploração dos recursos madeireiros e agropecuários sem se preocupar com os impactos ecológicos e sociais.

Cabe neste momento apresentar a parceria que existe de forma direta ou indireta entre a exploração madeireira e a agropecuária. Duas atividades que se consorciaram no processo de produção do espaço, contribuindo de forma significativa na alteração do ambiente.

Os habitantes de Senador José Porfírio como os demais de toda a Amazônia precisam de novos horizontes na busca de uma melhor qualidade de vida. E a revolução acima mencionada precisa acontecer para que se gere tecnologia adequada para explorar a região na busca da solidificação de uma sociedade sustentável.

A exploração aurífera em Senador José Porfírio localiza-se nos distritos da Ilha da Fazenda e Ressaca em que a ocupação destas localidades se fez pela exploração da borracha, castanha-do-pará e a caça ao gato do mato, uma vez, que a pele era de alto valor comercial (início do século XX). A Ilha onde moravam as primeiras famílias era conhecida como São Sebastião por ser o padroeiro do lugar, pelo fato de haver muito capim nas áreas baixas e com o aumento da criação bovina passou a se chamar de Ilha da Fazenda.

É importante frisar que a ocupação desta área não se deu de forma pacífica. Os primeiros moradores desejavam ocupar o outro lado, de terra-firme (hoje Ressaca), mas era habitada pelos nativos (índios) que eram hostis aos invasores. A partir de 1940 inicia-se a exploração do ouro com a descoberta do primeiro garimpo denominado de Gréia. Com isso vários aventureiros se lançam na busca do metal precioso, surgindo novos garimpos como: Galo, Japão, Ítatá (algumas denominações de garimpos aqui mencionados está relacionado ao seu descobridor, ex: Gréia – Descobridor Manoel Gréia; Galo – Descobridor Criolo (Negro) seu apelido era Galo; Ítatá – Descobridor Ademar, por ser gago quando lhe perguntavam por algo a resposta era I-ta-tá-ai).

Essas investidas na busca do ouro geraram conflito direto entre os Silvícolas e os exploradores, causando morte de ambos os lados e logo foi acionado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que deliberou a captura dos índios para serem levados a Altamira, onde seriam civilizados.

A origem do ouro encontrado é de Aluvião, que se encontra, sobretudo, no leito dos cursos d'água e nas margens mais próximas. Ele resulta de um processo geológico milenar em que a água tendo atacado as rochas matrizes, onde antes se concentrava o metal, o espalhou por uma área superficial extensa.

A forma de exploração do minério se dava por utensílios artesanais. Ex: bateia, pá e outros, criados pelos próprios garimpeiros. Porém, com a notícia da crescente exploração aurífera na ilha da fazenda, vários garimpeiros se dirigiam para o local, passando a exploração a ser realizada pelos seguintes equipamentos: balsas, bombas de sucção, trator de esteira, pá carregadeiras etc.

O auge da produção aurífera do município data de 1975 a 1986. A mudança foi radical, ocorrendo à implantação de bordéis, bares, comércios e igrejas. A ocupação desordenada, típica de garimpo, toma conta de todo o espaço. Prostituição, drogas e outras atividades atraídas pelo garimpo se instalaram na localidade.

É possível visualizar a evolução do trabalho artesanal na exploração do ouro na região nas Figuras 7, 8 e 9 em que se tem o trabalho manual e rudimentar, a utilização de moinhos de pedra e a inserção de chupadeiras.

Figura 7- Trabalho manual no garimpo da Ressaca em 1985



Fonte: Oselino Santana.

Figura 8- Trabalho com Chupadeira no garimpo da Ressaca em 1987



Fonte: Rozinele Braga.

Figura 9- Trabalho com moinho de pedra no garimpo da Ressaca em 1988



Fonte: Oselino Santana.

No garimpo do Itatá, havia uma firma denominada Oca Mineração, de propriedade do deputado Jader Barbalho, trabalhando com máquinas pesadas: trator de esteira, pá carregadeira e draga que realizavam escavação para a retirada do ouro do subsolo. Com todo esse processo e a descoberta de mais ouro, os garimpeiros (agora) em terra-firme começaram a invadir a área da oca e no dia 26 de fevereiro de 1986 se reuniram e atearam fogo nos maquinários da firma. Porém, a represália foi imediata, no dia seguinte, homens que se identificavam como agentes federais começaram a espancar os garimpeiros e as mulheres. Só não apanharam os que conseguiram fugir, essa tortura durou 15 dias e nesse período os “soldados” capturaram os prisioneiros, colocando-os em cima de uma balsa de ferro, onde foram forçados a mastigar e a comer sabão e pimenta. Esta passagem marca o declínio do garimpo.

Por volta de 1988 é descoberto o garimpo ouro verde, e a fraca produção passa a ser administrada pelos donos das terras, através da cobrança de porcentagem da lavra do ouro.

A partir do ano de 2010 a exploração de ouro no município de senador José Porfírio ganha um novo ator que busca extrair o metal nobre em escala industrial. Trata-se da empresa Belo Sun Mineração Ltda. que através do Projeto Volta Grande Gold inicia o processo para desenvolver a atividade econômica na região, conforme destaca o Instituto Socio Ambiental:

A empresa Belo Sun Ltda. é subsidiária brasileira da Belo Sun Mining Corporation, pertencente ao grupo Forbes & Manhattan Inc. Tal empresa detém autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para pesquisa mineral na região da Volta Grande do Xingu (processos nº 805.657/76, 805.658/76, 805.659/76, 812.559/76) e aguarda a emissão de licença ambiental – a Licença Prévia (LP) – pela Secretaria de Meio Ambiente do Pará (SEMA-PA), para possibilitar posterior implantação de empreendimento de lavra e beneficiamento de ouro que corresponderia ao maior projeto de exploração deste metal no país, na modalidade de mina a céu aberto (ISA, 2013, p.1).

Quadro 7- DNPM's objeto do licenciamento

PROCESSO DNPM	FASE	PROCESSO DNPM	Área em hectares
805.658/76	Relatório Final de Pesquisa Aprovado	805.658/76	552,02
805.659/76	Relatório Final de Pesquisa Aprovado	805.659/76	645,07
812.559/76	Relatório Final de Pesquisa Aprovado	812.559/76	637,30
805.657/1976	Relatório Final de Pesquisa Aprovado	08/10/2012	522,02
TOTAL			2.356,41

Fonte: Belo Sun, 2012.

O quadro 7 detalha as fases processuais em que está se desenvolvendo a exploração na região.

Os estudos realizados pela empresa, considera a vida útil do projeto em 12 anos, com investimentos orçados na casa de US\$ 1.092.779.000,00. Subdivididos em investimento financeiro de US\$ 380.077.000,00 e os custos de operação do empreendimento estimados em US\$ 712.702.000,00 (BELO SUN, 2012).

Os impostos previstos com a instalação do empreendimento, apontam para uma arrecadação significativa em que a tributação fiscal direta - ISSQN, IPTU, CEFEM – estabelece 65% para Senador José Porfirio; 23% para o estado do Pará e 12% para o DNPM, sem contar os tributos do IPVA e do ICMS (BELO SUN, 2012). Os valores previstos podem ser visualizados no Quadro 8.

Quadro 8- Tributos previstos para a arrecadação do Projeto Volta Grande (Federais, Estaduais e Municipais)

NATUREZA DO TRIBUTO	VALORES (R\$)	TEMPO ESTIMADO
Carga tributária sobre o investimento inicial (CAPEX)	63.901.000,00	Diluídos nos dois anos iniciais
Carga tributária sobre o custo de operação (OPEX)	460.289.000,00	Diluídos ao longo de 11 anos
Investimento corrente (Sustaining Capital)	49.135.000,00	Diluídos ao longo de 11 anos
Sobre o lucro operacional	371.810.000,00	Diluídos ao longo de 9 anos
Sobre a venda de ouro	122.352.000,00	Diluídos ao longo de 11 anos
ARRECADAÇÃO TOTAL	1.067.487.000,00	Diluídos ao longo de 13 anos (implantação + operação)

Fonte: Belo Sun, 2012.

Dois fatores estão sendo determinantes para a postergação do processo de implantação

do Projeto: o primeiro está relacionado ao fato de que a área do empreendimento se localiza nas proximidades de terras indígenas (Mapa 5), o que torna necessários seguir determinados protocolos definidos em Lei.

O segundo se reflete nas atuações de movimentos sociais, sociedade civil organizada e nas atuações dos Ministérios Público Federal e Estadual e Defensoria Pública que acompanham rigorosamente os tramites do Projeto na perspectiva das Licenças para iniciar as obras e a exploração. Conforme observado na Figura 10, em que vários momentos a justiça suspendeu as atividades da empresa, principalmente por não cumprir os protocolos relacionados a legislação que ampara os povos tradicionais, no caso as comunidades indígenas.

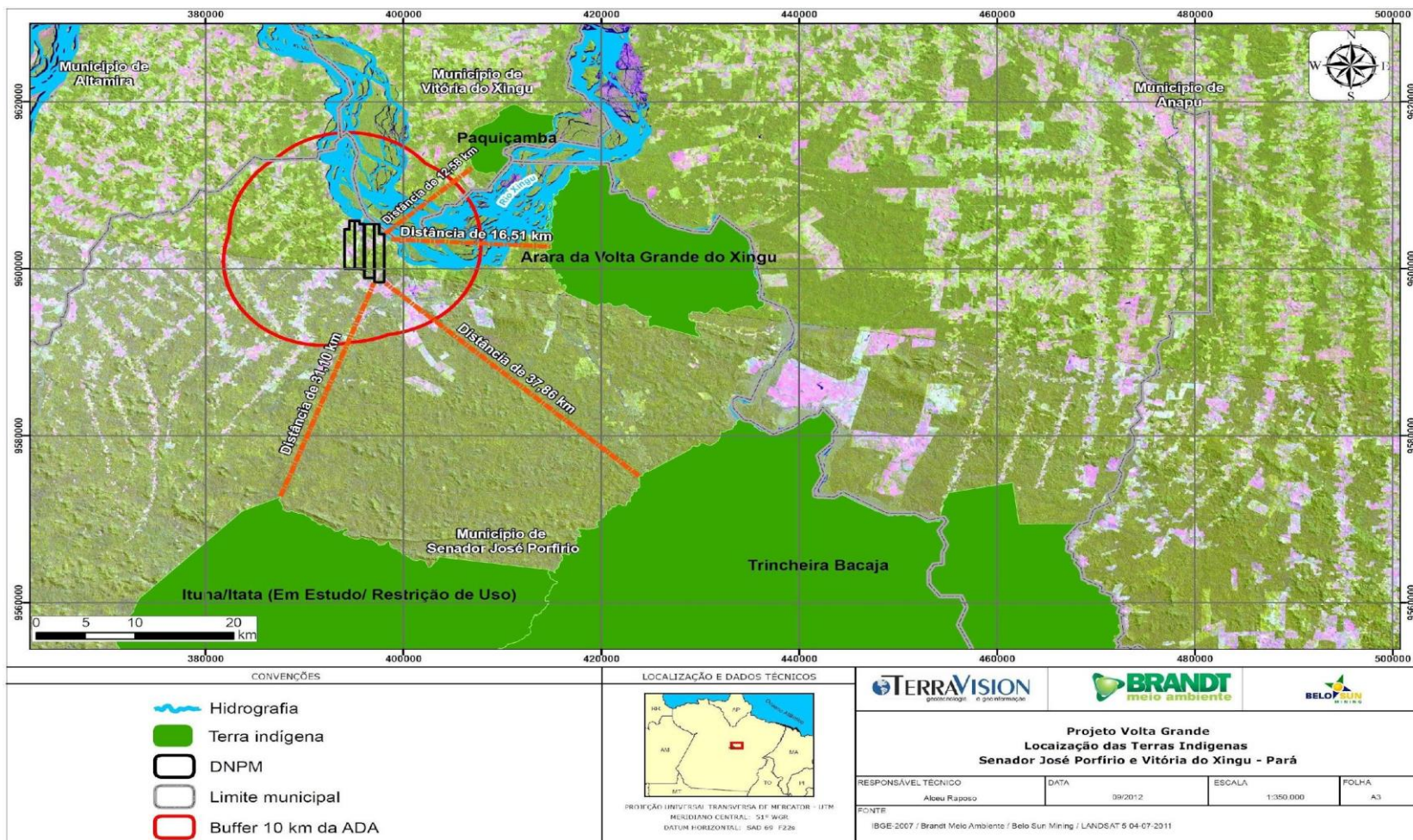
Ao apresentar seus estudos de viabilidade do empreendimento a empresa busca passar a realidade de que a região apresenta dificuldades de desenvolvimento socioeconômico dos moradores e que a implantação do Projeto irá proporcionar maior arrecadação fiscal e possibilidade de investimento. No entanto mesmo com o aumento de receita haverá também a necessidade por mais serviços básicos, já que a área receberá uma pressão muito maior diante das atividades que irão se estabelecer. Isso é perceptível em seus estudos, quando se trata do apoio a Gestão Pública:

A implantação e operação do Projeto da Belo Sun no município de Senador José Porfírio originará transformações na dinâmica socioeconômica da localidade, promovendo o aquecimento da economia e proporcionando a maior circulação de riquezas em virtude de ações como a contratação de mão de obra e serviços, aquisição e transporte de materiais e equipamentos, bem como transporte de pessoas. Estes incrementos na economia local significarão aumento de arrecadação de impostos e na demanda sobre serviços públicos como a saúde, a educação, a segurança pública, entre outros (BELO SUN, 2012, p. 85)

A estrutura do Projeto Volta Grande Gold definida pela empresa Belo Sun prevê a implantação da infraestrutura administrativa e operacional para a exploração mineral no território do município de Senador José Porfírio, especificamente na área da Volta Grande do Xingu, que tem como principal distrito administrativo a Vila da Ressaca e a presença do Garimpo do Galo e do Garimpo Ouro Verde (Mapa 6). Portanto os estudos realizados pelo empreendedor definem esta porção do território municipal como sendo Área de Influência Diretamente Afetada – ADA, (BELO SUN, 2012).

Por outro lado, os ganhos reais da empresa e seus investidores passam a ser camuflados, já que sempre se procura da evidencia aos valores arrecadados em impostos para os cofres públicos e a perspectiva de “desenvolvimento”.

Mapa 5- Localização da Terras Indígenas Projeto Volta Grande Gold



Mapa 6- Área Diretamente Afetada / Projeto Volta Grande Gold

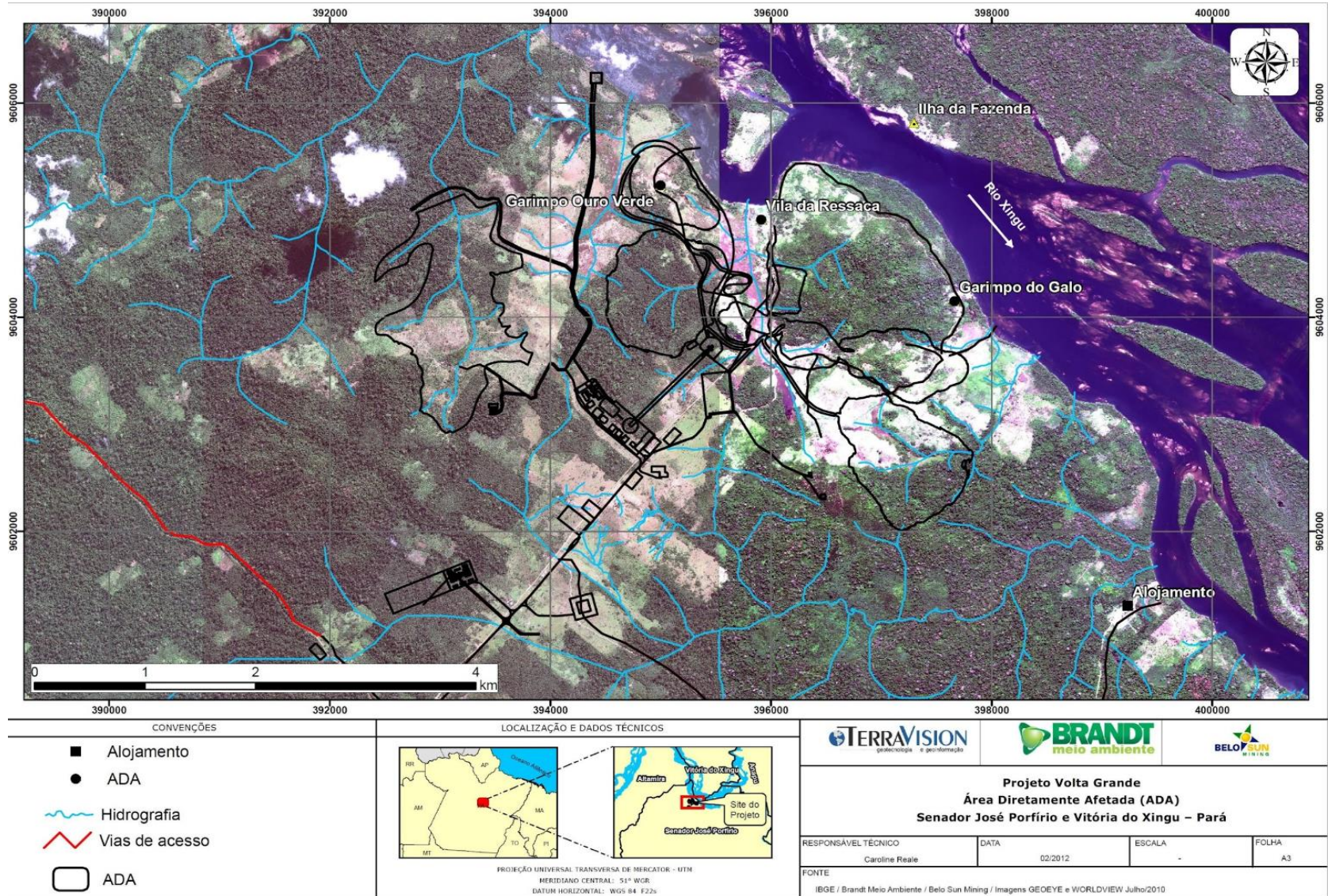
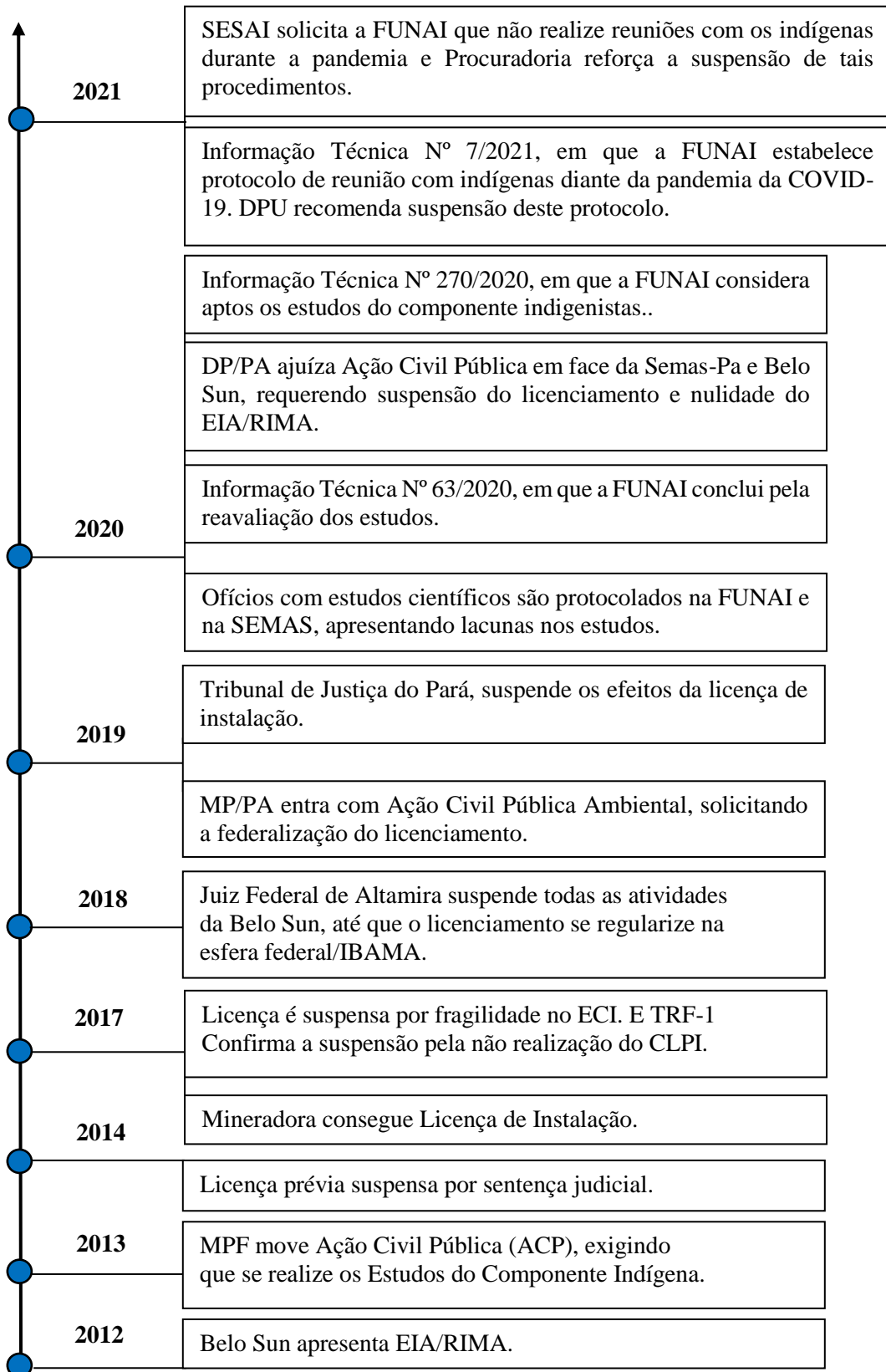


Figura 10- Processo cronológico Projeto Volta Grande Gold



Fonte: elaborado pelo próprio Autor.

Por conta da experiência adquirida com o Projeto UHE Belo Monte, executado pela empresa Norte Energia, existe por parte de políticos locais um sentimento de apreensão, cautela e planejamento quando se trata do início das atividades da exploração de ouro no município pela empresa Belo Sun. Já que a estrutura institucional de um grupo desses se apresenta muito bem montada e a relação para se discutir as demandas e direitos que Senador José Porfírio irá ter com a implantação do empreendimento precisaria de um corpo técnico qualificado. No relato abaixo é descrita a visão de um ex-Prefeito do município sobre este cenário com a empresa de mineração:

Eu tenho a Norte Energia como exemplo, embora de outra forma, de outra maneira é uma outra área, na área da mineração. É..., eu vejo que o município, quem estiver na gestão na época tem que se preparar quando realmente for aprovado, tem que encontrar técnicos da área, especialistas para discutir e buscar os direitos, os impostos, porque eles vem muito preparados, até porque tem muitos prefeitos que não tem conhecimentos das leis que amparam o município, então tem que contratar técnicos para ficar à frente e acompanhar, tenho certeza que a briga vai ser igual à da Norte Energia, eles querendo minimizar os direitos que o município tem, essa briga aí vai ser da mesma forma e a gente precisa correr atrás e se preparar para não deixar que isso aconteça de uma forma desastrosa, tão grande deixando o município nas perdas, o município tem que ganhar que é dentro do município. E o que eu vejo além de tudo isso é que o município tem que correr, a Belo Sun se Instalando no município começar a produzir né, a dimensão que está o polo II e com a Belo Sun chegando aí, aquela região vai ficar bem maior, no meu pensamento, na minha visão vai ser o ponto de partida pra aquela área aparecer deputados, os próprios moradores já comentam isso de se preparar e reabrir o projeto ou refazer outro projeto de uma nova emancipação e a sede do município aqui vai perder aquela região, está muito grande, muito desenvolvida e mais com a Belo Sun produzindo lá dentro, mais forte vai ficar (CLETO, 2022).

Senador José Porfírio, na sua formação territorial, apresenta duas características geográficas que lhe dá um caráter singular. Uma delas, o acidente hidrográfico do Rio Xingu que impossibilita a navegação até os distritos da Ilha da Fazenda, Ressaca e comunidades vizinhas; a outra, seria a sua descontinuidade territorial. Sendo assim, estas localidades mantêm-se isoladas da sede municipal e a assistência do poder público se torna ineficiente. Como afirmar um ex-Prefeito do município, que em seu mandato abriu acesso terrestre com a estrada da PA Ressaca:

Existia na realidade na minha época, uma outra empresa que gerenciava essa questão vamos dizer da abundância de ouro na região. Era a Verena se eu não tô enganado, que era inclusive de um libanês, como o meu avô era do mundo árabe, ele me levou pra jantar e me explicou lá que essa questão da mineração lá, era do ponto de vista dele inviável porque a região chove muito e o ouro é muito profundo e havia na época uma coisa que me chamou muito atenção, pra ligar Altamira a esta região , através de estrada atravessando o rio Ituna. O grande consumo de drogas em relação ao garimpo e a quantidade de terras férteis que a região tinha, então isso me motivou muito, mesmo que a gente tenha que fazer todo esse contorno pra chegar lá, mais quando a gente começou a abrir a estrada e vi a quantidade de terras muito férteis que a região

tinha, isso me motivou muito, e eu nunca me esqueço por exemplo, tudo era de barquinho ou de voadeira, por exemplo se em Altamira um botijão de gás era R\$ 100,00 lá era R\$ 200,00 tudo era o dobro lá, quer dizer mesmo que as pessoas tirassem o ouro manualmente, mais eles sofriam com isso. E uns cinco meses depois que eu voltei lá, já tinha uma gaiola que os caminhões levavam gás e era apenas R\$ 10,00 ou R\$ 12,00 mais caro que Altamira, e isso me deu muita motivação, e hoje lá o polo desenvolveu de um potencial incalculável da questão agropecuária da região pela quantidade de terras férteis que tem (ESCRHIQUE, 2022).

As relações sociais, comerciais, entre outras, são mantidas diretamente com a cidade de Altamira, principal entreposto para quem quer chegar nos distritos acima mencionados. Com uma distância de aproximadamente 70 km, o transporte é feito por barcos ou voadeiras e através de veículos pela Vicinal Transassurini e PA Ressaca.

Um outro aspecto importante ligado aos recursos econômicos do município é representado pelas atividades da pesca, que desde sua colonização se configura como meio de subsistência para a população local.

Tabela 16- Principais espécies de peixe comercializadas na sede de SJP

Espécie		Valor por kg em R\$
Nome Popular	Nome Científico	
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>	28,00
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	20,00
Tucunaré	<i>Cichla ocellaris</i>	18,00
Pirapitinga	<i>Piractos brachipomus</i>	20,00
Filhote	<i>Brachiplatystoma filamentosum</i>	20,00
Pescada	<i>Plagioscion squamosissimus</i>	12,00
Curimatá	<i>Prochilodus nigricans</i>	15,00
Ariru	-----	18,00
Dourada	<i>Brachiplatystoma rosseauxii</i>	20,00
Piau	<i>Leporinus SPP</i>	15,00
Mapará	<i>Hypophtnaalmus edentatus</i>	15,00
Amarelo	<i>Pimelodina flavipinnis</i>	15,00
Erana	-----	12,00
Caratinga	-----	15,00
Aruanã	<i>Osteoglossidae</i>	12,00
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>	12,00
Pacu	<i>Piaractus mesopotamicus</i>	15,00

Fonte: colônia de pesca z-70 / 2022.

Elaboração: Próprio Autor.

O que existe em Senador José Porfírio é a pesca artesanal que aproveita, principalmente, o potencial piscoso das águas dos rios, igarapés e lagos. Este potencial é representado por uma variedade riquíssima de espécies, como podemos observar na tabela 16, que além da variedade das espécies (que não se resume a estas), existe a estruturação de um mercado interno que agrega valores, supervalorizando algumas qualidades de peixes como: o pirarucu, o tambaqui, a pirapitinga, o tucunaré e o filhote. No entanto, o comércio do pescado do município se faz também para um mercado externo que é a capital do estado do Amapá.

Nos últimos tempos este setor vem conseguindo grande dinamismo com o crescimento do mercado interno, onde ocorre a maior comercialização do produto. Discorre sobre o assunto Caio Prado Júnior (Formação contemporânea, 2004, p. 205):

A pesca é muito sedentária, e mais continuadas as atividades que nela se empregam. A que se pratica da mão para boca e naturalmente geral: toda população rural, que vive a beira dos rios, aproveita suas águas abundantes e a habilidade que traz no sangue. O peixe e o alimento básico delas. Mas a par desta pesca há outras de maior vulto, organizadas comercialmente.

Os principais utensílios utilizados pelo pescador são os seguintes: barco à motor, canoa, rede, linha, caniço, espinhel (tiradeira), tarrafa, flechas, arcos, arpão, tapuá, canição e a espingarda (arma de fogo). O mesmo é assistido pela colônia de pescadores Z-70²², que possui 1.800 filiados com mensalidade de R\$ 15,00 (quinze reais), através da colônia pode-se garantir alguns benefícios como: auxílio doença, auxílio maternidade, aposentadoria, créditos bancários (empréstimos) e seguro desemprego.

O período de defeso, que vai de 15 de novembro a 15 de março, é estabelecido pela Lei nº 10.770/2003 e Lei nº 13.134/2015, quando o pescador fica proibido de realizar a captura dos peixes, durante esses 4 meses é remunerado pelo governo federal com um salário mínimo (R\$ 1.212,00) por cada mês. O não cumprimento da legislação do defeso implica às penalidades e sanções previstas na lei 9.605/981 decreto 3.179/99.

Uma das áreas mais ricas e de grande atividade pesqueira em Senador José Porfírio, está localizada próximo da sede do município, um arquipélago no rio Xingu, conhecida como “Izilhas”, observado no Mapa 7. É nessa área que os ribeirinhos desenvolvem a atividade pesqueira e buscam o sustento da família. Sendo importante destacar que nessa área está instalada uma base de fiscalização que acomodam fiscais do governo como a polícia ambiental, pesquisadores, dentre outros.

²² Colônia de Pescadores – Z:70, localizada na Rua Beira Mar, Bairro: Encantado em Senador José Porfírio-PA. CNPJ 02.826.918/0001-10. Atual Presidente é Marilene do Carmo Maia Barbosa.

(final da década de 80) era comum capitular até 80 espécies em um dia de trabalho, hoje esta quantia cai para a casa de 6 unidades diárias. Toda a produção vai para o município de Altamira e de lá são enviadas à Belém e Goiânia, e depois exportadas para os Estados Unidos, Japão e o continente Europeu.

Com tudo notamos que as águas que banham o município apresentam uma farta biodiversidade, que, no entanto, dispõe de um gerenciamento irracional, onde não se explora todo o potencial dessa riqueza. Sendo assim a tendência futura é a extinção de algumas espécies que habitam nossas águas, provocando prejuízo à cultura e a economia local.

Percebemos que a economia do município é, fundamentalmente, voltada à exploração madeireira. Em planos secundários, e ainda incipiente, está o setor da agricultura e pecuária, que aos poucos se configuram como a “bola da vez” na produção econômica de Senador José Porfírio.

A partir da década de setenta com a entrada de migrantes no território municipal, começa a se formar uma estrutura agrária baseada na subsistência, com predominância de agricultores nordestinos, merecendo destaque os maranhenses.

O espaço da produção agropecuária apresenta uma certa ambiguidade, uma vez que existem propriedades rurais as margens do Rio e outras dispostas no eixo da rodovia estadual PA-167 e suas vicinais e nos últimos anos se destaca a expansão agrícola no polo II. Dando a esta circunscrição administrativa, como em outras da Amazônia, um caráter dualístico (ribeirinhos e colonos).

Sustentada por uma agricultura e pecuária nômade, itinerante, devastadora do solo, e agressora do meio ambiente, Senador José Porfírio sente falta de um conjunto de fatores que lhe possibilite alavancar tais atividades. Fatores como: a precária atuação do setor público, as intempéries da natureza, os riscos do processo produtivo e da comercialização. Exponencie-se estes aspectos e teremos o quadro da economia rural deste município.

A tabela 17 mostra como está estruturada a produção agrícola de Senador José Porfírio, com análise feita pela Secretaria de Estado de desenvolvimento Agropecuário e de Pesca – SEDAP/PA, fundamentando dados analíticos do IBGE (2018 e 2019) que subdivide a produção agrícola das principais culturas desenvolvidas no município.

Nas culturas desenvolvidas em análise merece destaque por área colhida e quantidade produzida a cultura do cacau. A produção de cacau se concentra nas localidades do polo II, Vicinal dos Pernambuco, Pirara e Bom Jardim II, situada em terras férteis denominadas de terra roxas, uma exceção nos solos do município, onde predomina um solo fraco (latossolo amarelo), que juntamente com os aspectos acima mencionados dão um panorama de sua

produção rural.

A cultura do cacau dinamizou-se com a implantação do procacau na Amazônia, por meio da CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira em 1976. Alcançando seu pique entre os anos de 1985 e 1996.

Tabela 17- PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS – ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA – ANO 2018 / 2019

Produto das lavouras	Unidade de medida	1. Área colhida (Hectares)			2. Quantidade produzida		
		2018	2019	% (2019 / 2018)	2018	2019	% (2019 / 2018)
Banana (cacho)	(t)	500	600	20,00%	7.000	8.400	20,00%
Mandioca	(t)	350	300	-14,29%	7.000	6.000	-14,29%
Cacau (em amêndoa)	(t)	1.800	4.156	130,89%	1.381	4.658	237,29%
Milho (em grão)	(t)	1.000	600	-40,00%	3.000	1.500	-50,00%
Melancia	(t)	20	20	0,00%	400	440	10,00%
Laranja	(t)	25	27	8,00%	375	405	8,00%
Coco-da-baía	(Mil frutos)	20	20	0,00%	240	240	0,00%
Cana-de-açúcar	(t)	4	4	0,00%	240	160	-33,33%
Feijão (em grão)	(t)	300	140	-53,33%	216	105	-51,39%
Abacaxi	(Mil frutos)	5	5	0,00%	100	100	0,00%
Arroz (em casca)	(t)	50	50	0,00%	75	100	33,33%
Pimenta-do-reino	(t)	20	15	-25,00%	32	24	-25,00%
Café (em grão) Canephora	(t)	15	0	-100,00%	12	0	-100,00%
Café (em grão)	(t)	15	0	-100,00%	12	0	-100,00%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE (2020) / Elaboração: SEDAP - NUPLAN/Estatística.

A pecuária é constituída de rebanhos bovinos, galináceos, equino, suíno, bubalino, ovino, caprino. Observando as tabelas 18, 19 e 20 pode se visualizar a produção desenvolvida em Senador José Porfírio, e indicar que em valores absolutos o rebanho de bovinos se destaca neste setor produtivo com um total de 80.557 cabeças para o ano de 2019. Já para 2020 os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam um rebanho de 97.653 cabeças no município.

Tabela 18- PRODUÇÃO PECUÁRIA EM SJP – REBANHO (EFETIVO) – ANO 2018/2019

Tipo de rebanho	QUANTIDADE (EFETIVO)		% (2019 / 2018)
	2018	2019	
Bovino	79.920	80.557	0,80%
Galináceos - total	37.300	39.840	6,81%
Galináceos - galinhas	7.379	7.560	2,45%
Equino	1.621	2.269	39,98%
Suíno - total	2.100	1.526	-27,33%
Vacas ordenhadas	1.130	1.139	0,80%
Bubalino	801	810	1,12%
Ovino	676	729	7,84%
Caprino	171	219	28,07%
Suíno - matrizes de suínos	197	155	-21,32%

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) - IBGE (2020) / Elaboração: SEDAP - NUPLAN/Estatística.

Tabela 19- PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL DE SJP – ANO 2018 / 2019

Tipo de produto de origem animal	Unidade de medida	Produção de origem animal		% (2019 / 2018)
		2018	2019	
Leite	(Mil litros)	1.296	1.306	0,77%
Ovos de galinha	(Mil dúzias)	60	61	1,67%

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) - IBGE (2020) / Elaboração: SEDAP - NUPLAN/Estatística.

Tabela 20- PRODUÇÃO AQUÍCOLA SJP – ANO 2018 / 2019

Espécie	Unidade de medida	Produção – Espécies Aquícolas		% (2019 / 2018)
		2018	2019	
Tambaqui	(kg)	7.000	10.000	42,86%
Tambacu, tambatinga	(kg)	3.000	4.500	50,00%
Pirarucu	(kg)	5.000	2.500	-50,00%

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) - IBGE (2020) / Elaboração: SEDAP - NUPLAN/Estatística.

Assim as atividades econômicas desenvolvidas no município possuem forte dependência de atividades primárias como o extrativismo, a pecuária e a agricultura (no caso em destaque a da cultura industrial do cacau, com a produção e comercialização das amêndoas). O município tem adotado poucas iniciativas para estimular seu desenvolvimento econômico, corroborando com tal afirmação temos nos órgãos oficiais dados tímidos da produção do município e uma redução populacional expressiva que se mantém nos últimos estudos

apresentados.

3.1.3 indicadores de educação e saúde pública no Município

É preciso apresentar alguns outros indicadores para se ter um quadro da estrutura populacional do município. Um dos indicadores essenciais é a educação. O município pertence a 10ª unidade regional de educação. Os ensinos existentes são os níveis fundamental e médio, sendo que o primeiro é gerenciado pelo município e o segundo pelo estado.

Em cada Distrito, que são localizados na zona rural, existe uma escola-polo, com atendimento aos estudantes na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Ainda, existem escolas polarizadas às margens dos rios, igarapés, rodovias e vicinais, com a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

No intuito de melhorar a qualificação do quadro docente, o Município, em 1992, estabeleceu uma parceria com a Universidade Federal do Pará, criando o Projeto Gavião I, que objetivou a qualificação dos professores da rede municipal de ensino por meio da realização de cursos de formação de docentes para o ensino fundamental de 5ª a 8ª série. Em 1997, o sistema educacional do Município passou por várias transformações e foi realizado o primeiro concurso público para docentes municipais. Em 1998, foi dada sequência ao Projeto Gavião I e iniciado o Projeto Gavião II, para promover a qualificação dos professores no nível de 2º grau magistério.

No ano de 2000, a gestão municipal firma convênio com a Universidade Federal do Pará e traz para Senador José Porfírio o curso de Pedagogia, e, em 2005, formou-se 48 pedagogos para exercerem a função de professor na área da Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Já em 2001 a parceria passa a ser realizada com o Consórcio Belo Monte (Associação dos Municípios impactados, direta e indiretamente, pelo Projeto UHE Belo Monte) e Senador José Porfírio adquiri 3 vagas para turma de matemática que teve como polo o município de Uruará, concluindo 2 professores o curso e a última parceria neste mesmo período foi para a formação de uma turma de geografia no campus de Altamira/ UFPA em que a gestão municipal contratou 5 vagas, nas quais todos concluíram a referida licenciatura em 2007.

Os dados apresentados na Tabela 21, expõe a estrutura física das unidades de ensino do município nos últimos seis anos e o quantitativo de professores (as) que assistem a rede, sendo perceptível destacar que na sede do municipal e no polo I há uma estabilidade em relação ao quantitativo de escolas e no polo II têm-se uma expansão visível neste indicador.

A rede está estruturada com um total de 31 estabelecimentos de ensino, distribuídos entre a zona urbana e zona rural do município. O sistema educacional municipal conta com um total de 238 professores entre contratados e efetivos.

Tabela 21- Dados do censo escolar da rede pública municipal de Senador José Porfírio – Pa, 2016/2021

Anos	Nº de Escolas Zona Urbana	Nº de Escolas Polo I	Nº de Escolas Polo II	Total de Escolas do Município	Nº de Professores da Rede
2016	5	8	12	25	133
2017	5	8	13	26	142
2018	5	8	14	27	167
2019	5	8	17	30	205
2020	5	8	18	31	231
2021	5	8	18	31	238

Fonte: SEMED.

Na Tabela 22, consta a disposição de matrículas de ensino existente no município nos últimos lançamentos registrados no INEP, na qual se visualiza na rede estadual um quantitativo de estudantes que oscila ano a ano com pequeno aumento e queda da matrícula em seguida.

Existe uma escola de ensino médio na sede do município (CEEM. Rosa Alvarez Rebelo), uma extensão no polo I, no Distrito da Vila Nova e quatro extensões no polo II, sendo: uma no Distrito da Ressaca, uma na comunidade Salu de Almeida, uma na comunidade do Pirarara e outra na comunidade do Planalto. Ambas funcionando pelo sistema modular do estado - SOME.

Um dos principais problemas enfrentados pelo Ensino Médio está relacionado ao seu corpo docente que se encontra desestruturado. A partir de 2006, abrem-se possibilidades de sanar este problema, pois o governo do estado realiza concursos público pelos editais de Nº 1/2006; Nº 1/2007; Nº 1/2009; 1/2012- SEAD/SEDUC, entre outros, surgindo desta forma, condições de estruturar o corpo docente na escola da sede municipal. Porém, o município até hoje, apresenta dificuldades em seu quadro de funcionários, principalmente no suporte pedagógico (serventes, vigias, auxiliar de secretaria, merendeiras).

Os dados em amostra, quando se referem ao quantitativo de alunos cobertos pela rede municipal de ensino indicam crescimento positivo ano após ano. Fazendo uma comparação com esse crescimento no número de alunos e no aumento dos estabelecimentos de ensino do polo II observado na tabela 21, em que essa parte do território municipal têm em 2016, 12 unidades de ensino e chega em 2021 com 18 unidades e as demais áreas se mostram estabilizadas, podemos constatar que ai se apresenta uma área de expansão educacional.

Tabela 22- Número de matrículas em Senador José Porfírio – PA (2016 a 2020)

UF	ANO	Dependência Administrativa	Ensino Regular					Educação de Jovens e Adultos	TOTAL
			Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	EJA	
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	EJA Ensino Fundamental	
PA	2016	Estadual					420		420
		Municipal	58	810	2.431	1.164		326	4.789
PA	2017	Estadual					395		395
		Municipal	62	762	2.603	1.273		336	5.036
PA	2018	Estadual					439		439
		Municipal	69	731	2.687	1.424		317	5.228
PA	2019	Estadual					375		375
		Municipal	92	1.538	2.962	1.507		236	6.335
PA	2020	Estadual					483		483
		Municipal	89	1.223	3.173	1.614		220	6.319

Fonte: Inep

Elaboração: Adaptação do Autor

O Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB), apresenta oscilações se analisarmos que em determinado período (2007 a 2011) os resultados são de evolução e em outros momentos (2011 a 2019) os dados de desempenho do IDEB observados na Tabela 23 não atingem as metas projetadas diante dos níveis da 4ª série/5º ano. Já em relação as séries finais do ensino fundamental as oscilações se mantem com momentos de desempenho acima das metas projetadas e em outros abaixo.

Tabela 23- IDEB em SJP

SÉRIE / ANO	IDEB OBSERVADO								METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
4ª série/ 5º ano	1.9	2.7	3.9	4.0	3.4	4.0	4.4	4.1	-	2.2	2.9	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8
8ª série/ 9º ano	3.2	3.2	4.1	3.6	3.4	4.2	4.2	4.4	-	3.2	3.4	3.7	4.1	4.4	4.7	5.0

Fonte: (INEP, 2021).

Os diversos serviços de saúde oferecidos aos usuários no município de Senador José Porfírio estão divididos em 03 níveis de complexidade: temos como primeiro nível a atenção primária em saúde, com foco na atenção básica, promoção da saúde e a profilaxia. No segundo

nível, temos a média complexidade, na qual é ofertado apenas parte desse serviço, devido a limitação física de equipamentos, ambientes e profissionais especializados, o que faz Senador José Porfírio pactuar com outros municípios alguns serviços para que o usuário possa ter acesso a determinados tratamentos. O terceiro nível, conhecido como de alta complexidade é de competência do estado, pois municípios com baixa densidade demográfica como Senador José Porfírio, não tem suporte para realizar procedimentos desta categoria, levando a população a se deslocar através de TFD para Altamira, Belém e se necessário outras regiões do país, em busca de tratamento e resolutividade para os casos.

Na atenção básica, o município conta com 04 equipes de Saúde da Família, sendo 02 na zona urbana e 02 na zona rural, 04 Postos de Saúde na zona rural, também, um Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, Academia da Saúde e 01 NASF em funcionamento com serviço de Fisioterapia.

Abaixo estão listados o quantitativo de estabelecimentos em funcionamento:

- Posto de Saúde de Alto Brasil;
- Posto de Saúde Arapari;
- Posto de Saúde do Bambu;
- Posto de Saúde Bom Pastor;
- Unidade Básica de Saúde da Família – Ressaca;
- Unidade Básica de Saúde da Família – Vila Nova;
- Unidade Básica de Saúde da Família – Manoel Anselmo Batista;
- Unidade Básica de Saúde da Família – Centro;

A zona rural recebe atenção através das ações itinerantes de saúde, com profissionais médicos, enfermeiros e cirurgiões-dentistas que levam atendimentos especializados até as áreas longínquas e de difícil acesso onde residem os usuários. O município é extenso e como citado anteriormente, com demografia baixa, com estradas que dificultam o acesso a muitas comunidades, o que exige uma logística diferenciada da Secretaria de Saúde e das equipes que ofertam o serviço.

Na maioria dos Distritos não existe saneamento básico, o que deixa a população vulnerável a uma série de doenças. Por isso ações educativas são uma necessidade constante nesses locais.

No que se refere à saúde, o IFDM²³ – Saúde do município (FIRJAN, 2016) era de 0,36,

²³ O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & Renda, Saúde e Educação. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com

o que classifica Senador José Porfírio na posição centésimo décimo primeiro lugar no ranking estadual. De acordo com os dados da Tabela 24, as condições de saúde pública e educação não vislumbram destaque em qualidade, diante das informações levantadas.

Tabela 24- Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal / 2016

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal		PA		IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
		IFDM BRASIL		0,6678	0,4664	0,7689	0,7655
		Mediana dos Municípios		0,4769	0,4367	0,5920	0,3805
		Máximo dos Municípios		0,4843	0,5003	0,6474	0,5985
Ano Base 2016		Mínimo dos Municípios		0,4729	0,2834	0,5326	0,3580
Ranking IFDM Geral Nacional	Estadual	UF	Município	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
5274°	108°	PA	Ourlândia do Norte	0,4843	0,2834	0,6474	0,5222
5296°	109°	PA	Oeiras do Pará	0,4793	0,2916	0,5479	0,5985
5298°	110°	PA	Moju	0,4790	0,4554	0,6012	0,3805
5304°	111°	PA	Senador José Porfírio	0,4769	0,4367	0,6255	0,3687
5307°	112°	PA	Cumaru do Norte	0,4764	0,5003	0,5672	0,3616
5310°	113°	PA	Eldorado do Carajás	0,4758	0,4773	0,5920	0,3580
5319°	114°	PA	Novo Repartimento	0,4729	0,3594	0,5326	0,5266

Fonte: FIRJAN

O índice de desenvolvimento humano (IDH) de Senador José Porfírio, nos anos de 1970 a 2010, apresenta oscilações não mantendo uma evolução, entre 1991 e 2010 ocorre uma pequena queda, observada na Tabela 25 (IDH – M). No entanto, os indicadores de renda (IDH – M), corroboram a percepção de que o município é pobre. Isto é caracterizado pelo baixo índice de condição de vida e baixa renda per capita no interior das famílias.

Tabela 25- IDH de Senador José Porfírio

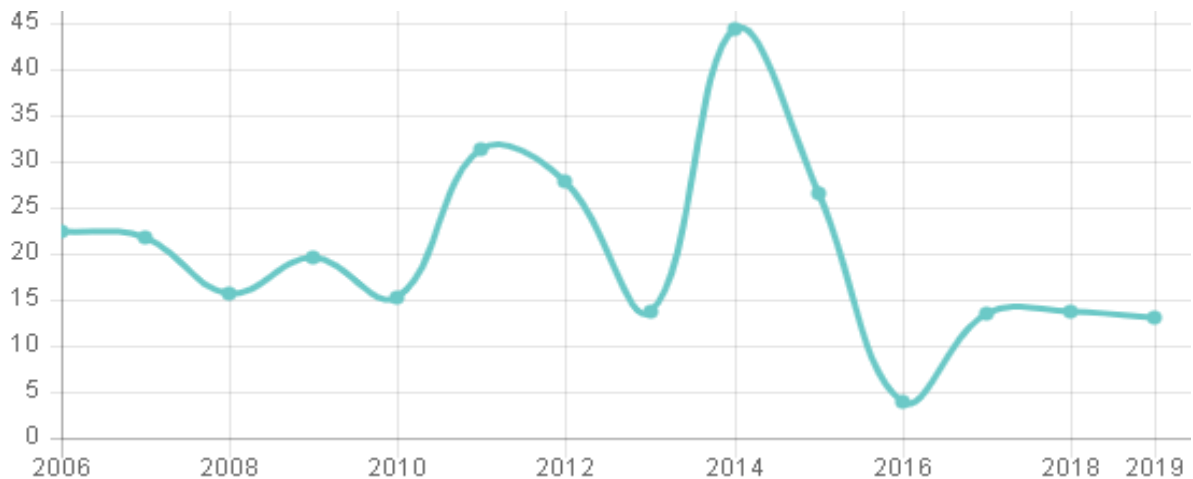
IDH	ANOS				
	1970	1980	1991	2000	2010
IDH - M	0,347	0,386	0,651	0,638	0,514
IDH - M Longevidade	0,490	0,519	0,627	0,696	0,754
IDH - M Educação	0,388	0,282	0,384	0,681	0,338
IDH - M Renda	0,162	0,356	0,943	0,536	0,533

Fonte: PNUD/IBGE/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Elaboração: SEPOF/ DIEP/GEDE e Adaptação do Autor.

base em estatísticas públicas oficiais. O índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (de 0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (de 0,8 a 1) desenvolvimento.

Um dado positivo para todo o Brasil e também para a região norte é que o coeficiente de mortalidade infantil nos últimos tempos está em queda. Na Figura 11, observa-se que a mortalidade infantil em Senador José Porfírio se mantém estabilizada com uma taxa de mortalidade infantil em 2019 de 13,11 óbitos por mil nascidos vivos.

Figura 11- Taxa de mortalidade infantil SJP (Unidade: óbitos por mil nascidos vivos)



Fonte: IBGE

3.1.4 principais impactos ambientais no Município

Em um levantamento realizado para a presente pesquisa identificamos que os impactos ambientais que se destacam no município são: I) desmatamento ilegal; e II) destinação de lixo urbano.

De acordo com o Relatório Anual do Desmatamento de 2020 (MAPBIOMAS), que analisou o desmatamento nos municípios brasileiros, o estado do Pará aparece na lista como um dos maiores responsáveis nessa estatística.

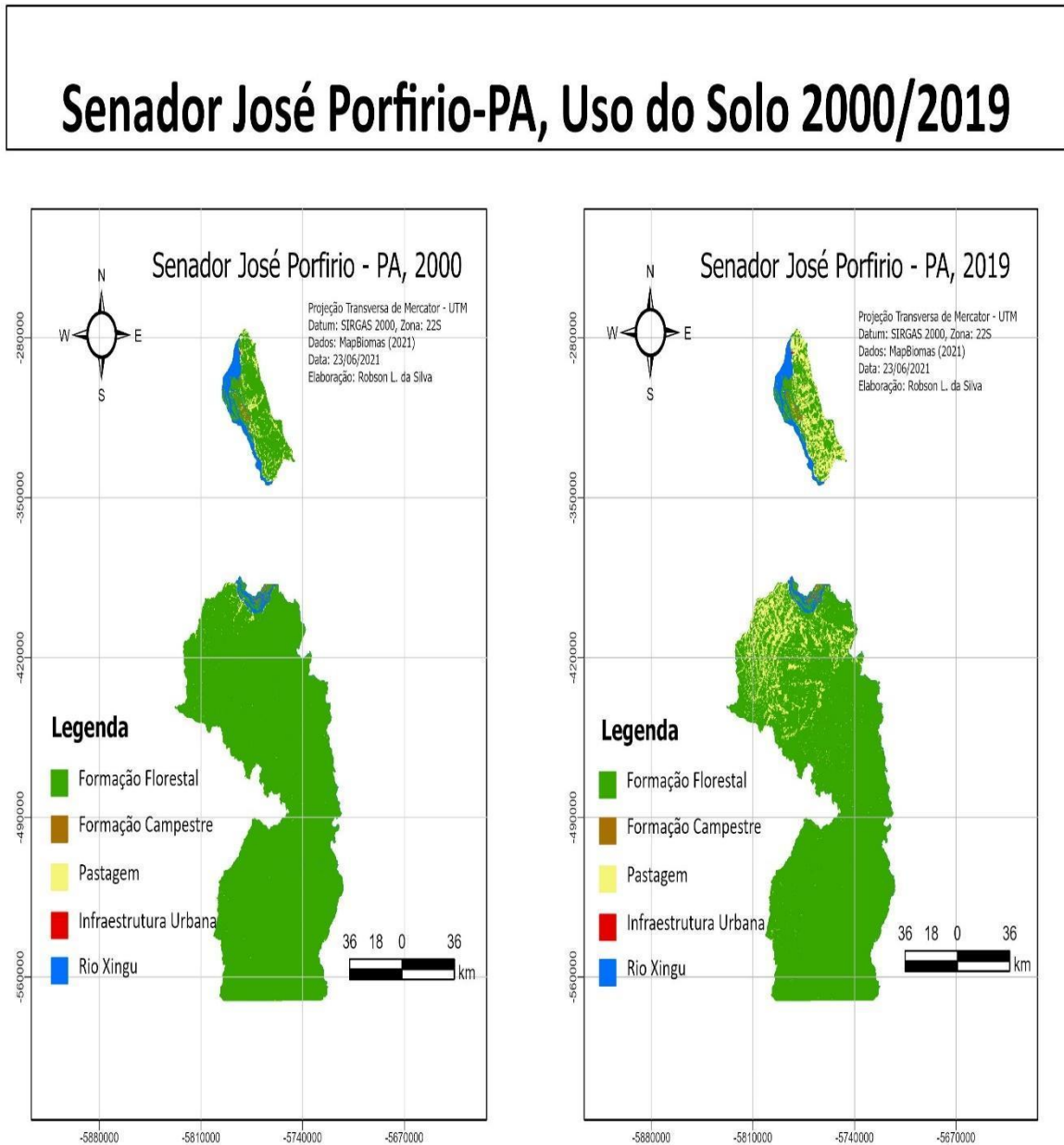
Senador José Porfírio, está compondo essa lista, com um tamanho médio de desmatamento de 12 hectares. No ano de 2012 o município estava na lista prioritária de ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento (portaria nº 323/2012).

As áreas de desflorestamento estão estabelecidas no território de Senador José Porfírio na parte Norte, no percurso da rodovia PA 167 e suas vicinais, tendo como elemento impulsionador o desenvolvimento da pecuária extensiva, a agricultura e a exploração madeireira. Na porção Sul o desmatamento se destaca nos assentamentos do PA Ressaca e PDS Itatá.

Podemos identificar a pressão nessas áreas do território de Senador José Porfírio no Mapa 8, que nos mostra o uso e cobertura do solo em que aproximadamente nos primeiros 20

anos do século XXI o crescimento da área de pastagem nas duas porções do território e consequentemente o desmatamento é bastante expressiva.

Mapa 8- Uso do Solo de SJP

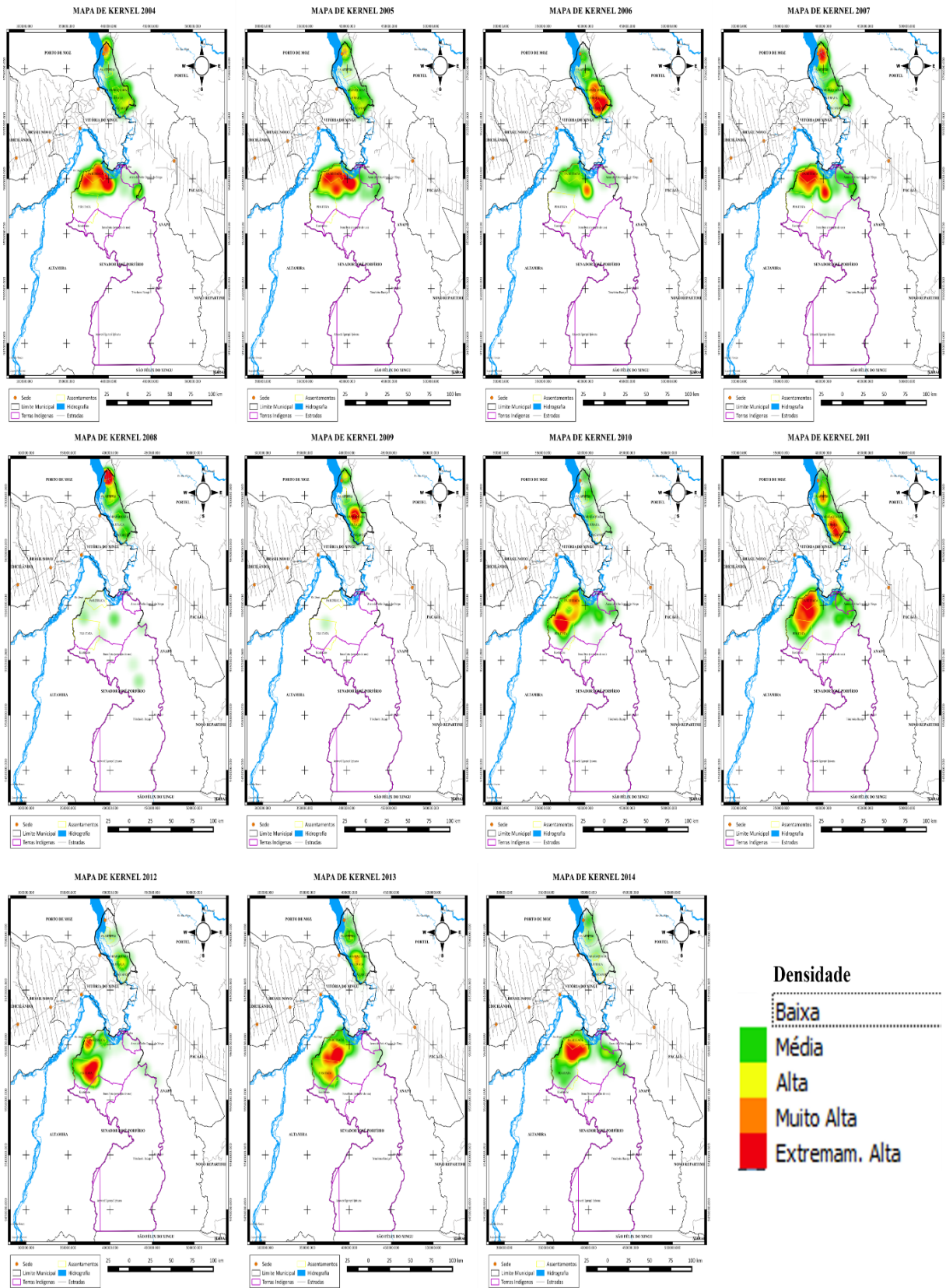


Fonte: MapBiomas.

Já no Mapa 9, corroborando com esses dados temos a apresentação de uma série histórica de fontes de calor em Senador José Porfirio que reforçam a tese da existência de uma área bastante desflorestadas. Os dados são importantes, já que os focos de calor são indicadores da pressão humana, haja vista que o fogo é utilizado para a limpeza de áreas desmatadas e consequentemente a implantação de pastagens e áreas agrícolas se configuram como

consequências desse processo.

Mapa 9- KERNEL: Série histórica SJP de 2004/2011



Fonte: SEMAT/SJP

A poluição por resíduos sólidos também é um problema ambiental que afeta o município. Apesar de a população da sede municipal ser atendida com a coleta escalonada, a destinação final desse material ainda é inapropriada, uma vez, que esse material é depositado em uma área que fica a 16 quilômetros da sede do município, próximo às margens da rodovia PA167, sem nenhuma estrutura, ou tratamento destes resíduos.

Apesar de haver no Brasil uma Política Nacional de resíduos Sólidos, sancionada em 2010, municípios de pequeno porte se veem impossibilitados de dar o destino correto aos seus resíduos sólidos urbanos (RSU). De acordo com a imagem da Figura 12, Senador José Porfírio por falta de condições financeiras e de equipamentos, adota como solução prática e imediata o depósito de seus resíduos sólidos em um terreno (lixão) sem nenhum tratamento, muito menos a possibilidade de atividades para a coleta que vislumbre a reciclagem de parte desse material.

Figura 12- Lixão em Senador José Porfírio



Foto: Ronald

Assim, pode-se depreender que a falta de um destino correto aos resíduos sólidos da área urbana do município, geram consequências negativas que agredem o meio ambiente, como:

contaminação de lençol freático e águas superficiais, proliferação de insetos, contaminação do solo, poluição do ar, entre outros.

3.1.5 Governança pública na administração de Senador José Porfírio.

A Constituição Federal brasileira estabelece em seu art. 29 “O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos[...]”. Assim a análise em alguns pontos específicos na Lei Orgânica do Município de Senador José Porfírio, na perspectiva de identificar traços da governança na administração pública na referida Lei é essencial para o trabalho proposto.

A atual Lei Orgânica do Município de Senador Porfírio foi promulgada no ano de 1990 e foi atualizada através da emenda nº 01 de 10 de novembro de 2016. Nesta Lei estão fixadas as competências do Município, a organização dos poderes (legislativo e executivo), dos servidores públicos municipais, tributos municipais, o orçamento entre outros.

É da competência do município a elaboração e a execução de medidas que garantam os interesses da municipalidade, para o bem da sociedade e também agir com transparência, realizando as devidas prestações de contas estabelecidas em lei. Contudo, à de se ressaltar que as práticas relativas a transparência, só acontecem de forma verticalizada estabelecida por uma lei maior que obriga a gestão municipal a executar determinadas medidas como por exemplo a criação do portal da transparência, criação de conselhos municipais de controle e acompanhamento entre outros.

Torna-se muitas vezes uma prática de controle por parte das gestões manipular a formação de mecanismos de fiscalização e transparência como os conselhos (FUNDEB, merenda escolar, entre outros) colocando pessoas vinculadas diretamente a administração por parentescos ou contratos de trabalhos temporários.

Pela Constituição Federal os poderes estão divididos em três: Executivo, Legislativo e Judiciário. Porém, na Lei Orgânica do Município em seu texto as abordagens são pontuadas ao legislativo e executivo, não fazendo referência explícita ao poder judiciário.

O Poder legislativo exercido pela Câmara Municipal de Senador José Porfírio, é composto por 9 Vereadores representantes da comunidade, eleitos através de sistema proporcional dentre cidadãos aptos a votar de acordo com a legislação, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto, para um mandato com duração de quatro anos.

É atribuição da Câmara Municipal, com sanção do prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, como a tributação, votar o orçamento anual e o plano plurianual de investimento de diretrizes orçamentarias, bem como autorizar a abertura de credito

suplementar e especiais, eleger sua mesa diretora, bem como destituí-la na forma regimental, elaborar seu regimento interno, da posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo.

Nota-se na prática uma ligação quase que umbilical entre o poder executivo e legislativo, na maioria das vezes o prefeito consegue uma articulação política que domina as ações do poder legislativo o tornando passivo e inoperante de suas atribuições acima descritas, passando a agir proforma, passando a legislar sem qualquer imparcialidade a favor das decisões encaminhadas pelo executivo.

É previsto também que a Câmara tenha Comissões permanentes e temporárias constituídas na forma e com atribuições previstas no respectivo Regimento ou no Ato de que resultar sua criação.

A Comissão Parlamentar de Inquérito terá amplos poderes de investigação, próprios de autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, e serão criadas a requerimento de 1/3 dos membros da Câmara Municipal, independente de aprovação da plenária, para apuração de fatos determinados e por prazo certo, sendo conclusões se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

A composição da Comissão Parlamentar de inquérito será de 03 vereadores, sendo 02 selecionado por sorteio e 01 indicado pelos autores do requerimento que fizeram a solicitação para abertura da comissão, com exceção do Presidente da Câmara.

Na história recente da Câmara Municipal de Senador José Porfirio, não se verifica momentos em que os parlamentares tenham criado uma comissão parlamentar para investigar qualquer desvio de conduta.

Têm-se previsto a criação da Comissão Representativa que será eleita ao término de cada sessão legislativa, será composta pela proporcionalidade partidária da Câmara e funcionará nos interregnos das sessões legislativas ordinárias, sendo presidida pelo Presidente da Câmara com as seguintes incumbências: reunir-se ordinariamente 04 vezes por mês; zelar pela observância da Lei Orgânica e os direitos e garantias individuais; autorizar a ausência do Prefeito do município por mais de 15 dias; apresentar relatório dos trabalhos realizados pela comissão.

Na formulação de Leis, a iniciativa popular pode se articular e propor projetos de lei para que seja apreciada e passe a tramitar na Câmara desde que tenha no mínimo 5% dos eleitores do município, devidamente registrados com a assinatura e número do título eleitoral no ato de protocolar o documento.

É importante destacar que a população de Senador José Porfírio não é atuante no que se refere a participação cotidiana em ações políticas, na maioria das vezes as sessões realizadas na câmara de vereadores acontecem sem plateia ou com um número irrisório de pessoas, a não ser em momentos pontuais para se reivindicar alguma demanda.

O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais, tendo como competência a representação do Município em ações políticas, administrativas e jurídicas, pautado na busca da boa governança, implementado e sancionando leis, decretos de forma a atender a legislação vigente e o bem-estar dos munícipes.

Os órgãos de assessoramento à Administração Municipal são constituídos pelo Gabinete do Prefeito, a Procuradoria Municipal e a Assessoria de Comunicação Social.

São órgãos de linha, dez Secretarias, estruturadas em Coordenadorias, e as Subprefeituras²⁴ de Vila Nova, Alto Brasil, Bom Pastor, Bambu, Ilha da Fazenda e Ressaca, a funcionarem como representações diretas do poder Executivo nessas localidades. São as seguintes Secretarias Municipais:

- 1) Secretaria Municipal de Administração - SEMAD;
- 2) Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN;
- 3) Secretaria Municipal de Finanças - SEMFIN;
- 4) Secretaria Municipal de Educação – SEMED;
- 5) Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA;
- 6) Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social – SEMTRAPS;
- 7) Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF;
- 8) Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRI;
- 9) Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo – SEMAT;
- 10) Secretaria Municipal de Juventude, cultura, Desporto e Lazer – SEMJUCDEL

Dentre os deveres do Prefeito, tem-se a obrigatoriedade de enviar a Câmara projeto de Lei orçamento plurianual de investimentos. Além de no prazo pré-estabelecido por lei encaminhar ao Tribunal de Contas dos Municípios, sua prestação de contas, bem como os balanços do exercício.

Como um órgão consultivo do Prefeito, o Conselho Municipal é constituído por: Vice-

²⁴ Destaca-se que nem todas as Subprefeituras citadas na estrutura municipal são nomeadas.

Prefeito, Presidente da Câmara Municipal, líderes da maioria e da minoria da Câmara, Procurador Geral do Município, 06 cidadãos brasileiros, maior de 21 anos de idade, sendo 03 indicados pelo Prefeito e 03 com indicação da Câmara Municipal para mandatos de 02 anos.

O Conselho será convocado de acordo com a necessidade do Prefeito, seus participantes não receberam qualquer remuneração. Porém, seus serviços são considerados de grande relevância para o Município.

O Conselho Municipal é uma ferramenta estabelecida em lei que viria de encontro a participação dos poderes e sociedade para uma gestão transparente e inclusiva. Porém sua formação e atuação não se nota dentro das ações estabelecidas no município.

Outro ator importante no funcionamento das ações públicas de Senador José Porfírio é o servidor público municipal, que é regido pela legislação vigente, em particular o Regime Jurídico Único dos servidores (Lei nº 130/2005), que dispões sobre os Princípios e Direitos aplicáveis pela Constituição Federal, dentre eles: Salário, carga horária de trabalho, férias, licenças, entre outros.

O concurso público deve ser o principal mecanismo de investidura no cargo público, com exceção das nomeações dos cargos em comissão de livre nomeação e exoneração.

A legislação garante a livre associação sindical e o direito a greve. O servidor público municipal após obter a estabilidade no cargo, só poderá ser exonerado por sentença judicial ou decorrido a instauração de processo administrativo com todos os ritos estabelecidos em Lei.

O artigo 124 da Lei Orgânica estabelece a competência do Município em instituir e cobrar os seguintes impostos: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, imposto sobre a transmissão “inter vivos”, a qualquer título por ato oneroso, imposto de serviços de qualquer natureza, não incluídos nas tributações estadual e federal, definido em Lei Complementar.

O Município divulgará até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, dos recursos recebidos, do valor de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

O Município estabelecerá por iniciativa própria as Leis: Plano Plurianual; As Diretrizes Orçamentárias; Orçamentos Anuais.

O Plano Plurianual definirá as diretrizes, objetivos e metas da Administração para as despesas de capital e outras delas decorrente, bem como as relativas aos programas de duração continuada.

As Diretrizes Orçamentárias estabeleceram as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração

da Lei Orçamentária Anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

A Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos poderes municipais, fundos, órgãos, entidades da Administração Direta e Indireta inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Os projetos de Lei relativos ao orçamento anual, ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e os créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal na forma de seu regimento.

O município de Senador José Porfírio possui uma receita orçamentária estimada para o ano de 2022 de R\$ 134.265.377,62 (Cento e trinta e quatro milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e sete reais e sessenta e dois centavos), conforme a LOA de nº 254/2021, de 27 de dezembro de 2021. A principal receita tributária própria do município é o imposto predial territorial urbano (IPTU) que na medida que a população residente no município aumenta, logo o número de imóveis inseridos na base cadastral irá se atualizar; seguido do imposto de transmissão inter vivos bens e imóveis.

O Município não conta com bases cartográficas, cadastro imobiliário ou planta de valores, o que dificulta a cobrança de IPTU e outros tributos. Também não existe um serviço de informações municipais estruturado, a não ser as relativas às áreas de Saúde e Educação, organizadas em função das exigências dos programas federais para esses dois setores.

As receitas correntes mais significativas são provenientes de transferências diretas de repasses constitucionais de origem federal

A fiscalização contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial do município e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto a legalidades, legitimidade, economicidade, ampliação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

O chefe do executivo e do legislativo são obrigados a apresentarem ao Tribunal de Contas dos Municípios balancetes trimestrais, até 30 dias, depois de encerrado o trimestre, e discriminando receitas e despesas, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, ficando cópias dos tais balancetes e de sua respectiva documentação no Prédio da Câmara Municipal por 30 dias no mínimo, em local de fácil acesso, para conhecimento do povo.

No artigo 59 parágrafo 2º determina que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da Lei, denunciar irregularidades perante a Comissão Permanente de Orçamento e Finanças da Câmara ou ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Contudo, os mecanismos legais destacados na presente pesquisa, vislumbram a possibilidade do exercício e atuação de autoridades e sociedade civil na participação político-administrativa do município. Porém, na prática essa participação de forma harmônica e simbiótica não se materializa, uma vez que a politização da sociedade precisa evoluir muito ainda e as autoridades constituídas se utilizam dos cargos para estabelecer seus interesses como forma de poder, limitando qualquer interferência.

3.2 Histórico do Município de Senador José Porfírio e sua configuração territorial atual

O atual município de Senador José Porfírio passou por vários processos de construção, reconstrução e mudanças para chegar a sua atual formação territorial, sendo assim é necessário caracterizá-lo cronologicamente durante todo o seu período de formação histórica, desde sua fundação na margem esquerda do Rio Xingu pelos Jesuítas (da companhia de Jesus). Corroborando as atividades das missões religiosas e em particular dos jesuítas no Xingu, Tavares afirma:

A área das missões ou “territórios das missões” foi dividida entre as várias ordens religiosas: carmelitas, franciscanos, mercedários e jesuítas, tendo sido a distribuição territorial das missões entre essas ordens, regulamentada pela Coroa afim de evitar conflitos de jurisdição. Assim sendo, os jesuítas ficaram com o sul do rio Amazonas até a fronteira com as possessões espanholas, abrangendo os rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira; os franciscanos da piedade, ficaram com a margem esquerda do rio Amazonas e centro de Gurupá até o rio Urubu; os franciscanos de Santo Antônio, com as missões do Cabo Norte, Marajó e Baixo Amazonas; os Mercedários com o vale do Urubú e os Carmelitas com os vale dos rios Negro, Branco e Solimões (Ibidem) (TAVARES, 2011, p. 110).

As atividades dos jesuítas (da companhia de Jesus), na região do Xingu, se prolonga de 1.636 a 1758. A primeira denominação do que viria a ser o município foi “Santo Inácio de Aricari”, surgida em 1639 na margem esquerda do Rio Xingu, posteriormente este local passou a se chamar de “Freguesia de São Francisco Xavier” e, em 1778, por ordem do governador do GRÃO-PARÁ, general MENDONÇA FURTADO, foi elevado a condição de vila com o nome português de Souzel.

A ocupação dos jesuítas nesta área não foi diferente das políticas portuguesas de conquista da Amazônia, ou seja, através das fortificações militares e das missões religiosas, sendo construídas algumas obras para demonstrar o domínio português na região, por isso faz-se necessário ressaltar a bela Igreja de Aricari (Souzel Velho) na narrativa de Umbuzeiro – 1990 (Altamira e sua história), onde afirma:

Frei Caetano Brandão, Bispo do Pará, por volta de 1789, faz menção em suas

memórias à bela Igreja de Aricari e a belíssima imagem do Senhor Morto (esta imagem ainda existe na cidade de Senador José Porfírio, ex-Souzel), venerada por toda a população indígena da área... (p.20).

Até hoje na igreja matriz da sede do município, a imagem do senhor morto é exposta no altar e é utilizada pelos fiéis na procissão da semana santa em cortejo nas ruas da cidade, Figura 13. Nota-se um padrão espacial em todas as cidades que foram colonizadas pelos jesuítas na região²⁵: a margem do rio, com a construção de uma igreja (católica), uma pracinha e o prédio da prefeitura.

Figura 13 - Senhor Morto



Fonte: Próprio Autor

Devido às diversidades naturais como o rio agitado, grandes temporais no período chuvoso e as adversidades culturais, resumidamente os conflitos com os silvícolas do local, por volta de 1846, segunda metade do século XIX, inicia-se a empreitada que iria estabelecer o novo local da Vila de Souzel, na margem direita do Rio Xingu.

O povoamento denominado Souzel, nome de uma cidade portuguesa, fato acontecido

²⁵ Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Porto de Moz e Gurupá. Das cinco cidades citadas, Gurupá é a única que apresenta além do padrão espacial destacado ruínas de uma fortificação militar.

em outras localidades do Pará, como Santarém e Óbidos, por exemplo. Souzel foi alçado à categoria de município pela Lei nº 811, de 14 de abril de 1874, tendo sido eleito como seu intendente José Porfírio de Miranda Junior.

José Porfírio era comerciante, vindo do Rio de Janeiro, fez carreira política na região por ter se tornado um grande proprietário de terras no município de Souzel, na época áurea da borracha. Elevou os seus negócios na região, sendo o maior produtor de borracha e caucho do Pará, introduziu métodos mais modernos à época para incremento de suas atividades.

Apoderando-se do conceito de rugosidade de Milton Santos, há na praça do município e no cemitério os postes de ferro instalados por José Porfírio que iluminavam a gás de acetileno esses locais. Considerando que era final do século XIX, para a época iluminação na região era recurso moderníssimo. É necessário esclarecer que esses elementos (os postes) que fazem parte de nossa história, estão em fase de extinção, abandonados ao tempo, identificados na Figura 14.

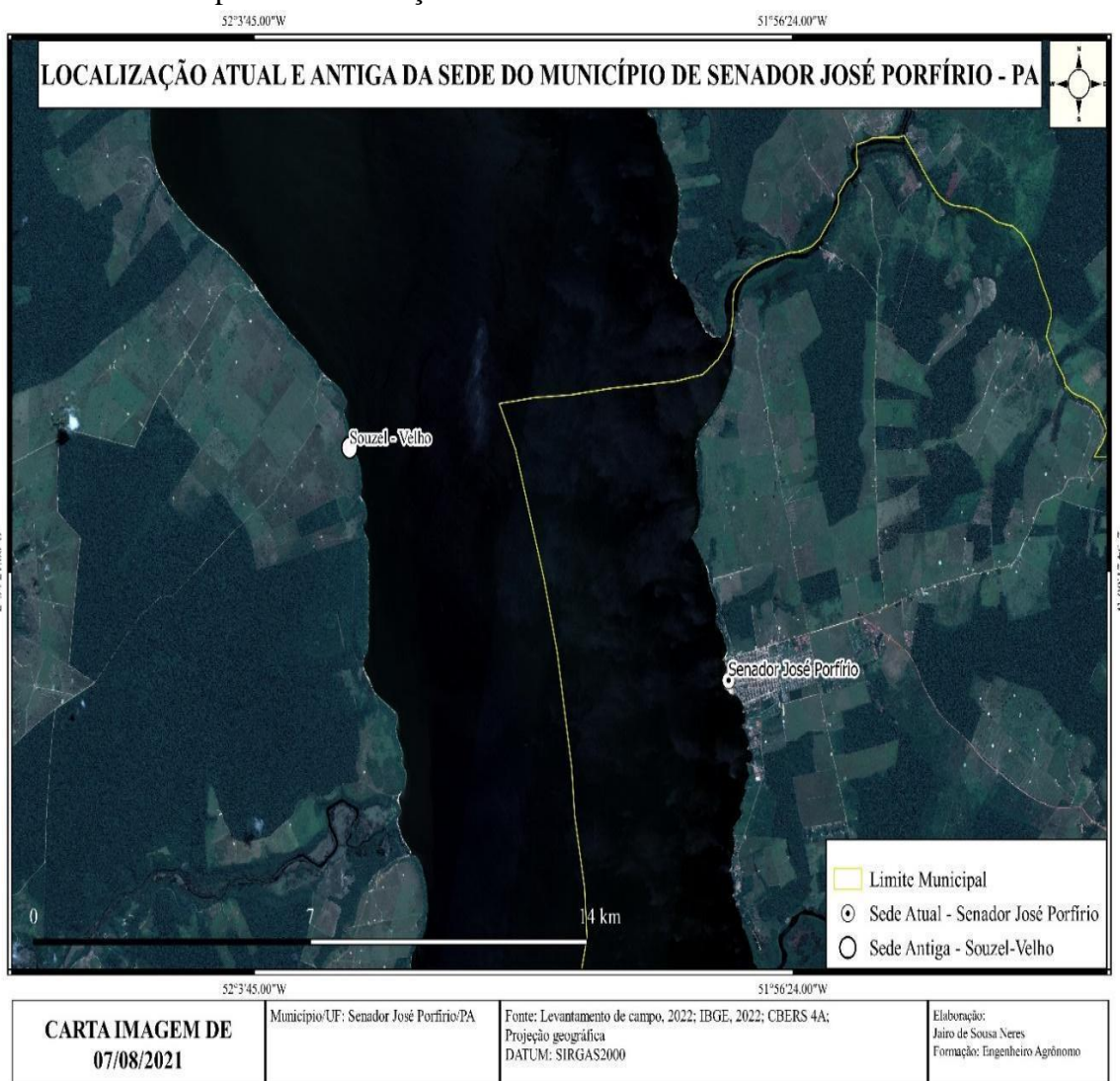
Figura 14- Postes e placa de inauguração do cemitério de SJP



Fonte: Próprio Autor.

A trajetória de ocupação da Amazônia pela Coroa Portuguesa no período pombalino transformou as missões em vilas, observados no rio Xingu a Vila de Souzel (28) no Mapa 10. Conforme o Mapa 11, podemos visualizar a localização espacial do que ficou conhecido como Souzel Velho na margem esquerda do rio Xingu, colonizado pelos jesuítas no início do século XVII e a atual posição geográfica da sede de Senador José Porfírio.

Mapa 11- Localização histórica de Souzel a Senador José Porfírio



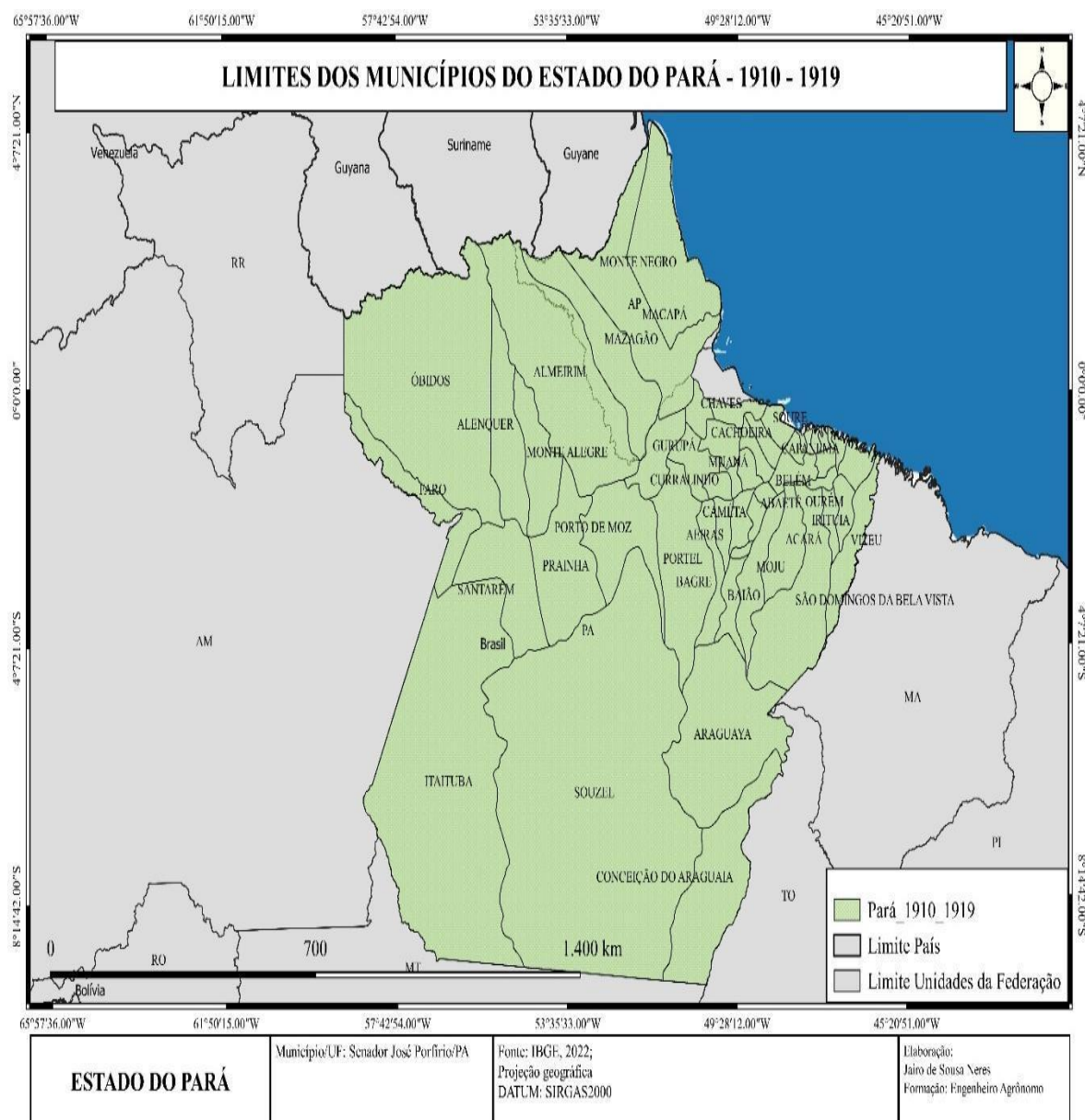
Elaboração: Jairo de Sousa Neres

Devido à sua grande extensão territorial, Souzel, o maior município do Estado do Pará, apresentado no Mapa 12, necessitava de uma divisão administrativa, bem como se fazia necessário o estabelecimento de um governo municipal no alto Xingu, que era uma região mais desenvolvida do que o baixo Xingu. Com isso Souzel foi desmembrado e deu origem ao município do Xingu, com sede na cidade de Altamira.

No quadro da divisão administrativa do estado do Pará de 1936, o município do Xingu compunha-se de onze distritos, entre eles o de Souzel.

Posteriormente, o município do Xingu teve o seu nome alterado para Altamira face do decreto lei nº 2.972, de 31 de março de 1938. Ficando Souzel, fazendo parte do município de Porto de Moz. Souzel entraria em decadência econômica, permanecendo nela poucos moradores.

Mapa 12- Souzel maior município do Pará



Fonte: IBGE.

Em 1955 houve uma primeira tentativa de desmembramento para a emancipação de seu território (Porto de Moz e Altamira), para constituir os municípios de Souzel e São Felix do Xingu, conforme a lei nº1.127, de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo supremo Tribunal Federal.

Porém, em 1961, através da lei nº 2.460 de 29 de dezembro, publicada no diário oficial do estado de nº 19.759 de 30 de dezembro do mesmo ano, durante o governo de Aurélio Correa do Carmo, foram criados os municípios de Souzel, com o nome de Senador José Porfírio e São Felix do Xingu.

A origem do nome é uma homenagem a José Porfírio de Miranda Junior, que foi um

grande político da república velha, intendente de Souzel, dotou o município de melhoramentos excepcionais para a época, já mencionado anteriormente. Deixando a intendência, foi eleito Senador Estadual, sendo eleito sucessivamente até 1930, quando foram extintos os Senados Estaduais.

Com tudo podemos perceber os vários rearranjos pelo qual passou o que viria a ser Senador José Porfírio. Da margem esquerda à margem direita do Rio Xingu, de um dos maiores municípios do Estado em extensão territorial (1874 com o nome de Souzel), a mais um dos 144 que compõe o Pará. Desta forma podemos entender todo o seu processo de formação e sistematizá-lo cronologicamente na Tabela 26.

Tabela 26- Denominação de S.J.P. – 1639 – 1961

Denominações Recebidas	Ano
Santo Inácio de Aricarí	1639
Freguesia de São Francisco Xavier	1758
Vila de Souzel	1778
Município de Souzel	1874
Distrito de Souzel	1911
Município de Senador José Porfírio	1961

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Seu primeiro prefeito constitucional foi eleito no pleito de 3 de outubro de 1962 numa eleição conjunta para senadores, deputados federais, estaduais, vice-prefeitos e vereadores. O artigo 4º da lei que criou o município de Senador José Porfírio, assinado pelo ex-governador Aurélio Corrêa do Carmo e pelo ex-secretário do interior de justiça Dr. Péricles Guedes de Oliveira diz “Os novos municípios, enquanto não forem instaladas suas câmaras se regerão pelas leis fiscais dos municípios de onde foram desmembrados”, já o artigo 2º diz: “Os prefeitos dos novos municípios serão de livre nomeação do poder executivo que, sancionada esta lei, marcará data para instalação dos mesmos, na conformidade da lei 158, de 31 de dezembro de 1948.

A lei ainda estabelecia que o novo município criado faria parte da comarca de Gurupá”. É salutar, porém, expor que antes do primeiro prefeito constitucional eleito, o novo município foi gerido por dois intendentes nomeados pelo governador do estado entre 1961 e 1962.

Portanto, desde sua criação Senador José Porfírio foi governado por dezesseis mandatos expostos na Tabela 27, com seus respectivos Prefeitos e vice-Prefeitos. Sendo importante

destacar que em nenhum momento neste período ocorreu cassação de mandatos.

Tabela 27- Gestores do Município de S.J.P. – 1961 a 2021

Nº	Prefeito	Vice - Prefeito	Período da Gestão
1º	Raimundo Uchôa Tenório João Inácio de Souza	Obs: intendentess nomeados pelo governador	1961 a 1962
2º	José Alvarez Rebelo	Elomar Moreira de Souza	1963 a 1966
3º	Elomar Moreira de Souza	José de Almeida Tabosa	1967 a 1970
4º	José Alvarez Rebelo	Pedro Uchôa de Moura	1971 a 1972
5º	José Moreno dos Santos	Raimundo Uchôa Tenório	1973 a 1976
6º	Francisco Merêncio da Silva	Manoel Anselmo Batista	1977 a 1982
7º	Willy de Souza Viel	Teodoro Matias dos Santos	1983 a 1988
8º	Averaldo Pereira Lima	Cleto José Alves da Silva	1989 a 1992
9º	Cleto José Alves da Silva	José Tadeu da Costa Nunes	1993 a 1996
10º	Carlos Cabral Rebelo	José Benedito da Mota Eschrique	1997 a 2000
11º	José Benedito da Mota Eschrique	Severino Batista Albuquerque	2001 a 2004
12º	Cleto José Alves da Silva	José Renan Sales de Araújo	2005 a 2008
13º	Cleto José Alves da Silva	Ademar Moreira de Souza	2009 a 2012
14º	Carlos José da Silva	Vanessa Anabelle Lima Silva	2013 a 2016
15º	Dirceu Biancardi	Deiby Mendes Cardoso	2017 a 2020
16º	Dirceu Biancardi	Adjailton Meneses Café	2021 a 2024

Fonte: Elaborado pelo próprio Autor

O município de Senador José Porfírio teve o seu território desmembrado para constituir os municípios de Vitória do Xingu, em 13 de dezembro de 1991, pela lei de criação nº 5.701, e o município de Anapu, em 28 de dezembro de 1995, através da lei de criação nº 5.929, tornando seu território descontínuo como mostra o Mapa 13.

Por ocasião da emancipação do município de Anapu, houve uma proposta, não aprovada, de também se emancipar a localidade da Ilha da Fazenda (parte do território identificada no estudo como polo II ou região Sul), território pertencente ao município de Senador José Porfírio. Como diz o ex-Prefeito sobre este tema:

Essa questão da descontinuidade do município aí é um problema questionado né, a população questiona muito essa situação inclusive é..., colocam, descarregam as culpas nos gestores da época e, a gente pensa de outra forma, foi algo que foi trabalhado, elaborado, teve todo um processo através do deputado que morreu, deputado Nicias Ribeiro. Nós tentamos, conversamos, procuramos, buscamos outras formas legais e não força né..., e aconteceu da forma que aconteceu, as perdas do município foram muito grandes né, e..., a maneira como foi feita é que prejudicou o município, da forma que a gente pensa, da forma que a gente acha, porque a descontinuidade se deu por ter sido feito dois projetos de emancipação que foi do município de Anapu e do município da Ressaca, o Anapu passou e o da Ressaca não passou, se tivesse passado o município teria ficado menor ainda, mas também não teria descontinuidade, mais a Ressaca não passou e ficou essa descontinuidade e isso aí essa questão da Transamazônica que pertencia pra Senador, isso aí houve uma perda, mais a gente até acha que tinha sentido né, o que a gente não aceita, que a gente não concorda é com a descontinuidade, porque ficou uma situação difícil o município. O município com uma população pequena e conseqüentemente recursos pequenos e com a dificuldade bem maior pra administrar a região da Ressaca que seria no projeto outro município, isso aí prejudicou bastante, prejudica até hoje né, embora a gente saiba que a região do polo II é uma região onde são terras promissoras, são terras que produzem bastante, mais acesso para assistência em todos os sentidos nas áreas da educação, nas áreas da saúde, na própria administração tem muita dificuldade para atender, porque fica muito difícil, fica longe, tem que passar por dois, por três municípios pra poder chegar nessa região do polo II, mais foi muito prejudicial da forma como foi feita (CLETO, 2022).

Corroborando que os desmembramentos que geraram os contornos de descontinuidade em Senador José Porfírio foram prejudiciais e que as ações de políticos externos não utilizaram uma outra opção par evitar essa situação singular no espaço amazônico é compartilhada em:

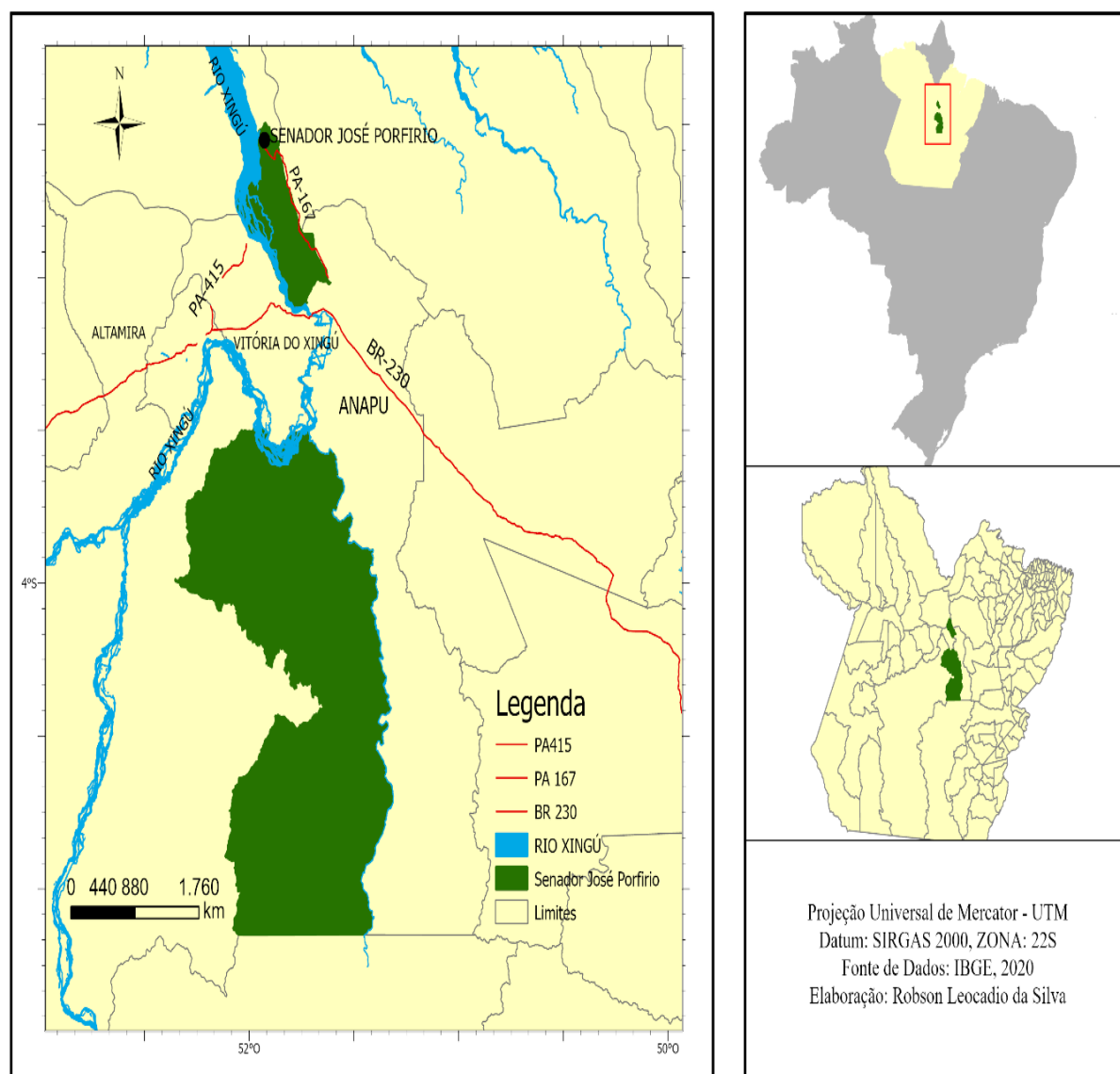
A questão da criação do município do Anapu é..., houve um planejamento para que se barrasse a descontinuidade do município, levaram tudo em consideração somente o rio, só que para muita gente o rio, ele não tem uma navegação vamos dizer favorável, porque quando você chega em Belo Monte o rio eleva 100 metros de altura e começa uma outra fauna, uma outra realidade né, e não tem uma navegação. Teria que ter continuidade do município através duma faixa de terra que pegaria Belo Monte, a vila de Belo Monte até encontrar lá na Ressaca, naquela outra região, por mais que tivesse que atravessar o rio Bacajaí, mais não seria tão difícil, até porque hoje o pessoal do Anapu hoje, tem acesso aquela região principalmente a questão madeireira, é..., atravessando esses rios. Isso não foi levado em consideração, somente o rio (ESCRHIQUE, 2022).

Acessar as duas porções do território nunca deixou de ser um desafio, além de transitar por dois ou três municípios vizinhos é necessário percorrer um trecho do rio Xingu, pegando experientes pilotos de voadeiras (a calha navegável do rio Xingu em determinados trechos e épocas do ano, apresentavam afloramentos rochosos que demandavam determinadas habilidades para navegação) no porto de Altamira-PA, até chegar a parte Sul de Senador José Porfírio. O rio era a única via de acesso. Hoje, as possibilidades de se chegar a essa parte do território pode ser realizado das seguintes formas: 1. Sair da sede do município utilizando a PA-167, pegando a BR- 230(Transamazônica) até a sede do município de Altamira, atravessar a balsa e seguir pela PA-RESSACA; 2. Sair da sede do município utilizando pequenas lanchas

pelo rio Xingu, até a sede do município de Vitória do Xingu, pegar a PA-415 (Ernesto Acioly) até a sede do município de Altamira, atravessar a balsa e seguir pela PA-RESSACA; 3. Fazer qualquer um dos dois percursos e ao chegar no município de Altamira seguir pelo rio Xingu de voadeira (hoje este acesso é menos utilizado).

Mapa 13- Localização de Senador José Porfírio

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO-PA



Fonte: Próprio autor.

Considera-se que o processo de formação histórico-territorial do município de Senador José Porfírio se relaciona diretamente a política de ocupação implementada pela Coroa Portuguesa, as oscilações econômicas regional e global e as decisões político-administrativa desenvolvidas no território.

3.3 A configuração fundiária atual do município de Senador José Porfírio

A compreensão da situação fundiária do município de Senador José Porfírio se analisa não apenas como se estruturou a formação de suas áreas patrimoniais, mais também como outras áreas que limitam a expansão urbana se estabelecem. No caso de Senador José Porfírio, merece destaque: a) o reconhecimento de terras dos povos tradicionais; b) a implementação da reserva ambiental do Nazaré e o Tabuleiro do Embaubal, que possuem uma área de proteção ambiental; d) a existência de áreas federais e de projetos de reforma agrária.

3.3.1 A constituição da área patrimonial do município de Senador José Porfírio

A Lei Estadual nº 2.460, de 29 de dezembro de 1961, que criou o Município de Senador José Porfírio, dispõe em seu artigo 5º “Os bens móveis e imóveis de propriedade do município do qual vai ser desmembrado o novo município, passarão a pertencer, sem ônus de espécie alguma, ao município recém criado”.

Nesse contexto, o território do município de Senador José Porfírio, ganha seus contornos atuais quando em 13 de dezembro de 1991 temos a emancipação do município de Vitória do Xingu através da Lei estadual nº 5.701, e em 28 de dezembro de 1995 a emancipação de Anapu através da Lei estadual nº 5.929. Ocorre que com as duas emancipações acima destacadas, partes do território que pertenciam a Senador José Porfírio, são desmembrados para composição dos novos municípios criados, embalados pela política nacional de criação de novos municípios no período de 1991 a 2000 (ROCHA, 2013).

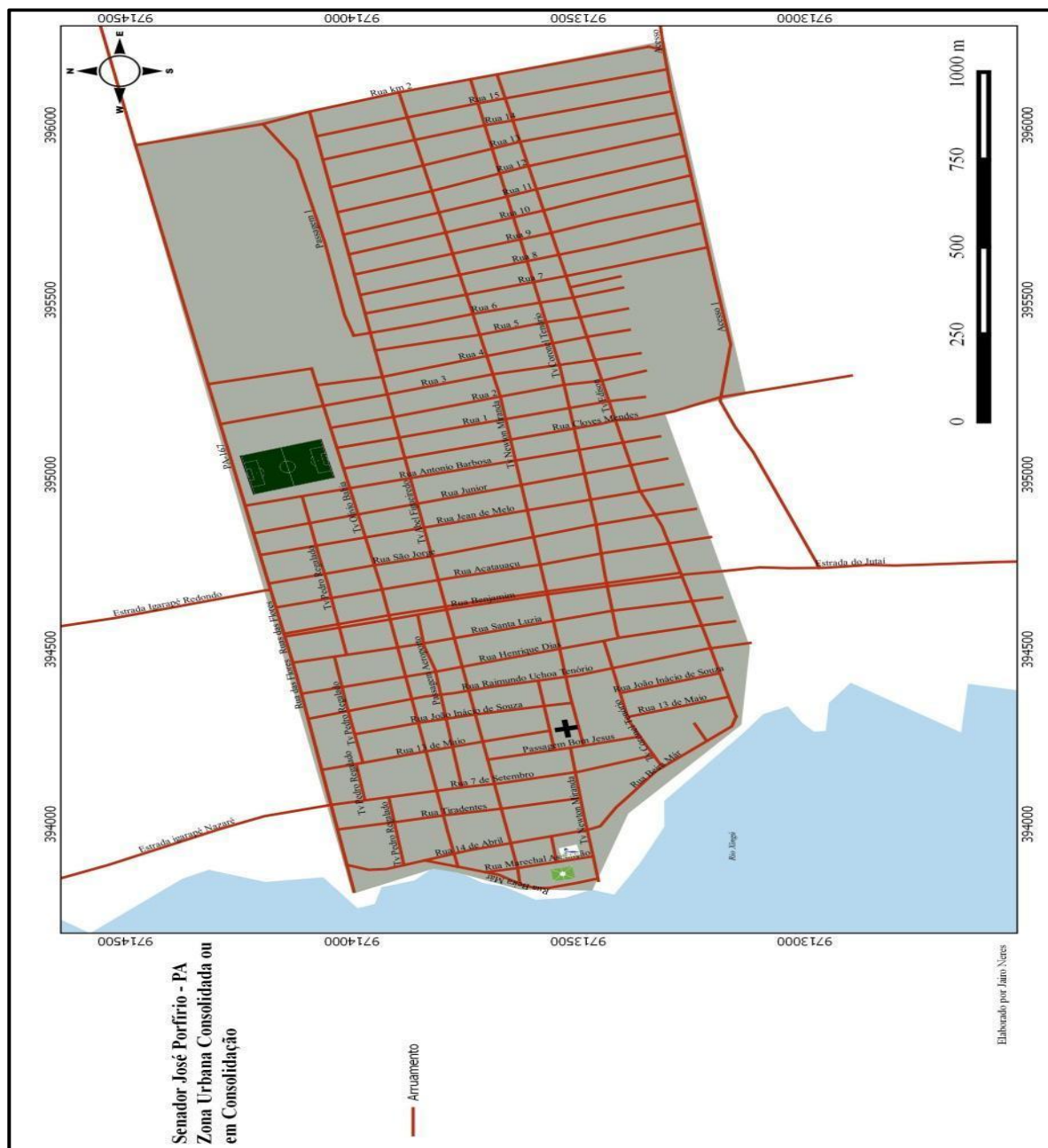
Nesse contexto, distritos como Belo Monte (na travessia da balsa na BR-230 de ambos os lados) e o distrito do Km 18 (também na BR-230) passam a fazer parte do território dos dois municípios respectivamente. Desta forma, temos um território legal ou politicamente ligado a outro território que não é fisicamente contínuo, se materializando assim o primeiro exclave na Amazônia brasileira (DELLAGNEZZE, 2016), conforme o mapa de localização 13.

Compõe-se, atualmente, do distrito sede Senador José Porfírio e dos demais: Alto Brasil, Vila Nova, Bom Pastor, Ressaca, Ilha da Fazenda, Itatá e Vila Salu de Almeida (também conhecida como vila Mocotó).

O acesso à sede do Município é feito pela rodovia PA-167, partindo da Transamazônica – BR-230, a uma distância aproximada de 87 km, com precárias condições de circulação, particularmente no período chuvoso, ou pelo rio Xingu a partir de Vitória do Xingu, aonde se chega pela PA-415, ou de Belém. A travessia fluvial leva de 45 minutos a duas horas, dependendo da embarcação (Mapa 13).

A cidade nasceu nas margens do rio Xingu e durante décadas limitou-se às áreas mais próximas do rio. O perímetro histórico compreende as primeiras ruas do povoamento da Vila de Souzel, alcançando as ruas Governador Magalhães Barata (rua da frente), rua Marechal Assunção, Passagem Padre Kanova e parte da Rua Beira-Mar.

Mapa 14- Estrutura urbana de Senador José Porfírio



Fonte: Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio.

Na década de 1990 a cidade iniciou sua expansão para as áreas mais afastadas do rio (Figura 23). Sua malha urbana é ortogonal, bastante regular. As últimas quadras só foram ocupadas bem recentemente.

O crescimento ocorreu sempre no sentido Leste, em um terreno muito plano, entre

propriedades rurais de latifundiários que delimitam a sede no sentido Norte e Sul (Figura 15).

Figura 15- Imagem aérea da sede de Senador José Porfírio



Fonte: reprodução/Internet xingu230.com

A sede do município vem se (re) configurando espacialmente nos últimos anos, com surgimento de novas ocupações urbanas como o bairro Bela Vista, originado de um loteamento precário e que se transformou em uma invasão, a expansão se intensifica com a criação de chácaras no extremo leste da cidade.

O Centro é o bairro mais estruturado da cidade, estando nele localizados os principais equipamentos urbanos e comunitários: a Prefeitura Municipal, os órgãos públicos presentes na cidade, a Câmara Municipal, a Igreja Matriz (católica), o batalhão de polícia militar, o hospital, as principais escolas, a principal praça da cidade, as pousadas, importantes estabelecimentos comerciais e o cemitério com sepulturas do final do século XIX.

Na atualidade a travessa São Francisco e a travessa Olívio Bahia, concentram um volume significativo do comércio da sede municipal, com estabelecimentos de grande relevância para o atendimento da comunidade. Os demais bairros da cidade têm uma ocupação de caráter residencial.

O perímetro urbano do município está estabelecido entre os igarapés Maxiaca ao Norte e Croatá ao Sul (Mapa 15), sendo configurado com a estrutura urbana de sua sede.

Mapa 15- Perímetro Urbano de Senador José Porfírio



Legenda

- Área de Patrimônio da Prefeitura
- PA-167
- Sede Municipal

CARTA IMAGEM DA ÁREA DE PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - ANO DE 2015

Fonte:
 Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio, 2015; USGS/LandSat 8 Oli, Órbita Ponto - 225/62 de 15 de Junho de 2015.

Elaborado por Jairo Neres

Fonte: Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio.

Mapa 16- Arruamentos e bairros da sede de Senador José Porfírio



— Ruas	Centro	Maranhense
Bairros	Encantado	Nossa Senhora Aparecida
Bela Vista	Linhares	Piquiá


ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
 CNPJ/ME: 05.421.110/0001-40


SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
 Desenvolvimento com Preservação

ARRUAMENTO E BAIRROS DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PA

Fonte: Prefeitura municipal de Senador José Porfírio.

A área urbana atualmente é composta pelos seguintes bairros: Centro, Encantado, Piquiá, Linhares, Maranhense, Nossa Senhora Aparecida e Bela Vista (Mapa 16).

3.3.2 Terras dos povos tradicionais

É importante citar que parte significativa do território de Senador José Porfírio abriga terras indígenas. Dentre elas destaca-se: Araweté Igarapé Ipixuna, Koatinemo, Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu, Ituna/Itatá e Trincheira Bacajá.

Localizados na área da Volta Grande do Rio Xingu essas terras são ocupadas pelos seguintes povos:

TI Araweté Igarapé Ipixuna – povo Araweté e povo isolado do igarapé Bom Jardim, população em 2014 de 467 pessoas, com uma área dentro do município de 37.480,28 hectares.

TI Koatinemo – povo Assurini do Xingu, população em 2014 era de 182 indivíduos, tendo uma área em Senador José Porfírio de 19.722,02 hectares.

TI Paquiçamba - povo Yudja.

TI Arara da Volta grande do Xingu - povo Arara da Volta grande do Xingu, população em 2014 era de 143 pessoas, com uma área de 25.500 hectares dentro do município.

TI Ituna/Itatá – povo isolado, sem levantamento populacional, com uma área de 90.768,94 hectares dentro do município.

TI Trincheira Bacajá – povos Mebêngôkre e Xikrin (Mebêngôkre), população em 2011 era de 746 pessoas, com uma área de 843.701,58 hectare dentro do município.

Quadro 9- Terras Indígenas

Nome	Estatus	Fase	Tipo área	Hectare
Araweté Igarapé Ipixuna	Concluído	Regularizada	Principal	37.480,28
Koatinemo	Processo de Homologação	Regularizada	Principal	19.722,02
Paquiçamba*	Estudos Complementares	Delimitada	Reestudo	-
Trincheira Bacaja	Concluído	Regularizada	Principal	843.701,58
Arara da Volta Grande do Xingu	Processo de Homologação	Declarada	Principal	25.500
Ituna/Itatá (restrição de uso)	Em Planejamento	Em Estudo	Principal	90.768,94
Total				1.017.172,82

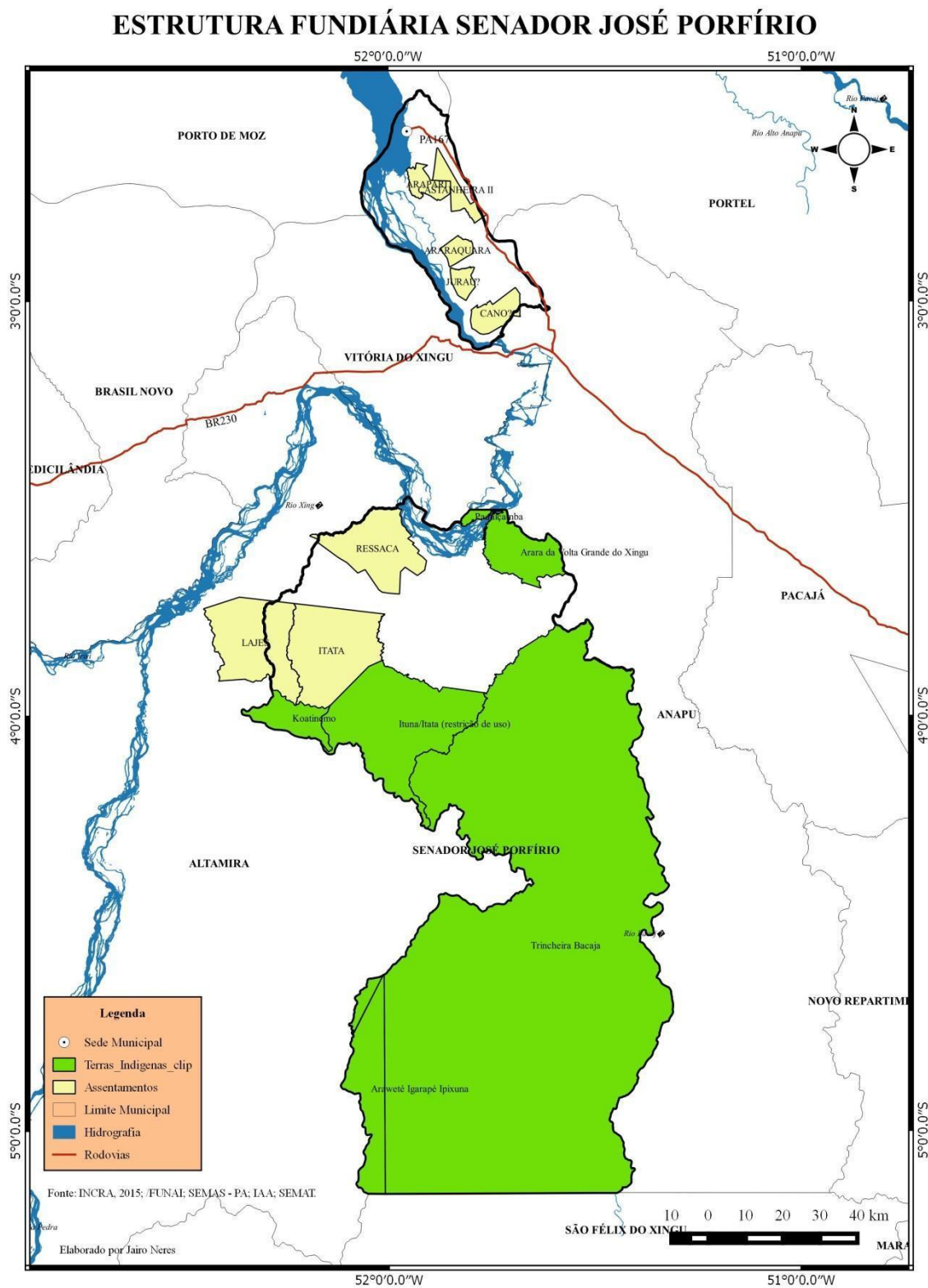
Fonte: ISA

*localizada em Vitória do Xingu e Senador José Porfírio.

Ao considerarmos que o município de Senador José Porfírio apresenta em torno de

1.441.991,60 hectares, podemos constatar que as terras indígenas representam aproximadamente 70% de seu território (Mapa 17).

Mapa 17- Terras Indígenas e Projetos de Assentamentos



Fonte: PMSJP.

A jurisdição fundiária do território de Senador José Porfírio se divide entre o governo federal e o governo estadual, conforme exposto no gráfico 06, que retrata a região de integração Xingu. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o município compõe em sua estrutura fundiária, a Superintendência Regional de Santarém (SR 30), com 1.502 imóveis cadastrados no órgão, em que estes perfazem uma área de 484.313,285 ha (INCRA, 2018).

O município apresenta 07 assentamentos distribuídos em seu território, sendo 05 na porção Norte: Canoé, Araraquara, Juraú, Arapari, Castanheira II e 02 na porção Sul: Ressaca, Itatá, identificados no Quadro 10 e visualizados no Mapa 17.

Quadro 10- Projetos de Assentamentos em SJP

Nome	Capacidade	Famílias assentadas	Área (ha)	Criação	Fase do PA
PA CANOÉ	600	416	10.709,87	30/10/1997	Assentamento em Consolidação
PA ARARAQUARA	150	147	11.168,85	08/10/1997	Assentamento em Consolidação
PA RESSACA	500	477	30.265,63	03/09/1999	Assentamento em Instalação
PA JURAUÁ	150	63	5.263,02	07/10/1999	Assentamento em Consolidação
PA ARAPARI	700	545	54.234,00	08/10/1999	Assentamento em Consolidação
PA ITATÁ	510	421	51.755,64	08/04/2014	Assentamento Criado
PDS CASTANHEIRA II	109	64	7.470,91	25/09/2014	Assentamento Criado

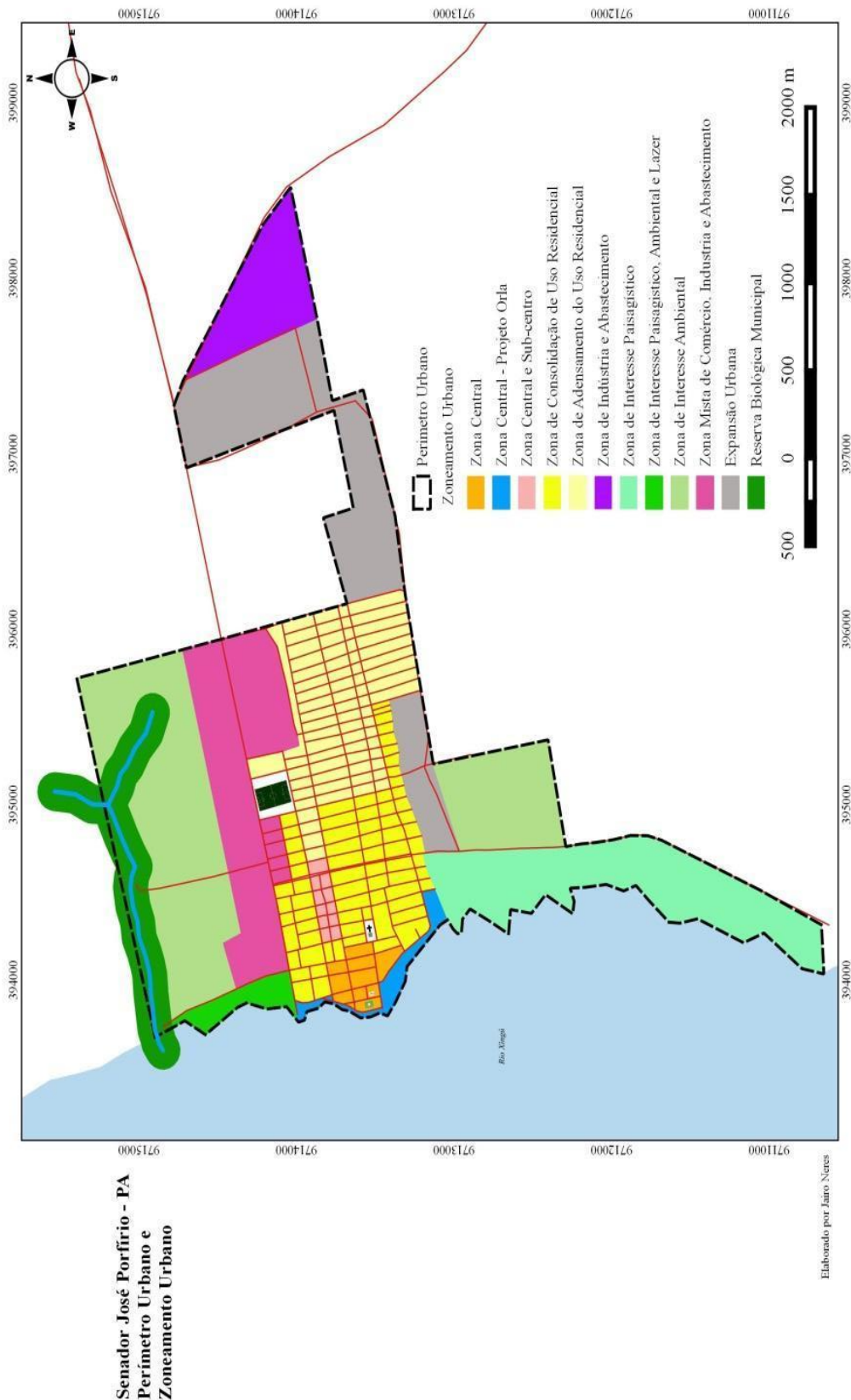
Fonte - Fonte: MPA/INCRA 2021.

Continuando a abordagem ao ordenamento do território de Senador José Porfírio, têm-se a reserva biológica criada através da lei municipal nº 142 de 22 em julho de 1983. Trata-se de uma iniciativa do poder público municipal que estabeleceu uma área de proteção no igarapé Nazaré, que é um afluente da margem direita do rio Xingu, com águas transparentes e cristalina, que ao longo da história e até os dias atuais é aproveitado como área de lazer da comunidade da sede municipal.

O igarapé percorre um trecho de aproximadamente dois quilômetros no sentido leste/oeste até desagua no rio Xingu, e está há uma distância de aproximadamente um quilometro e meio da área urbana da cidade (Mapa 18). A reserva biológica passou no decorrer dos anos a ser bastante pressionada pelas atividades agropecuárias que se estabeleceram no seu entorno e mais recentemente passa a ser ameaçada com a aproximação de um processo de urbanização que avança nas margens do rio Xingu em sua direção. Porém, deve-se destacar que

a fiscalização de sua área de proteção estabelecida em 100 metros para o lado direito e também 100 metros para o lado esquerdo é fundamental para garantir sua preservação.

Mapa 18- Zoneamento urbano de SJP



Fonte: PMSJP.

O Tabuleiro do Embaubal, é caracterizado por se tratar de uma área muito rica em biodiversidade e com grande destaque na desova de quelônios da Amazônia, que no decorrer do tempo passou a receber as atenções das autoridades governamentais²⁶ (Município, Estado e União) passando a estabelecer fiscalização e acompanhamento em sua proteção ambiental. Por isso, corrobora-se com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, que destaca:

De grande expressividade ecológica, a presença do Tabuleiro das Tartarugas, mas conhecido como Tabuleiro do Embaubal, é um arquipélago que fica próximo da sede municipal, sendo uma área de preservação ambiental e considerado berçário de quelônios, devido à grande concentração de desova da tartaruga-da-amazônia *podocnemis expansa*, principalmente na praia do Juncal e com menor frequência em outras como a Praia do Embaubal que já foi considerado o local de maior desova (SEMA-PA, 2013, P. 22).

A região da “Ilhas” sempre teve estreita relação com a comunidade da cidade de Senador José Porfírio, seja na época da exploração da borracha onde tinha-se os principais seringais do município ou seja na atividade pesqueira que faz parte da base alimentar de seus moradores.

A população de Senador José Porfírio, adquiriu o hábito de consumir como parte de sua base alimentar três espécies de quelônios muito comuns na região do baixo Xingu: a tartaruga-da-amazônia *podocnemis expansa*, a tracajá *podocnemis unifilis* e o pitiú *podocnemis sexturbeculata*. O consumo é desde sua carne aos seus ovos, que são preparados por seus moradores como guizado, assado com a famosa farofa da tartaruga no casco que se tornou parte da cultura do ribeirinho local e está inserido no ritual religioso da festa de São Benedito²⁷ e seus ovos que são consumidos cozidos ou batidos *in natura* com sal ou açúcar e farinha d’água.

Com o crescimento da população próxima ao Tabuleiro em particular os moradores da cidade de Senador José Porfírio e também da cidade de Vitória do Xingu que consomem os quelônios como iguaria, a espécie sofre a perseguição da pesca predatória.

Por se tratar de um berçário natural de desova e contar com uma quantidade muito grande de quelônios o Tabuleiro sofre no decorrer do tempo muita pressão, com a captura ilegal principalmente das tartarugas. A respeito da importância de se preservar o Tabuleiro do

²⁶ Destaque de algumas ações das organizações governamentais para proteção do Tabuleiro: 1. Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, caracteriza o arquipélago como Refúgio de Vida Silvestre do Baixo Xingu (1988/1992); Le Nº 6.745/2005 que institui o Macrozoneamento Econômico e Ecológico do Pará, determinando a área do Xingu como Unidade de Conservação do grupo de Proteção Integral; Criação em 1979 do Programa Quelônios da Amazônia (PQA); A partir de 2005 SEMAT/SJP, IBAMA, ICMBIO, Polícia Militar/BPA e SEMA/PA, passaram a coordenar as ações de proteção do arquipélago.

²⁷ Festividade Católica que acontece no município em dois momentos: o primeiro é organizado por uma família tradicional da cidade (Gil), sendo realizado em um barracão na rua beira mar no período próximo ao sábado de aleluia e o segundo é realizado pela igreja católica no mês de junho em prédio da igreja chamado de Ramadão de São Benedito. A varrição é um momento do ritual em que um folião ou fiel dança com um casco de tartaruga com farofa, enquanto se canta a ritmo de tambores em homenagem ao Santo.

Embaubal diante das pressões que vem recebendo, cita-se:

Considerado o local onde ocorre a maior postura de ovos de quelônios amazônicos da América do Sul, o ecossistema que envolve os tabuleiros do Embaubal e do Juncal, localizado no Rio Xingu, Município de Senador José Porfírio, vem sendo ao longo dos anos alvo de ações predatórias por parte de moradores dos municípios circunvizinhos àquela área. São ações de relevantes impactos, tais como: ocupação das ilhas nas imediações do tabuleiro e que vem ampliando-se gradativamente; o desmatamento de áreas de Preservação Permanente (APP); e, principalmente, a captura das tartarugas e seus ovos para comercialização local e para outros estados como Amazonas e Amapá, além do consumo próprio, uma vez que fazem parte da alimentação das populações ribeirinha do Rio Xingu (SEMA-PA, 2013, P. 35).

Com a perspectiva de uma área de importância econômica e de sobrevivência da população do município no decorrer de sua história, o Tabuleiro é formado por um conjunto de ilhas que estão no curso do Rio Xingu com grande trafegabilidade fluvial entre as sedes de Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, conforme os dados da Tabela 28, com as coordenadas geográficas para a criação da UCs.

Tabela 28- Coordenadas geográficas localizando as áreas propostas para a criação das Unidades de Conservação de Proteção Integral (PI) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no Município de Senador José Porfírio

Unidades de Conservação	Extremos			
	Norte	Sul	Leste	Oeste
	(Latitude)		(Longitude)	
PI (Tabuleiro do Embaubal)	2° 39' 29,703" S	2° 43' 49,985" S	52° 3' 6,125" W	51° 57' 49,777" W
PI (Igarapé Abaeté)*	2° 45' 1,532" S	2° 46' 51,383" S	52° 1' 6,280" W	51° 59' 23,289" W
PI (Lago Cajuí)*	2° 48' 3,136" S	2° 52' 7,263" S	51° 56' 22,473" W	51° 54' 14,019" W
RDS	2° 38' 58,616" S	2° 54' 2,178" S	52° 3' 51,760" W	51° 53' 8,819" W

*Área a ser definida como PI ou área de Uso Restrito.

Fonte: SEMA-PA, 2011.

O governo do Estado do Pará através do Decreto N° 1.566, de 17 de junho de 2016 e publicado no DOE N° 33.151, de 20/06/2016, cria na área a REVIS Tabuleiro do Embaubal e a RDS Vitória de Souzel, visualizadas no Mapa 19.

Dessa forma se regulamenta a área como reserva estadual com dois perfis estabelecidos na legislação de sua criação, sendo o Refúgio de Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal com os seguintes objetivos:

- preservar a vida silvestre, a fauna e flora, os ambientes naturais onde se asseguram a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna

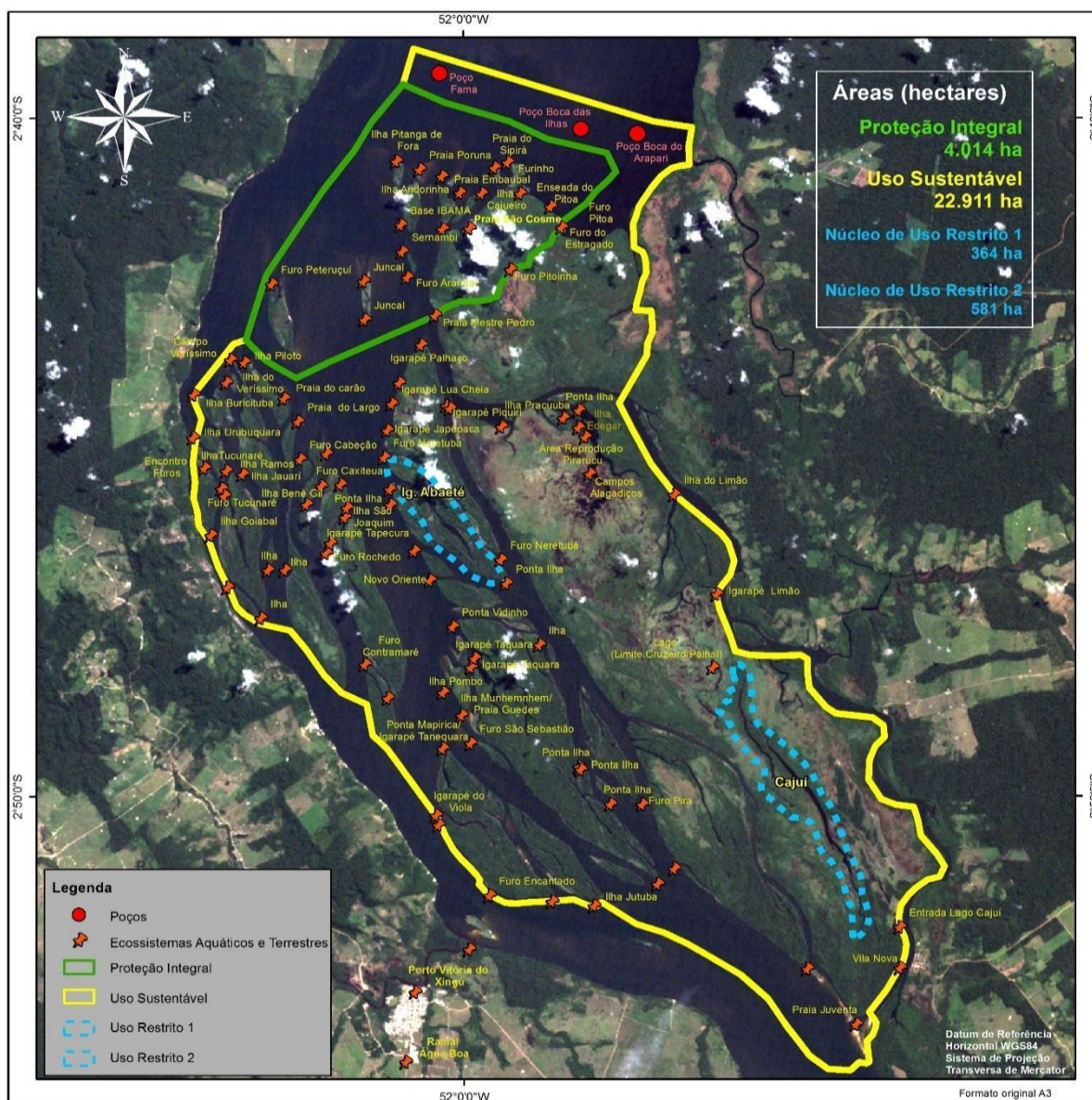
residente ou migratória;

- preservação do rico patrimônio biológico do Rio Xingu, como quelônios, aves migratórias e demais espécies da fauna amazônica em situação de vulnerabilidade;
- proteger o tabuleiro do embaúbal em virtude da sua alta vulnerabilidade e extrema importância na reprodução dos quelônios que desova em grande quantidade naquele local;
- preservação do Tabuleiro do Xingu como importante para biodiversidade e prioridade de ação extremamente alta, com ocorrência de peixe-boi, reprodução de ninhais e tartarugas;
- assegurar a pesquisa científica e propor ações que diminua o risco de espécies ameaçadas serem extintas.

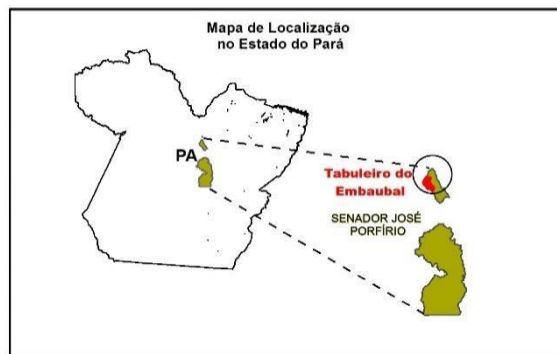
Já a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Vitória de Souza apresenta os objetivos em destaque:

- garantir a proteção dos recursos ambientais e socioculturais existentes na área;
- assegurar a integridade dos seus atributos e a manutenção do equilíbrio ecológico existente, quando da realização de atividades permitidas;
- assegurar o desenvolvimento de projetos alternativos que proporcione renda às famílias, assim como educação ambiental como forma de diminuição da pressão humana sobre a biodiversidade aquática e terrestre do local;
- promover junto com as comunidades locais a proteção dos quelônios e demais espécies existentes locais, assim como melhoria de qualidade de vida da população;
- promover o desenvolvimento sustentável das populações que habitam a área da RDS, com prioridade para o combate à pobreza e melhoria das suas condições de vida;
- promover a realização de pesquisas relativas a modelos de desenvolvimento sustentável que se adaptem às condições ambientais da área, bem como relativas à biodiversidade, visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades locais;
- assegurar a colaboração das comunidades locais, no exercício das atividades de fiscalização, de competência do órgão ambiental, relativas à proteção dos recursos naturais existentes e combate a pesca predatória;
- assegurar a participação das comunidades locais na conservação, recuperação, defesa e manutenção da área, no que diz respeito à perda da diversidade biológica naquela região;

Mapa 19- Localização do Refúgio de Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Vitória de Souzel em SJP



Secretaria de Estado de Meio Ambiente		DIRETORIA DE ÁREAS PROTEGIDAS
Assunto: Estudos de Criação de Unidade de Conservação Tabuleiro do Embaubal		
Município: Senador José Porfírio - PA		
Escala: 1:100.000	Data: Outubro / 2013	
Elaboração: SEMA-PA.	Fonte: Sensor Orbital LANDSAT 5 225/062, ano 2011; JARMO, Anderson Tavares. Inventário em Campo (2010)	



Fonte: SEMA/PA

O interesse do governo em proteger essa área especial no município de Senador José Porfírio, trata-se de uma resposta política às ameaças naturais sofridas pela natureza, com sua riqueza inquestionável em fauna e flora, além de paisagens singulares. Com o aumento da população do entorno das Unidades de Conservação, a pressão sobre a vida silvestre em particular os quelônios aumentaram enormemente, fazendo-se necessário a implantação de uma ação ambiental firme e pontual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se estabelecer os limites entre determinadas áreas (municípios, estados, países, etc.), delimita-se as relações de poder espacialmente. Dentro do espaço delimitado, se configuram as relações com o povo que ali habitam, tornando mais complexa à ideia de fronteira e também de território.

Isto posto, esta pesquisa procurou examinar os desafios geográficos no ordenamento territorial do município de Senador José Porfírio-PA. Lançando um olhar crítico a este território, partindo do pressuposto que o mesmo tem uma realidade espacial singular no contexto dos municípios Amazônicos, possuindo seu território separado pelos municípios de Vitória do Xingu e Anapu.

Do ponto de vista espacial, temos um território em que parte de sua população, no caso a que se encontra na porção sul desenvolve relações sociais, econômicas, culturais, com o centro urbano mais próximo que é a sede do município de Altamira. A dificuldade é tão grande que um servidor público para ter acesso a alguma documentação de repartições públicas terá que se deslocar até a sede do município, o que implicaria uma viagem pelos municípios vizinhos de Altamira e Vitória do Xingu, gerando gastos financeiros e desgaste físico, deixando a impressão de abandono aos munícipes, espaço para as mazelas e aos entraves gerenciais, devido às distancias postas nesse território.

Em Senador José Porfiro-PA, a microrregião da Volta Grande do Xingu, sempre foi marcada pela atividade da mineração, em garimpos artesanais, tendo as Vilas: da Ilha da Fazenda, da Ressaca e do Galo como suporte para tal exploração. Acessar essa parte do território nunca deixou de ser um desafio, além de transitar por dois municípios vizinhos era necessário percorrer um trecho do rio Xingu, pegando experientes pilotos de voadeiras (a calha navegável do rio Xingu em determinados trechos e épocas do ano, apresentavam afloramentos rochosos que demandavam determinadas habilidades para navegação) no porto de Altamira-PA, até chegar a localidade. O rio era a única via de acesso.

Hoje, as possibilidades de se chegar a essa parte do território pode ser realizada das seguintes formas: 1. Sair da sede do município utilizando a PA-167, pegando a BR-230(Transamazônica) até a sede do município de Altamira, atravessar a balsa e seguir pela Rodovia Transassurini e pegar a Rodovia PA-RESSACA; 2. Sair da sede do município utilizando pequenas lanchas pelo rio Xingu, até a sede do município de Vitória do Xingu, pegar a PA-415 (Ernesto Acioly) até a sede do município de Altamira, atravessar a balsa e seguir pela Rodovia Transassurini e pegar a Rodovia PA-RESSACA; 3. Fazer qualquer um dos dois

percursos e ao chegar no município de Altamira seguir pelo rio Xingu de voadeira (hoje este acesso é menos utilizado).

Determinados eventos na história recente da microrregião, dinamizaram transformações significativas em seu território. Entre eles temos: a implantação da UHE Belo Monte, o Projeto de Mineração Belo Sun e a abertura de vias de acesso terrestre (frente agrícola).

A produção de energia elétrica, aproveitando o potencial do rio Xingu entra na perspectiva do governo brasileiro depois da segunda metade do século XX, com vários desdobramentos que irão culminar com a implantação da UHE Belo Monte, no início do século XXI. Ocorre que, a área de impacto direto de tal empreendimento é a volta grande do rio Xingu, afetando a vazão do rio e a dinâmica da biodiversidade, desta forma os distritos em questão do município de Senador José Porfírio (Ilha da Fazenda e Ressaca), sofrem sérios impactos.

O projeto de Mineração em escala industrial, almejado pela empresa Belo Sun, que passa adquirir os direitos de exploração na área, impacta diretamente a vida da população local. O grupo passa a comprar terras na qual os estudos indicaram grande potencial aurífero, pagando quantias significativas aos proprietários dos imóveis, os habitantes das vilas ficam na expectativa de receber alguma indenização. Inicia-se neste contexto um movimento de migração de parte dessa população em direção ao interior do território e outras se deslocam para cidades como Altamira.

Diante deste contexto, a 14 quilômetros da vila da Ressaca, temos o surgimento da vila Mocotó, que passa a se apresentar como importante núcleo urbano, que absorve moradores das vilas de mineração artesanal e agricultores de outras regiões, em busca de terras.

Nos primeiros anos do ano 2000, o governo municipal de Senador José Porfírio faz a abertura da PA Ressaca, estrada com aproximadamente 75 Km, interligando a vila da Ressaca ao município de Altamira, proporcionando uma nova dinâmica no território. Neste contexto, no decorrer dos últimos anos, inicia-se uma expansão agrícola, haja vista, que o município tem a abertura de várias vicinais (Trans-Itatá, Trans-União, Novo Trans- União, Firma, Bom Jesus, Bom Jardim, Mangueiras, Ituna, Do Miro, Manejo, Vila do Bode, Pirarara I, Pirara II, Pernambuco, Trairinha, Acesso 1, Acesso 6, Travessão do Soldado, João Bispo, Travessão do Crisóstomo, Novo Brasil). Esta configuração espacial estruturou-se com a ocupação das terras a partir da abertura de estradas e viabilizada pela produção agropecuária da criação de gado e produção cacaeira, está última encontrou condições edafoclimáticas ideais para o seu cultivo.

As demandas por serviços públicos se ampliam substancialmente, em um território em

fase de expansão. A oferta de educação, de saúde e a manutenção de estradas são itens indispensáveis para a população local. Contudo, os desafios interpostos, diante de uma logística espacial da grandeza Amazônica é imenso, tendo centenas de quilômetros de estradas para cobrir e a descontinuidade geográfica como obstáculo.

Agricultores da região sul do território municipal, das vicinais: Transunião, Novo Transunião, vem a sede do município e em abril de 2013, acampam em frente a prefeitura em protesto devido a problemas de trafegabilidade das estradas, na oportunidade cobraram também melhorias nas condições da educação com prioridade no atendimento ao transporte escolar e atendimento à saúde básica.

Historicamente, a região Amazônica, recebe grandes projetos que estão relacionados ao capital nacional e internacional. Desta forma, observou-se que os projetos UHE Belo Monte (Já em curso e em operação), Belo Sun (em curso), tem transformado a dinâmica espacial da microrregião da Volta Grande do Xingu, em particular no município de Senador José Porfírio, realizando uma (des) territorialização. Além disso, é importante destacar que a produção cacaeira também está atrelada ao interesse do mercado internacional é assim, outro fator responsável por tais transformações.

Por fim, fica evidente que a gestão municipal passou a ter ampliada as suas obrigações, considerando que a ocupação de parte de seu território se expande significativamente, desta forma as exigências pelos serviços básicos se maximizam.

Para tanto a de se ressaltar que essa realidade, se mostra em pleno processo de expansão, analisando que na parte Sul do território, Senador vivencia uma ocupação sem precedentes e por consequência as demandas dos serviços públicos aparecem como: necessidade de escolas, ampliação do atendimento em saúde, abertura e manutenção de vicinais, segurança pública. Partindo desse pressuposto, percebe-se a necessidade de ações governamentais, que cheguem a essa parte do território (parte Sul) e se faça presente, aproximando assim à gestão pública a população que ali habita. É certo que no Brasil temos poucos municípios nessa condição de território descontínuo, em face dos princípios da extraterritorialidade surge o desafio de impor suas leis civis, leis comerciais, costumes, seja no plano econômico, político, social ou ideológico.

As transformações territoriais que o município de Senador José Porfírio sofreu no decorrer de sua história causaram grandes mudanças na modelação de seus contornos espaciais, proporcionando desafios enormes no que se refere a sua gestão.

Senador José Porfírio é um município de origem secular com potencial extraordinário. Vive a situação de vários pequenos municípios brasileiros que enfrentam as dificuldades de

arrecadação fiscal e contam com um orçamento reduzido.

De maneira um tanto peculiar, o território de Senador sofreu abruptamente transformações no decorrer do tempo, e isso na Amazônia é algo mais evidente, considerando suas dimensões e sua dinâmica (BECKER, 2010).

Em suma, a trajetória do município aqui apresentada, pretende trazer novos elementos de análises sobre as perspectivas do ordenamento territorial de Senador José Porfírio; frente às necessidades e aspirações da população que compõe este povo, dentro dos processos das transformações que o levaram a essa condição singular na região Amazônica.

Desta forma, “o município de Senador José Porfírio – Exclave” no tempo – espaço desta pesquisa, servirá para esclarecer um campo de transformações político, econômico, social e territorial, que viveu e vive diante de uma visão espaço-temporal de sua historiografia.

Nessa perspectiva Senador passa a ter dois elementos novos em seu contexto territorial: primeiro passou a ter um território descontínuo, considerado então em uma linguagem geográfica um exclave e em segundo a abertura de estradas conectando a parte de sul de seu território proporcionando novas possibilidades de ocupação e exploração econômica.

Esses dois elementos associados ao grande empreendimento da UHE Belo Monte e ao projeto de exploração mineral em grande escala em seu território pela empresa Belo Sun, demandam da gestão pública municipal, grandes desafios que estão postos.

É necessário que a gestão pública municipal de Senador José Porfírio, execute ações de governo pautadas em estratégias que envolva todo território municipal, haja vista, que a expansão da região da Ressaca não permite negligência. Dentre os grandes avanços que vivemos nesse terceiro milênio temos as telecomunicações e o uso dela como ferramenta na gestão. “f) A gestão do território é a prática estratégica, científico-tecnológica, do poder no espaço-tempo” (BECKER, 2010).

Portanto, é eminente a importância do desenvolvimento de pesquisas que contribuam para analisar os desafios impostos ao ordenamento do território municipal na Amazônia, em particular no caso da descontinuidade de Senador José Porfírio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Larissa da Silva Ferreira. *Culturas de ordenamento territorial: conceituações e perspectivas histórico analíticas*. Mercator, Fortaleza, V.13, n.3, p. 63-73, 2014.

ARAÚJO, Rhoberta Santana de. *O PDRS Xingu e a Política de expansão da Ufpa no Contexto de Instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: O Caso do Campus de Altamira*. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo; editora: UNESP; 2ª edição revisada; 2007.

BANDEIRA, Pedro. *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional* – Brasília: IPEA, 1999.

BARROS, Antônio Alberto dos Santos. *Comercialização de Madeiras na Amazônia*. 1975. UF de Viçosa-MG.

BECKER, Bertha K. *Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI; uma representação a partir do Brasil*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 53(3): 169-182, jul./set. 1991.

_____. *Geopolítica da Amazônia*. Estud. Av. [online]. 2005, vol. 19, n. 53, pp.71-86. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

_____. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio* – Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. *Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas*. Bol. Mus. Paraense Emilio Goeldi. Ciênc. Hum. Belém, V.5, n.1, p. 17-23, jan-abr, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/d4vc5x595k5mJZfnMNNPKTs/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 08 de outubro de 2021.

BELO SUN MINERAÇÃO LTDA. (2012) *Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Volta Grande de Mineração*.

BRANDÃO, C. *Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar*. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org.). compreendendo a complexidade sócio-espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: Ed. UFB, 2009, v. 1, p. 150-185.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Documento base para a definição da Política Nacional de Ordenamento do Território (versão preliminar) - PNOT*. Brasília. 1995.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. *Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

_____. *Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial*, Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

_____. *Subsídios para definição da Política Nacional de Ordenamento territorial – PNOT*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2006.

_____. *Plano Territorial de desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Transamazônica Estado do Pará. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)*. Altamira: FVPP, 2010, 134 p.

_____. Tribunal de Contas da União. *Referencial para avaliação de governança em políticas públicas* – Brasília: TCU, 2014.

BRASILEIRO, A.M. *O Município como Sistema Político*. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Borracha na Economia Brasileira, da primeira Republica*. IN: Fernando H.C. *O Brasil Republicano, Tomo III: Estrutura de Poder e Economia (1889/1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DERRUOU, Max. *Geografia Humana I*. Editorial Presença Ltda. 1982.

CARVALHO, Carla; ALVES, Larissa; SOUSA JUNIOR, Almir. *Experiências de Ordenamento Territorial Urbano na América latina: o contexto do Brasil*. Revista de Geografia e Ordenamento Territorial (GOT), nº 18. Centro de estudos de Geografia e Ordenamento do território, p. 233-255. 2019.

CARRARA, Angelo Alves; MACHADO, Pedro José de Oliveira. *Ordenamento Territorial dos Municípios Brasileiros: Minas Gerais, Séculos XVIII-XIX*. Almanak, Guarulhos, n.24, 2020.

CASA CIVIL DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu*. Brasília, DF, 2010, Disponível em: < <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/arquivos/xinguinternet.pdf/view>> Acesso em: 23 novembro de 2021.

CATAIA, Marcio. *Território político: fundamento e fundação do Estado*. Sociedade & Natureza (UFU. Online), v. 23, p. 115-125, 2011.

CONSELHO DA EUROPA. *Carta Europeia do Ordenamento do Território*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Corporação, práticas espaciais e gestão do território*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, V. 3, n. 54, p. 115-121, 1992.

CUNHA, M. E. C; SILVA, J. M. P. *O uso do território e as relações de poder no município de Barcarena-Pa*. Revista Científica da UFPA; Ano 07, Vol. 06, Nº 01. 2007. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/profile/Joao-Marcio-Da->

[Silva/publication/242551352_O_USO_DO_TERRITORIO_E_AS_RELACOES_DE_PODER_NO_MUNICIPIO_DE_BARCARENA-PA/links/5723db6108aee491cb377cc6/O-USO-DO-TERRITORIO-E-AS-RELACOES-DE-PODER-NO-MUNICIPIO-DE-BARCARENA-PA.pdf](#)>. Acesso em: 03 de Janeiro de 2022.

DAVIDOVICH, Fany. *Poder Local e Municípios, Algumas Considerações*. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 27 (1): 5-14, 1993.

DELLAGNEZZE, René. *Os enclaves, os exclaves e a soberania do estado no mundo globalizado*. In: Ambito Jurídico, Rio Grande, XIX, n. 147, abr 2016. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-147/os-enclaves-os-exclaves-e-a-soberania-do-estado-no-mundo-globalizado/>>. Acesso em 15 janeiro de 2019.

EGLER, C. A. G. *Questão regional e gestão do território no Brasil*. In: CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C. CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 207-238.

FERRÃO, João. *Governança e ordenamento do território: Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática, Prospectiva e planejamento*. Vol. 17. 2010. p 129-139. Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/11/governanca_ordenamento_territorio.pdf>. Acesso em 14 janeiro de 2021.

_____. *O ordenamento do território como política pública*. Lisboa: Fundação Calouster Gulbenkian, 2011.

FISHER, Luly Rodrigues da Cunha. *Ordenamento territorial e planejamento municipal: estudo de caso das limitações supralocais à aplicação do art. 30, VIII da Constituição de 1988 pelo município de Parauapebas, Pará*. Tese (Doutorado em Direito) – Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

FONSECA, A. A. M. *Gestão do território em municípios da Bahia: um estudo comparativo*. GEOTEXTOS (SALVADOR), v. 7, p. 59-81, 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/5269/3780>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2019.

GEQUE, Eduardo Remetente Graciano. *Arranjos institucionais do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Xingu aplicados ao projeto hidroelétrico de belo monte: lições para Moçambique*. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, É. *O território em tempos de globalização*. GEO UERJ. Rio de Janeiro, n.5, p. 7-19, 1º semestre 1999.

_____. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Boletim Gaúcho de Geografia. Porto Alegre, V.29, n.1, p.11-24, 2003.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. *Legislação Florestal*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/legislacao/documento-de-origem-florestal-dof>>. Acesso em 10 de novembro de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Cidades*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/senador-jose-porfirio.html?>>. Acesso em 12 janeiro de 2019.

_____. *Cidades*. Disponível em: <https://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2020/PA/senador_jose_porfirio/1507805_MM.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2021.

_____. *Cidades*. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa102499>>. Acesso em 16/10/2021.

Instituto Socioambiental – ISA. *Terras Indígenas no Brasil*. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2022.

JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KNOREK e JULIÃO. *Ordenamento Territorial da União Europeia e o Programa Nacional da Política da Política de Ordenamento do Território (PNOT) de Portugal*. VIII Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Regional – Territórios, redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, 13 a 15 de setembro de 2017. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

KOHLHEPP, G. *Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira*. Estudos Avançados, São Paulo, v 16, n 45, p. 37-61, 2002.

LEOCADIO DA SILVA, Robson. *O Município de Senador José Porfírio: Elementos para Compreensão da sua Formação Territorial*. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Altamira. UFPA. 2007.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem, natureza*. Belém: CEJUP, 1992.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. *Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil*. Revista NERA. Ano 20, nº 37, pp. 195-215. 2017.

MAPBIOMAS. *Relatório Anual do Desmatamento no Brasil*. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/rad2020/RAD2020_MapBiomasaAlerta_FINAL.pdf>. Acesso em 06 de janeiro de 2022.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1995.

MEIRELLES, H. L. *Direito municipal brasileiro*. 16ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MELLO, Diogo Lordello de. (1960), *a moderna administração municipal*, EBAP/FGV.

MESQUITA, Thiago Broni. *O planejamento territorial participativo do Pará e o processo de formulação, implementação e tomada de decisões de políticas públicas: inovação e limites para a democracia participativa*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Belém. 2012.

MOREIRA, Rodolfo Pragana; HERRERA, José Antônio. *A expansão do capital por grandes projetos: desafios ao ordenamento o território no município de Altamira-Pará*. Revista GEONORTE, edição especial 3, V.7, N.1, p. 1315-1130, 2013.

NAHUM, João Santos. *Região e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento*. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 de julio de 2012, Vol. XVII, nº 985. . [ISSN 1138-9796].

NEVES, Marjorie Barros. *Hidrelétricas na Amazônia e Governança Territorial: Análise da gestão do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – 2013 a 2016, Pará*. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

PARÁ. Lei nº 2.460, de 29 de dezembro de 1961. *Cria novos municípios no estado e da outras providencias*. Belém, 1961. Disponível em: <<https://camarasantamariadopara.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Lei-Estadual-2.460-Cria-o-Munic%C3%ADpio-de-Santa-Maria-do-Par%C3%A1.pdf>>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

_____. *Diagnóstico ambiental, socioeconômico e fundiário para a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso sustentável “Tabuleiro do Embaubal” – Município de Senador José Porfírio Pará*. / Secretaria de Estado de Meio Ambiente. – Belém: SEMA/PA, 2013.

_____. Decreto nº 1.566, de 17 de junho de 2016. *Cria o Refúgio de Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Vitória de Souzel*. Diário Oficial do Estado nº 33.151, de 20/06/2016. Belém, 2016.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. *Território e política: práxis invertidas e desafios da existência*. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 23, n. 1, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO. *Lei Orgânica*. Disponível em: <<https://joseporfirio.pa.gov.br/lei-organica/>>. Acesso em 18 de abril de 2021.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. (tradução: Maria Cecília França). São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROCHA, G. de M. e TRINDADE, S.-C. C. *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

- ROCHA, Gilberto de Miranda. *A dinâmica territorial na malha político-administrativa municipal da Região Norte do Brasil (1988-2010)*. In: Novos Cadernos NAEA v. 16, n. 1, p. 211-228, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/search/results>>. Acesso em janeiro de 2019.
- SALLUM Jr., Brasílio. *Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX*. RBCS, vol. 18, nº 52, 2003.
- SANTOS, Milton [et al.]. *Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial* – Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 3. Ed.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções sobre o território*. 3ª ed. – São Paulo: outras expressões, 2013.
- SEMINÁRIO SOBRE DIAGNÓSTICO DOS PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL NO ESTADO DO PARÁ – FASE Paragominas, 1996. Belém: Embrapa-CPATU. 133P.
- SENADOR JOSÉ PORFIRIO. Lei nº 142, de 22 de julho de 1983. *Cria a Reserva Biológica e da outras Providencias*. Senador José Porfirio, 1983.
- SILVA, Adelson Luiz Bayma da. *Estudos sobre topônimos de origem indígena no município de S.J.P.* 2003.
- SILVA, Michele Sena da. *Município e gestão do território: os impactos da 2ª etapa da UHE nas ações locais de abastecimento de água em Tucuruí (PA)*; orientador Gilberto de Miranda Rocha. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2009.
- SILVA, Christian Nunes; PALHETA DA SILVA, João Marcio; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. *GEOGRAFIA NA AMAZÔNIA PARAENSE: Análises do Espaço Geográfico*. 1 ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2014.
- SILVA, J.M.P. *Poder, governo e território na sociedade contemporânea*. Série Estudos e Ensaio / Ciências Sociais. FLACSO – BRASIL. 2009. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/12/Joao_Palheta.pdf>. Acessado em: 12 de novembro de 2021.
- SZWAKO, José; MOURA, Rafael; FILHO, Paulo D'Avila. *Estado e sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz* – Rio de Janeiro. CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016.
- TAVARES, Maria. *A Amazônia brasileira formação histórica-territorial e perspectivas para o século XXI*. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29 – Especial, 2011. p. 107-121.
- UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. *Altamira e sua História*. 2ª edição. 1990.

VASCONCELLOS, Mário (org.); ROCHA, Gilberto de Miranda (org.); LADISLAU, Evandro (org.). *O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão socioambiental de Belém*. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2009.

VIDAL & JJ. GERVING (Organizadores). *Ecologia e Manejo de Cipós na Amazônia Oriental*. 2003. Belém. Imazon.